JORNAL O REGIONAL 65 ANOS
www.oregionaljornal.com.br
Diretor: Edemar Del Grossi
NOVA ESPERANÇA Nº 3905 — *Nova Esperança, Quinta-feira, 19 de Junho de 2025* — COLORADO Nº 2992

COPAVI e Prefeitura de Paranacity unem esforços por melhorias estruturais e jurídicas



Na terça-feira, dia 17 do corrente mês, foi realizada uma importante reunião no Paço Municipal de Paranacity, presidida pelo Prefeito José Cláudio Batista. O encontro contou com a participação dos membros da diretoria da COPAVI — Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória — responsável pelo Assentamento Santa Maria, Jacques Pellenz e Adilson Gumieiro, com área de terras situada às margens da Rodovia PR-464 (saída para Inajá), além dos vereadores do município Marcos Vinicius, Valtemir Novais Siqueira, Jes Carlete Junior e Talita Mendes.

O objetivo principal da reunião foi discutir e planejar melhorias significativas na infraestrutura da cooperativa, com foco no aperfeiçoamento do funcionamento das suas atividades. Foram ainda abordadas questões relacionadas à regularização fundiária de áreas em comum acordo com o município, visando assegurar maior segurança jurídica e promover o desenvolvimento organizado da região.

O encontro destacou-se pelo espírito de diálogo, cooperação e pelo firme compromisso de todas as partes envolvidas em impulsionar avanços concretos que beneficiem diretamente a comunidade local.

A administração municipal e a COPAVI reafirmam o compromisso com o progresso coletivo, trabalhando lado a lado na construção de soluções sustentáveis que fortaleçam Paranacity e proporcionem mais qualidade de vida para todos os seus habitantes.

Vereadores do Noroeste iniciam novo ciclo de fortalecimento da vereança no Paraná





Mandaguaçu se tornou símbolo de um novo tempo para o legislativo municipal paranaense. No dia 17 de junho, foi fundada oficialmente a ACANOR – Associação das Câmaras do Noroeste do Paraná, uma iniciativa encabeçada pelos vereadores Alessandro Mansano, Fabrício Martelozzi e Márcio Navachi, da Câmara Municipal de Mandaguaçu, com apoio fundamental do vereador Dudu Barbosa, da cidade de Toledo.

A ACANOR nasce como uma entidade voltada à valorização da vereança, apoio institucional, jurídico, contábil e administrativo às câmaras da região noroeste do estado. Diferente de outras iniciativas, ela também contempla os ex-vereadores, promovendo a união e articulação política além dos mandatos.

"A criação da ACANOR representa mais que um ato simbólico. É a materialização de um projeto que visa dar estrutura, voz e representatividade real aos legislativos do interior. Estamos falando de apoio técnico e político de verdade", reforçou o vereador Alessandro Mansano.

O movimento teve início com as câmaras que integram a AMUSEP (Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense), mas está aberto a todas as câmaras da região Noroeste do Paraná. A proposta é ampliar o alcance da ACANOR e integrar cada vez mais legislativos municipais à causa comum de fortalecer o papel do vereador e melhorar a governança local.

A organização agradeceu publicamente a todos os presidentes e câmaras que aderiram prontamente à iniciativa, demonstrando espírito coletivo e compromisso com o fortalecimento institucional da vereança.

Como continuidade desse avanço, no próximo dia 25 de junho, às 18h, no Salão de Eventos do Hotel Mabu, em Curitiba, será lançada oficialmente a FEPAC – Federação Paranaense das Câmaras Municipais. A nova entidade estadual dará ainda mais corpo à representatividade do legislativo municipal paranaense, promovendo integração regional, capacitação e articulação com o Governo do Estado.

O evento em Curitiba contará com a presença de deputados estaduais, federais, secretários de Estado e diversas lideranças políticas do Paraná, consolidando um novo momento de protagonismo das câmaras municipais e seus representantes.

Com ACANOR e FEPAC, os vereadores do Paraná mostram que quando há união, estratégia e coragem, o legislativo local pode – e deve – ser protagonista das grandes mudanças.

ACANOR — Associação das Câmaras do Noroeste Paranaense
FEPAC — Federação Paranaense de Câmaras

Uniflor recebe R$ 300 mil do FIA para projetos de apoio à infância e adolescência



O município de Uniflor foi contemplado com um repasse de R$ 300 mil por meio do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), destinado ao desenvolvimento de projetos voltados à infância e adolescência. A oficialização da entrega do recurso aconteceu na manhã desta terça-feira (17), durante reunião com representantes da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Paraná.

Segundo a Secretária de Assistência Social e Primeira Dama de Uniflor Cleuzilene Cândido Rosa, a liberação do recurso foi autorizada pela deliberação 013/2025 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA). O secretário estadual Rogério Carbone participou do encontro e destacou a relevância da iniciativa. "Estamos felizes em viabilizar mais este recurso por meio do FIA. É uma ação que fortalece a integração social e o cuidado com as pessoas nos municípios, especialmente nas cidades de menor porte, como Uniflor", afirmou.

O prefeito Maycon Rodrigo Rodrigues comemorou o investimento e agradeceu o apoio do Governo do Estado. Segundo ele, parte do valor será destinada à aquisição de parquinhos para as crianças do município. "Quero agradecer ao secretário Carbone, ao deputado estadual Do Carmo e ao nosso governador Ratinho Junior, que tem olhado com atenção para os pequenos municípios do Paraná. Esses recursos vão proporcionar mais lazer e qualidade de vida para as famílias da nossa cidade", destacou.

A assessoria do deputado estadual Do Carmo, presente no evento, reforçou o compromisso com ações sociais e com o fortalecimento de políticas públicas voltadas à primeira infância.

A iniciativa integra uma série de ações do Governo do Paraná, por meio da gestão Ratinho Junior, com foco no municipalismo e na garantia de investimentos que atendam diretamente às necessidades das comunidades paranaenses.

Inajá sedia 1ª Conferência Intermunicipal de Políticas Públicas para as Mulheres do Paraná



O município de Inajá foi palco da 1ª Conferência Intermunicipal de Políticas Públicas para as Mulheres do Paraná, realizada nos dias 10 e 11 de junho no Salão do Centro de Convivência da Família. O evento reuniu representantes de cinco municípios da Comarca de Paranacity; Cruzeiro do Sul, Jardim Olinda, Paranapoema, Paranacity e Inajá, um marco regional voltado à promoção da equidade de género e dos direitos das mulheres

PÁG. 08

Mandaguaçu pode ganhar nova Vara Judicial e Fórum Moderno



O Prefeito de Mandaguaçu, Beto Dentista, cumpriu extensa agenda de trabalho em Curitiba junto a diversas secretarias do Estado. Um destaque foi a reunião no Tribunal de Justiça onde concentrou-se em duas pautas consideradas urgentes: construção do novo fórum do município e obtenção de mais uma vara jurisdicional para a comarca, importante para agilizar o trâmite de processos.

A reunião foi conduzida pela presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), Desembargadora Lídia Maejima, com a participação dos Desembargadores José Camacho Santos e Sérgio Luís Kreuz. A Desembargadora anunciou que vai adotar medidas para dar celeridade aos processos enquanto avalia a possibilidade de instalação da nova vara.

Além do prefeito Beto Dentista, da primeira-dama, Luciana Nó e do presidente da Câmara de Vereadores, Márcio Navachi, participaram da reunião o Secretário de Estado das Cidades Guto Silva, o Procurador-Geral de Justiça do Paraná Francisco Zanicotti, o juiz Cesar Ferrari, a promotora de Justiça, Simone Borba, a vice-presidente da OAB Paraná, Graciela Marins, o presidente da OAB Maringá, Pedro Henrique Souza, o representante da OAB na Comarca de Mandaguaçu, João Bruno Dacome Bueno, o Conselheiro da OAB Maringá, Gustavo Paludetto, o presidente de Prerrogativas da OAB Maringá, Rodolfo Ribeiro, o empresário Fernando Vandresen, presidente do Conseg.

Quanto a construção do novo Fórum a Presidente do TJ informou que a obra será licitada no início do próximo ano.





ESTADO DO PARANÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
CNPJ. 84.781.251/0001-40

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº **10/2025**

HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO, *Presidente da Câmara Municipal de Jardim Olinda, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas, especialmente pelo inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/21, e:*

Considerando o Documento de Formalização de Demanda do Presidente da Câmara Municipal, em que justificadamente solicita a contratação da empresa **UVEPAR – UNIÃO DE CÂMARAS, VEREADORES E GESTORES PUBLICOS DO PARANÁ** para **REALIZAÇÃO DE CINCO INSCRIÇÕES PARA A 4ª MARCHA DOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS PARANAENSES, A SER REALIZADO NOS DIAS 24, 25, 26 E 27 DE JUNHO DE 2025, EM CURITIBA/PR**, pelo valor de **R$ 7.950,00 (Sete Mil e Novecentos e Cinquenta Reais)**, conforme proposta constante dos autos;

Considerando que foi procedida a realização de pesquisa de preços atestando que os valores da pretensa contratação refletem os praticados pelo marcado bem como haver saldo orçamentário suficiente para a despesa, conforme atestado pela Divisão de Contabilidade;

Considerando finalmente que o Agente de Contratação e a Assessoria Jurídica opinaram por ser dispensável a realização de licitação, **resolve:**

AUTORIZAR a contratação da empresa **UVEPAR – UNIÃO DE CÂMARAS, VEREADORES E GESTORES PUBLICOS DO PARANÁ** para **REALIZAÇÃO DE CINCO INSCRIÇÕES PARA A 4ª MARCHA DOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS PARANAENSES, A SER REALIZADO NOS DIAS 24, 25, 26 E 27 DE JUNHO DE 2025, EM CURITIBA/PR**, pelo valor de **R$ 7.950,00 (Sete Mil e Novecentos e Cinquenta Reais)** por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** em conformidade com o disposto no art. 74 inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/21, nos termos constantes dos autos.

Sem prejuízo:

a) proceda-se o devido registro da inexigibilidade;
b) certifique-se a existência de débitos de natureza tributária e não tributária em nome da empresa junto a Divisão de Tributação;
c) convoque-se a empresa para assinatura do contrato no prazo legal, devendo apresentar as certidões negativas relativas à sua regularidade fiscal nos termos do § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/21;
d) publique-se este ato nos termos do Parágrafo único do art. 72 c.c. inciso I do Parágrafo único do art. 176 ambos da Lei nº 14.133/21.

Jardim Olinda, 17 de Junho de 2025.

HEINE TEUED DE SOUZA CARDOSO
Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ATALAIA
ESTADO DO PARANÁ
Rua Manoel Antonio Filho, 42 - Fone: (44) 3254-1092 - CEP 87630-000 - Atalaia - PR

PORTARIA Nº 14/2025

SÚMULA: Concede Diárias aos Vereadores da Câmara Municipal de Atalaia, Estado do Paraná.

O SENHOR EDUARDO SIROTE BORGES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ATALAIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

RESOLVE:

Art. 1º. - Conceder diárias aos Vereadores abaixo relacionados, para custear despesas com viagem a Curitiba-Pr., onde durante os dias 24, 25, 26 e 27 de JUNHO do ano de 2025, participarão do congresso promovido pela SUPRA CURSOS, com o tema: "**1º CONGRESSO NACIONAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E INOVAÇÕES COM INTELEGÊNCIA ARTIFICIAL.**"

NOME	CARGO	QUANTIDADE DE DIÁRIAS	VALOR DA DIÁRIA	VALOR TOTAL DAS DIÁRIAS
Daniel Correia da Silva	Vereador	3,5	680,00	2.380,00
Nivaldo Aparecido Martins	Vereador	3,5	680,00	2.380,00

Art. 2º. – Em face do disposto no artigo anterior, constitui também ônus para os cofres públicos municipais a inscrição para participação no evento.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

Edifício Vereador Paulo Trassi, 18 dias do mês de junho do ano de 2025.

Eduardo Sirote Borges
Presidente da Câmara

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA
Rua Bela Vista, 1.014 CEP: 87.170-000 - Fone: (044) 3278-1591
Site: www.ourizona.pr.gov.br - E-mail: licitacao@ourizona.pr.gov.br
Ourizona - Paraná

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
E NOVA DATA DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2025

OBJETO DO CERTAME: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (FRIOS E LATICÍNIOS), PANIFICAÇÃO E HORTIFRUTIS PARA TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA, por meio da Comissão de Licitação, resolve **RETIFICAR PARCIALMENTE** o ato convocatório (edital de licitação modalidade pregão eletrônico nº 90022/2025), conforme segue:

1 – Retificação da forma de julgamento, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação;
3 - Alteração da data de abertura do certame, conforme segue:

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

03 de julho de 2025 às 09h00min

* Os itens alterados estão devidamente identificados no edital

Os demais itens deste Edital permanecem inalterados.

Ourizona, 18 de junho de 2025.

Marcia Schinaider
Agente de contratação

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FLORAÍ
Rua Presidente Getúlio Vargas, nº 177 – Centro – Cep: 87.185-000
Tel: (44) 3242-8300 / www.florai.pr.gov.br / CNPJ: 75.731.000/0001-60

EDITAL Nº047/2025 – RESULTADO FINAL CLASSIFICAÇÃO POR CRITERIOS DE JULGAMENTO.
TESTE SELETIVO- PSS N. 02/2025.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE FLORAÍ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado Final Classificatório** do Teste Seletivo nº.02/2025, de que trata o Edital nº.037/2025 de 19.05.2025, nos seguintes termos:

Art.1º - Fica divulgado no **ANEXO I,** deste Edital, o Resultado Final conforme critérios de julgamento e classificação, aplicados conforme as disposições contidas no item 5, itens 5.1 a 5.7.1, do Edital de Abertura do Processo Seletivo n. 01/2025.

Art.2º - Quanto ao Resultado Final, deverão apresentar recurso no prazo de dois dias úteis, no período das **0h do dia 23/06/2025 até às 23h59min do dia 24/06/2025**, observado o horário oficial de Brasília/DF. O recurso deverá ser oficializado por e-mail eletrônico, sendo o e-mail para envio do pedido recursal o destinatário: rh@florai.pr.gov.br.

Art.3º - Quanto a divulgação da Homologação Resultado Final após recursos, serão publicados no dia 26 de junho de 2025, na forma que estabelece o cronograma de execução, Anexo III do Edital de abertura do PSS nº.02/2025.

Art. 4º - Este edital entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado as disposições em contrário.

Floraí, 18 de junho de 2025.

EDNA DE LOURDES CARPINE CONTIN:48147591934
Assinado de forma digital por EDNA DE LOURDES CARPINE CONTIN:48147591934
Dados: 2025.06.18 11:17:18 -03'00'

EDNA DE LOURDES CARPINE CONTIN
Prefeita do Município

ANEXO I – RESULTADO FINAL POR ORDEM CLASSIFICATÓRIA

CARGO: GARI (MASCULINO)

Nº INSCR.	CANDIDATO(A) – TESTE SELETIVO	CARGO	CONDIÇÃO	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1	JOSÉ MENDES DA SILVA	GARI (MASCULINO)	CLASSIFICADO	10	**1º**
5	PAULO SERGIO VIUDES	GARI (MASCULINO)	*C.R	05	**2º**
8	ANDERSON LOPES DE FARIA	GARI (MASCULINO)	*C.R	-	**3º**
2	LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA ANTONIO	GARI (MASCULINO)	*C.R	-	**4º**
3	RODRIGO ALVES DA SILVA	GARI (MASCULINO)	*C.R	-	**5º**
4	SERGIO JUNIO SOARES FERREIRA	GARI (MASCULINO)	*C.R	-	**6º**
7	GABRIEL HERRERO OCHI	GARI (MASCULINO)	*C.R	-	**7º**

LEGENDA
*** C.R – CADASTRO DE RESERVA**

CARGO: PSICÓLOGO

Nº INSCR.	CANDIDATO(A) – TESTE SELETIVO	CARGO	CONDIÇÃO	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
6	DANIEL ALVES DA SILVEIRA FILHO	PSICÓLOGO	*C.R	115	**1º**

LEGENDA
*** C.R – CADASTRO DE RESERVA**

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PSS N. 02/2025

POLÍTICA NACIONAL PNAB ALDIR BLANC

RESULTADO FINAL DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO EDITAL Nº 03/ 2025 - FOMENTO À CULTURA - PARANACITY/PR

DIVULGA O RESULTADO OFICIAL DA ETAPA DE SELEÇÃO DE PROJETOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB EM PARANACITY /PR E ABRE PRAZO PARA A HABILITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PARANACITY/PR, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022, Centro, na cidade de Paranacity/PR, inscrito no CNPJ sob o nº 76.970.334/0001-50, neste ato representado pelo prefeito municipal Sr. José Claudio Batista, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com base na Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), e no Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, que regulamenta essa lei. Ainda, segundo o Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023, referente ao fomento à cultura, a Lei nº 14.903, de 27 de junho de 2024, que estabelece o marco regulatório do fomento à cultura, e a Instrução Normativa MINC nº 10, de 28 de dezembro de 2023, que trata das ações afirmativas e acessibilidade na PNAB, bem como os Decretos Federais sob nº 11.423/2023 e 11.525/2023, torna público o Resultado Oficial Final da Etapa de Seleção dos projetos Classificados, conforme listado a seguir.

Art. 1º. DAS CATERGORIAS E CLASSIFICAÇÃO FINAL:

1.1

PF/PJ	Proponente	Categoria	Projeto	Cota	Pontuação	Classificação	Ordem
Pessoa Jurídica	AMANDA PICON SIQUEIRA	Musica e Cultura Popular	Arraiá City	Não	90	CLASSIFICADO (A) -	1º Lugar
Pessoa Jurídica	MAURICIO BANA ROSSI	Musica e Cultura Popular	Arraiá de Paranacity	Não	85	CLASSIFICADO (A) -	2º Lugar

1.2

PF/PJ	Proponente	Categoria	Projeto	Cota	Pontuação	Classificação	Ordem
Pessoa Jurídica	SCARLAT SUITI BESSA SANTOS	Infantil e Arte-Educação	Brincando e Sorrindo em Paranacity	Não	90	CLASSIFICADO (A) -	1º Lugar
Pessoa Jurídica	MAURICIO BANA ROSSI	Infantil e Arte-Educação	Fantasia e Alegria A Grande Festa das Crianças de Paranacity	Não	85	CLASSIFICADO (A) -	2º Lugar

Art. 2º. Fica aberto o prazo de 02 dias úteis, no período de 20 a 23 junho, para apresentação dos documentos de HABILITAÇÃO, conforme item 9 do edital.

Art. 3º. Os Agentes Culturais classificados devem encaminhar os documentos obrigatórios para o e-mail: **pnabparanacity@gmail.com**

Paranacity/PR, 18 de junho de 2025.

JOSÉ CLAUDIO BATISTA
Prefeito Municipal

Colorado
PREFEITURA MUNICIPAL
CNPJ: 76.970.326/0001-03
www.colorado.pr.gov.br
Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000
(44) 3321-1200

LEI Nº 3082/2025

Súmula: Altera a alíquota de aporte do Fundo Previdenciário do RPPS do Município de Colorado, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ:

Faço saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O §2º do Art. 2º da Lei Municipal nº 2744/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º .....
§1º .....
§2º Prevendo o equilíbrio financeiro de atuarial deficitário do Fundo Previdenciário, fica estabelecida a alíquota de 10,30 % (dez vírgula trinta por cento) na forma de aporte, incidentes sobre a mesma base de cálculos dos servidores ativos do Município de Colorado.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Colorado PR, 18 de Junho de 2025.

Rosimeire Chiaum
Prefeita

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE CRUZEIRO DO SUL/PR

RESOLUÇÃO Nº. 003/2025

Dispõe sobre a convocação da XV Conferência Municipal de Assistência Social do Município de Cruzeiro do Sul e dá outras providências

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do município de Cruzeiro do Sul, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, considerando a necessidade de dar cumprimento ao disposto na Lei Municipal 10/2003,

RESOLVE:

Artigo 1º - Convocar a XV Conferência Municipal de Assistência Social com a finalidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política Municipal de Assistência Social e será realizada no dia 02 de julho de 2025, em Cruzeiro do Sul/PR, das 8h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min no salão da terceira idade.

Artigo 2º - A XV Conferência Municipal de Assistência Social seguirá as diretrizes temáticas do Conselho Nacional de Assistência Social e escolha da delegação, conforme estabelecido pelo material orientador da XIV Conferência Nacional de Assistência Social.

Parágrafo Único: A Conferência Municipal deverá ter ampla participação da sociedade, especialmente garantir a participação e eleição de delegados para a Conferência Estadual.

Artigo 3º - O tema geral da Conferência é: *""20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência"*

Artigo 4º - A Comissão Organizadora, coordenada pelo Presidente e pelo Vice-Presidente deste CMAS será responsável pela organização e operacionalização dessa XV Conferência Municipal de Assistência Social.

Artigo 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 18 de junho de 2025.

Jéssika Lorrayne Carvalho Monteiro Vitro
Presidente do CMAS

CMAS CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
Rua: Conde Francisco Matarazzo, nº 482 – Centro.
Fone: 44 33321398 Itaguajé - Pr.

RESOLUÇÃO Nº 003/2025

SÚMULA: Aprova a Programação ESTRUTURA SUAS nº 411090420250001, que tem por finalidade estruturar a rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de ITAGUAJÉ – PR, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica da Assistência Social – Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Municipal nº 901/2014, publicada dia de outubro de 2018, considerando sua função de acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos serviços socioassistenciais ofertados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, bem como observando a deliberação proferida por este Conselho a **Reunião realizada em 19 de Julho de 2022**, constante na respectiva ata nº 03

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR a Programação nº **411090420250001**, elaborada e inserida pela Prefeitura do Município de ITAGUAJÉ – Estado do Paraná, no Sistema de Estruturação da Rede de Serviços do SUAS– ESTRUTURA SUAS (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome), com a finalidade de estruturar a rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, mediante transferência voluntária de recursos, na modalidade fundo a fundo, visando beneficiar a unidade que oferta serviço socioassistencial nacionalmente tipificados (Resolução CMAS 003/2025), conforme a seguir:

Unidade Beneficiária:
a) **Denominação:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL de ITAGUAJÉ **CNPJ: 13.290.624/0001-32**
b) **Valor (R$):** 200.000,00 (duzentos mil reais).
c) **Classificação do Recurso:** Custeio.
d) **Funcional Programática: 082455131219G0041**

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

ITAGUAJÉ, 19 de Junho de 2025.

Eliseu do Prado
Presidente do CMAS

CÂMARA MUNICIPAL DE ATALAIA
Estado do Paraná
EDIFÍCIO VEREADOR PAULO TRASSI, RUA MANOEL ANTONIO FILHO, 42 – FONE (44) 32541092
CEP 87630-000 – ATALAIA – PARANÁ CNPJ/MF 01.568.710/0001-85

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Declaro como inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, f, da Lei Federal nº 14.133/21, para o PAGAMENTO REFERENTE À INSCRIÇÃO DOS VEREADORES PARA PARTICIPAÇÃO DO CURSO: "1º CONGRESSO NACIONAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E INOVAÇÕES COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL", REALIZADO NA CIDADE DE CURITIBA NOS DIAS 24 À 27 DE JUNHO DE 2025, tudo em conformidade com os documentos que instruem o processo de inexigibilidade de licitação. A empresa, SUPRA – CONSULTORIA, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA, inscrita no CNPJ nº 40.621.340/0001-54, com valor global de RR 3.980,00(TRÊS MIL NOVECENTOS E OITENTA REAIS).

Face ao disposto no artigo nº 72, da Lei Federal nº 14.133/21, submeto o ato a ratificação e devida publicidade.

Atalaia-PR, 16 de Junho de 2025.

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato da Câmara Municipal de Atalaia, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído. Publique-se.

Atalaia-PR, 16 de Junho de 2025.

Eduardo Sirote Borges
Presidente da Câmara Municipal de Atalaia-PR

CMAS CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SANTO INÁCIO – PR

RESOLUÇÃO 04/2025

Considerando, o Conselho Municipal da Assistência Social de Santo Inácio, Estado do Paraná, órgão consultivo, fiscalizador e deliberativo no âmbito do município, criado pela Lei Municipal Nº 1.140/2015, 17 de Dezembro de 2015.
Considerando a Plenária realizada no dia 10 de Junho de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a 14ª Conferência Municipal da Assistência Social de Santo Inácio, a ser realizada no dia 01 de Julho de 2025, tendo como tema central: "20 Anos do SUAS: Construção, Proteção Social e Resistência".

Art. 2º - A 14ª Conferência Municipal da Assistência Social de Santo Inácio seguirá as diretrizes temáticas do Conselho Municipal da Assistência Social e escolha da delegação, conforme estabelecido pelo material orientador da 14ª Conferência Municipal da Assistência Social.

Art. 3º - O funcionamento da 14ª Conferência Municipal da Assistência Social do Município de Santo Inácio será estabelecido por Regulamento próprio.

Art. 4º - As despesas decorrentes a 14ª Conferência Municipal da Assistência Social do Município de Santo Inácio ocorrerá por conta de dotação do orçamento municipal.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor a partir de sua publicação.

Santo Inácio, 18 de Junho de 2025.

Suzimeire Freitas Treze Ribeiro Gonçalves
Presidente do CMAS

CMAS CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SANTO INÁCIO – PR

RESOLUÇÃO 05/2025

Considerando, o Conselho Municipal da Assistência Social de Santo Inácio, Estado do Paraná, órgão consultivo, fiscalizador e deliberativo no âmbito do município, criado pela Lei Municipal Nº 1.140/2015, 17 de Dezembro de 2015.
Considerando a Plenária realizada no dia 10 de Junho de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão Organizadora da 14ª Conferência Municipal da Assistência Social de Santo Inácio.

Art. 2º - Ficam nomeados os seguintes membros da Comissão Organizadora:

Representantes Governamentais:

- Adriana Martha Carneiro de Oliveira Silva.
- Jéssica Thalita da Silva Santos.
- Léia Fernandes de Souza.
- Marlene Aparecida Lazarin da Silva.

Representantes da Sociedade Civil:

- Adriana Reis Gonçalves.
- Gabriely dos Santos Turato
- Sarah Ortiz Camargos.
- Sulene Querino

Santo Inácio, 18 de Junho de 2025.

Suzimeire Freitas Treze Ribeiro Gonçalves
Presidente do CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social
SANTA INÊS - PR

Resolução 02/2025

Súmula: Nomeia Comissão Organizadora da XVI Conferência Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Santa Inês, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 408/2016, tendo em vista a deliberação dos conselheiros em reunião ordinária realizada no dia 17 de junho de 2025, resolve:

Art.1º Aprovar a nomeação da comissão organizadora da XVI Conferência Municipal Assistência Social, será composta pelos seguintes membros:
Patrícia Neves da Silva
Elaine Aparecida Bispo Camilo
Adriele Lainara de Andrade
Vera Lúcia Gonçalves

Art.º A Comissão Organizadora é responsável pela coordenação geral do evento e a ela caberá:

I – definir os critérios e condições de sua realização pela inscrição, credenciamento de delegados, metodologia e programação;

II – propor e submeter à aprovação na plenária do Conselho, o Regimento Interno, instrumentos normativos e legais, para a realização do evento;

III – registrar e sistematizar as propostas de trabalho da Comissão, submetendo a Plenária da Conferência;

IV – exercer outras atividade correlatadas.

Santa Inês, 17de Junho de 2025.

Luciano da Silva Conceição
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

JORNAL REGIONAL Desde 1960 BI-SEMANAL
Fundado em 03 de Abril de 1960
Editado por Del Grossi & Cia Ltda - EPP
CNPJ: 79.989.505/0001-80
NOVA ESPERANÇA, Rua Lord Lovat, nº 521, Fundado em 03/04/1960
COLORADO, Rua Deputado Branco Mendes, nº 549, Fundado em 25/12/1976
- Redação e Publicidade -
Fone/WhatsApp: 44| 3252-1177
E-Mail: editais@oregionaljornal.com.br
Site: www.oregionaljornal.com.br

Empresas que incentivam a leitura e a informação.
Retire seu exemplar gratuitamente nos estabelecimentos:

Ângulo
Panificadora União
Atalaia
Distribuição Avulsa
Colorado
Distribuição Avulsa
Distrito de Alto Alegre
Sub-Prefeitura
Cruzeiro do Sul
Distribuição Avulsa
Floraí
Panificadora Doce dos Anjos
Distribuição Avulsa
Auto Posto Floraí
Flórida
Distribuição Avulsa
Inajá
Farmácia Santa Inês
Panificadora Nossa Senhora Aparecida
Itaguajé
Supermercado Pontal
Quitanda do Marreta
Jardim Olinda
Panificadora Doce Sabor
Paguipoko Supermercado
Mandaguaçu
Distribuição Avulsa
Shopping KILEGAL
Maringá
Banca Esportiva
Banca Cabiceira
Nossa Senhora das Graças
Distribuição Avulsa
Nova Esperança
A Churrascaria
Panificadora Cook
Auto Posto Sede Alvorada II
Panificadora A Predileta
Nova Líder Pastelaria
Panificadora A Preferida
Ourizona
Mercado Bandeirantes
Panificadora e Confeitaria Doce Pão
Mercado Vieira
Mercearia Nossa Senhora Aparecida
Paranacity
Itália Panificadora
Paranapoema
Auto Posto Paraná
Panificadora Evangelista
Presidente Castelo Branco
Loterias Faraoni
Santo Inácio
Açougue São José
Restaurante e Lanchonete 'O Costelão'
Santa Inês
Auto Posto Santa Inês
Panificadora Cantinho do Pão
São Jorge do Ivaí
Auto Posto Forini
Studio Mec Foto e Vídeo
Farmácia Farmadin
Uniflor
Distribuição Avulsa
Distrito de Fiorópolis
Venda do José Baixinho

UM MOMENTO DE ESPERANÇA

Por Tia Michele

O tempo de Deus



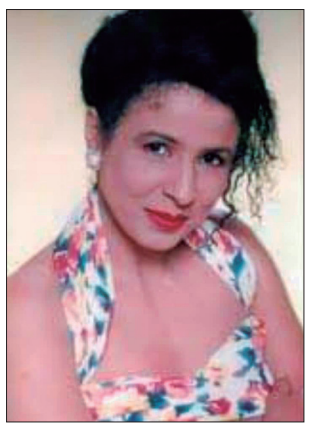
Muitas vezes passamos por momentos difíceis e pensamos que Deus está demorando muito para nos socorrer, mas mesmo que não entendamos, Ele tem o tempo certo para agir. Pensamos, eu amo Jesus, Ele mora em meu coração e mesmo assim as adversidades estão me deixando assim tristes, mas creia que Jesus está com você e na hora certa ele irá agir. Jesus tinha três amigos: Marta, Maria e Lázaro, que eram irmãos,
certo dia Lázaro adoeceu e suas irmãs mandaram avisar Jesus e Ele não veio, passou alguns dias e Lázaro morreu, e nem nessa hora Jesus veio. Depois de quatro dias Jesus apareceu, na cabeça de Marta e Maria, agora nada poderia ser feito, porém Jesus chegou até o túmulo e chamou Lázaro de volta a vida, e Lázaro ressuscitou e voltou para as suas irmãs. Aos olhos humanos Jesus demorou, mas quando Ele chegou o milagre chegou também. Creia nisso, continue buscando a Deus de todo seu coração e Jesus está aí com você e na hora certa Ele vai agir.

PROJETO DIVERSIDADE CULTURAL HERANÇA

Autora: Professora Arlete de Faria Capelari

PRIMEIRA ONDA DE LEITURAS DIVERSIFICADAS INTERESSANTES. QUE SURPREENDEM A CADA PESQUISA. QUEM VAI PEGAR...!

"QUESTÕES PARA REFLETIR QUE LEVAM A AÇÕES POSSÍVEIS..."



Hoje, 16/06/2025, uma data muito importante para se refletir (Dia Internacional da Criança Africana) em memória das crianças que morreram no Massacre de Soweto, em 1976, na África do Sul, onde estudantes protestavam por uma educação melhor... Qual é a sua reflexão diante desta data? Seria possível alguma ação nos dias de hoje mesmo depois de 44 anos depois deste acontecimento? E qual seria a ação?

O mundo hoje em dia tem a população sempre com inversão total de direitos e valores... E você já pensou nesta inversão? Por Quê? Que ação é viável para que esta inversão diminua?

O Brasil é um país imenso em todos os sentidos... Porque ainda tem gente que passa fome? Essa reflexão faz parte do seu cotidiano? Que ação pode ser efetuada para transformar a realidade desta gente? O que provoca esta realidade absurda em nosso Brasil?

As pessoas de modo geral estão trazendo a tona no seu cotidiano uma fúria inexplicável de sentimentos... Esta é uma reflexão delicada que você precisa está em paz consigo mesmo e de acordo com as aspirações do universo a seu favor para que possa fluir de maneira assertiva em relação à tomada de decisões fundamentais de qual ação praticar para amenizar essa fúria inexplicável... Você concorda ou discorda dessa colocação? Se sim diga qual a causa de concordar. Se não também diga qual a causa de não concordar.

Experimente começar sua reflexão pela primeira questão aqui registrada ou pela última, você vai se surpreender...

Lembrete: Queremos o fim das guerras. Movimento em prol da vida!

Reflita sempre que puder. Refletir torna as ações realizáveis... (A.F.C).



Formatura do PROERD emociona Jardim Olinda e marca investimentos em tecnologia educacional













A Prefeitura de Jardim Olinda realizou na quarta-feira dia 04/06, solenidade de formatura do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), envolvendo os alunos dos 5º anos A e B da Escola Municipal Luiz Triburtino da Silva. O evento foi marcado por emoção, reconhecimento e importantes anúncios para a educação do município.

Os formandos receberam seus diplomas das mãos do instrutor do PROERD, o Policial Militar Sérgio Dias, sob aplausos de familiares, educadores e autoridades. "O PROERD planta sementes de caráter, respeito e responsabilidade. Cada aluno que forma hoje leva consigo não apenas um diploma, mas um compromisso com escolhas conscientes para toda a vida", declarou o PM Sérgio Dias, emocionado com a participação das crianças.

O secretário municipal de Educação, Carlos Cezar Verdeiro, abriu a cerimônia destacando o avanço nos indicadores educacionais, que colocam Jardim Olinda entre os 20 melhores municípios paranaenses nos anos iniciais do ensino fundamental.

A diretora da escola, Ana Paula de Oliveira Cano, também usou a palavra e agradeceu a todos os envolvidos no processo formativo. "O PROERD vai além do conteúdo em sala de aula — ele forma cidadãos conscientes. Ver nossos alunos se emocionando hoje, com o apoio das famílias e da comunidade, é a prova de que estamos no caminho certo", afirmou Ana Paula.

A solenidade contou com a presença do prefeito Weverton José, da vice-prefeita Rosimar Almeida, do presidente da Câmara Municipal Heine Teueid, além de demais autoridades locais. Em sua fala, o prefeito valorizou os profissionais da educação, agradeceu o apoio das famílias e reforçou a importância do programa para o desenvolvimento humano dos estudantes.

"Educar é proteger. O PROERD não ensina apenas a dizer não às drogas — ensina a dizer sim à vida, à família e ao futuro. E isso só é possível com união entre escola, pais e poder público", destacou o prefeito.

Em um gesto simbólico, o prefeito surpreendeu a todos ao anunciar a autorização de compra de 18 tablets para a Escola Luiz Triburtino da Silva, com investimento superior a R$ 22 mil. Os equipamentos serão utilizados no ensino de matemática por meio da plataforma Matific, fortalecendo a integração entre tecnologia e aprendizagem.

A cerimônia foi encerrada com a premiação dos alunos que se destacaram na produção de redações sobre os temas trabalhados no PROERD. Os vencedores foram:
1º lugar: Wendy Lins de Almeida
2º lugar: Aline Santos Soares
3º lugar: Ryan [sobrenome a ser inserido]

Com mais essa ação, a Prefeitura reafirma o compromisso com uma educação de qualidade, pautada em valores, inovação e participação da comunidade.









Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000
Fone: (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguacu.pr.gov.br

DECRETO Nº 9599/2025

SÚMULA: Constitui Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado.

O Prefeito do Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná, o Excelentíssimo senhor José Roberto Mendes, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º- Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado, composta pelos seguintes membros, a fim de organizar, dirigir, fiscalizar, avaliar e conduzir administrativamente a realização do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Agente de Apoio de Transporte e Inspetoria Escolar:

NOME	PORTARIA	FORMAÇÃO	CARGO A COMISSÃO
VANESA MARIA FERRARI	7407/2025	ARTE E PEDAGOGIA	PRESIDENTE
PATRÍCIA MARQUES BOSKA MANTOVANI	7405/2025	PEDAGOGIA	MEMBRO
ESTELA DELSANTORO	7404/2025	PEDAGOGIA	MEMBRO
ANA PAULA GARCIA ANDRÉ DEGAN	7402/2025	PEDAGOGIA	MEMBRO
PRISCILLA PIMENTEL PROVIDELO	7403/2025	PEDAGOGIA	MEMBRO
VIVIANE DE FÁTIMA BERNARDO DE BRITTO	9303/2025	EDUCAÇÃO FÍSICA, ARTES CÊNICAS E MATEMÁTICA	MEMBRO

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandaguaçu, 16 de junho de 2025.

JOSE ROBERTO MENDES:63453665953 Assinado de forma digital por JOSE ROBERTO MENDES:63453665953 Dados: 2025.06.17 13:45:20 -03'00'

José Roberto Mendes
Prefeito Municipal

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000
Fone: (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguacu.pr.gov.br

DECRETO Nº 9600/2025

O Senhor **José Roberto Mendes**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a Senhora **MARIA CLAUDIA DOS SANTOS SANTANNA**, a partir de 16 de junho de 2025, no cargo de ASSESSOR EXECUTIVO III.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu/PR, 17 de junho de 2025.

JOSE ROBERTO MENDES:63453665953 Assinado de forma digital por JOSE ROBERTO MENDES:63453665953 Dados: 2025.06.17 13:45:20 -03'00'

José Roberto Mendes
Prefeito Municipal

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000
Fone: (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguacu.pr.gov.br

DECRETO Nº 9601/2025

O Senhor **José Roberto Mendes**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a Senhora **THAIS LEITE RIBEIRO FERNANDES**, a partir de 12 de junho de 2025, do cargo de ATENDENTE DE CRECHE.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu/PR, 17 de junho de 2025.

JOSE ROBERTO MENDES:63453665953 Assinado de forma digital por JOSE ROBERTO MENDES:63453665953 Dados: 2025.06.17 13:54:49 -03'00'

José Roberto Mendes
Prefeito Municipal

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 Caixa Postal 81 CEP 87.160-000
PABX/FAX (44)3245-8400 CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguacu.pr.gov.br

PORTARIA Nº 7498/2025

O Senhor **JOSÉ ROBERTO MENDES**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Senhor (a) **FLORISVAL POLPETA**, servidor (a) municipal, ocupante do cargo de Vigia, **LICENÇA PRÊMIO**, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar de 16 de junho de 2025, referente ao período de 01/04/2012 a 01/04/2017, de conformidade contida no artigo 89 da Lei Municipal nº. 1621/2008 (Estatuto dos Servidores do Município de Mandaguaçu).

Mandaguaçu (PR), 17 de junho de 2025.

JOSE ROBERTO MENDES:63453665953 Assinado de forma digital por JOSE ROBERTO MENDES:63453665953 Dados: 2025.06.17 13:59:56 -03'00'

José Roberto Mendes
Prefeito Municipal

Página: 1 / 1

ESTADO DO PARANÁ
CÂMARA MUNICIPAL MANDAGUAÇU
Rua Bernardino Bogo, 100 - Centro - Mandaguaçu
CEP: 87160-000 CNPJ: 77.643.443/0001-25 Telefone: (44) 3245-1545
E-mail: contato@cmmandaguacu.pr.gov.br Site: https://www.mandaguacu.pr.

INEXIGIBILIDADE DE
Nr.: 4/2025

Processo Adm.: 13/2025
Data do Processo: 17/06/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 74, III.f e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 13/2025
b) Nr. Licitação: 4/2025 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação: 18/06/2025
e) Objeto da Licitação: *Inscrição de vereadores no evento Atuação Legislativa, Mudando o Brasil a partir do Município – XI Encontro da ACAMOP – Associação de Câmaras e Vereadores do Oeste do Paraná, que será realizado pela empresa PUBLICA TREINAMENTOS LTDA, em 24 a e 27 de junho de 2025.*

Participante: PUBLICA TREINAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Cursos e treinamentos	6.000	UN	2.290,00	13.740,00
				Total do Participante:	**13.740,00**
				Total Geral:	**13.740,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00	R$ 13.740,00

Mandaguaçu, 18 de Junho de 2025

MARCIO AQUARONI NAVACHI:97335533953 Assinado de forma digital por MARCIO AQUARONI NAVACHI:97335533953 Dados: 2025.06.18 09:10:55 -03'00'

Assinatura do Responsável

CÂMARA MUNICIPAL DE COLORADO
ESTADO DO PARANÁ

ERRATA

O presidente da Câmara Municipal de Colorado, Alexandra Rosseto, no uso de suas atribuições, publica ERRATA, no que se refere ao "AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA" referente a Dispensa de Licitação nº 09/2025 do Procedimento Administrativo nº 21/2025, publicado no Jornal O Regional em 10/06/2025, edição 2988 – Colorado, página nº 02 e também publicado no Sito da Câmara Municipal de Colorado no dia 09/06/2025.

ONDE SE LÊ: 12/05/2025

LEIA-SE: 12/06/2025

Colorado, 16/06/2025

Alexandra Rosseto
Presidente da Câmara Municipal de Colorado

CÂMARA MUNICIPAL DE COLORADO
ESTADO DO PARANÁ

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 21/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2025

EXTRATO DE CONTRATO
Ref. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025

NÚMERO DO PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 21/2025
MODALIDADE/NÚMERO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2025
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133/21

CONTRATADA: DAVI DA COSTA RAMOS SUPERMERCADO ME, inscrita no CNPJ: 00.103.474/0001-69, Rua Belem nº 379, Jardim Cairi, Colorado/PR, cep: 86.690-000.
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Colorado.
OBJETO: fornecimento de água mineral natural, potável e não gasosa em copos de 200ml e em galões de 20 litros, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral- DNPM e Agencia Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto, a qual justifica-se pela necessidade da Câmara Municipal de Colorado em atender suas demandas administrativas
VIGÊNCIA: 365 dias a contar da data da assinatura do contrato.
VALOR: R$ 3.663,25 (Três mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte e cinco centavos).

ORGÃO: 01 - LEGISLATIVO MUNICIPAL
UNIDADE. 001 – CAMARA MUNICIPAL
FUNCIONAL: 01.001.01.031.0001.2000 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS
DESPESA: 33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
DETALHAMENTO: 33.90.30.07.12 – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E COZINHA.

DATA DA ASSINATURA: 17/06/2025
FORO: Comarca de Colorado, Estado do Paraná

Colorado, 17 de junho de 2025.

Alexandra Rosseto
Presidente da Câmara Municipal de Colorado

CÂMARA MUNICIPAL DE COLORADO
ESTADO DO PARANÁ

RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO DE DISPENSA Nº 09/2025

Os demais membros da Comissão de contratação da Câmara Municipal de Colorado, RATIFICAM os argumentos expressos pela presidente quanto a Dispensa de Licitação, bem como a contratação da empresa DAVI DA COSTA RAMOS SUPERMERCADO ME, inscrita no CNPJ: 00.103.474/0001-69.

Colorado, 16 de junho de 2025

Fernando Parucci Manzano
Membro

Anderson Ferreira dos Santos
Membro

Eliana Regina Salvadego
Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE COLORADO
ESTADO DO PARANÁ

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 23/2025

TERMO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2025

Ratifico o termo de inexigibilidade de licitação nº 13/2025, retro apresentado cujo objeto: 03 (Três) inscrições para o curso "Inteligência Artificial nas Licitações e Contratos Públicos: Soluções Inovadoras e Implementação Prática.", que será realizado de 25 a 27 de junho de 2025 em Curitiba/PR, mencionados na autorização de licitação nº 23/2025, e homologo-o nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, de modo que seja realizada com a GESTÃO PÚBLICA BRASIL LTDA

Colorado, 16 de junho de 2025.

Alexandra Rosseto
Presidente da Câmara Municipal de Colorado

CÂMARA MUNICIPAL DE COLORADO
ESTADO DO PARANÁ

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 24/2025

TERMO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2025

Ratifico o termo de inexigibilidade de licitação nº 14/2025, retro apresentado cujo objeto: 03 (Três) inscrições para o curso "Atuação Legislativa, mudando o Brasil a partir do Município – XI Encontro da ACAMOP", que será realizado de 24 a 27 de junho de 2025 em Curitiba/PR, mencionados na autorização de licitação nº 24/2025, e homologo-o nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, de modo que seja realizada com a PUBLICA TREINAMENTOS LTDA.

Colorado, 16 de junho de 2025.

Alexandra Rosseto
Presidente da Câmara Municipal de Colorado

Câmara Municipal de Paranacity
ESTADO DO PARANÁ
Rua Pedro Paulo Venério, 973 - CEP 87660-000 - Fone: (44) 3463-2029(44) 3463-1577
CNPJ: 01.590.290/0001-33
Site: http://www.camaraparanacity.pr.gov.br/ e-mail: camaraparanacity@gmail.com

PORTARIA Nº 08/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Paranacity – Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor **Leandro Juvenasso**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 18, inciso XXI do Regimento Interno da Câmara Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear, o Sr. **Eduardo Xavier de Souza**, portador da cédula de identidade RG nº. 5.780.701-6 SESP/PR, inscrito no CPF nº. 019.926.669-70, para ocupar o cargo comissionado de Assessor de Comunicação, com carga horária de 20h semanais, nos quadros da Câmara Municipal de Paranacity, Estado do Paraná.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e a fixe em local de costume.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ, EM 17 DE JUNHO DE 2025.

Leandro Juvenasso
-Presidente-

Câmara Municipal de Paranacity
ESTADO DO PARANÁ
Rua Pedro Paulo Venério, 973 - CEP 87660-000
CNPJ01.590.290/0001-33
Site: http://www.camaraparanacity.pr.gov.br/ e-mail: camaraparanacity@gmail.com

PORTARIA Nº 09/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Paranacity – Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor **Leandro Juvenasso**, no uso de suas atribuições legais que o confere o art. 18, inciso XXI do Regimento Interno da Câmara Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar ponto facultativo de expediente na Câmara Municipal de Paranacity, no dia 20 de junho de 2025, considerando feriado de Corpus Christi.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e a fixe em local de costume.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ, EM 17 DE JUNHO DE 2025.

Leandro Juvenasso
-Presidente-

Câmara Municipal de Paranacity
ESTADO DO PARANÁ
Rua Pedro Paulo Venério, 973 - CEP 87660-000 - Fone: (44) 3463-2029(44) 3463-1577
CNPJ: 01.590.290/0001-33
Site: http://www.camaraparanacity.pr.gov.br/ e-mail: camaraparanacity@gmail.com

PORTARIA Nº 10/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Paranacity – Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor **Leandro Juvenasso**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 18, inciso XXI do Regimento Interno da Câmara Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear, o Sr. **Gabriel Siolari de Mico Venancio**, portador da cédula de identidade RG nº. 10.862.531-7 SESP/PR, inscrito no CPF nº. 091.333.579-78, para ocupar o cargo comissionado de Assessor de Legislativo, com carga horária de 40h semanais, nos quadros da Câmara Municipal de Paranacity, Estado do Paraná.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e a fixe em local de costume.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ, EM 17 DE JUNHO DE 2025.

Leandro Juvenasso
-Presidente-

PARANACITY
PREFEITURA MUNICIPAL

LEI Nº 2.630/2025

SÚMULA: Fixa critérios objetivos e regulamenta as gratificações e as funções gratificadas dos servidores efetivos da Câmara Municipal de Paranacity, e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PARANACITY**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Poder Legislativo Municipal, a função gratificada para os cargos de Diretor Geral, Procurador Jurídico e Controlador Interno, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º A função gratificada será considerada vantagem acessória ao vencimento do servidor efetivo e estável que, por designação formal, exercer as funções de Diretor Geral, Procurador Jurídico ou Controlador Interno.

§ 2º O valor da função gratificada obedecerá ao percentual fixado nesta Lei, incidente sobre o vencimento básico do servidor.

§ 3º É vedada a acumulação de cargo em comissão com a função gratificada.

Art. 2º As funções gratificadas somente poderão ser exercidas por servidores efetivos e estáveis, pertencentes ao quadro permanente da Câmara Municipal, vinculados ao grupo ocupacional profissional correspondente.

Art. 3º Os servidores efetivos com direito à função gratificada não farão jus ao pagamento de horas extras no exercício da respectiva função.

Art. 4º Considera-se gratificação especial, para fins desta Lei, a vantagem pecuniária devida pelo exercício de encargos especiais que, embora atendam ao interesse público, sejam:

I – Alheios às atribuições do cargo efetivo ocupado pelo servidor;

II – Desenvolvidos em condições anormais de exercício regular; ou

III – Exigidos em caráter contínuo e formalmente instituído.

§ 1º Na concessão da gratificação especial, deverão ser observadas as seguintes vedações:

I – É vedada a concessão para encargos típicos de direção ou chefia;

II – É vedada a concessão para o desempenho de atribuições típicas de outros cargos efetivos;

III – É vedada a concessão quando já houver previsão de pagamento de outra gratificação para o mesmo encargo.

§ 2º O valor da gratificação especial obedecerá ao percentual fixado nesta Lei, incidente sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 5º A participação de servidor efetivo em Comissões Permanentes ou Temporárias, Comitês, Grupos de Trabalho ou outras estruturas formalmente constituídas pela Câmara Municipal será remunerada por meio de gratificação especial, conforme os percentuais estabelecidos nesta Lei.

Art. 6º A referenciação mensal para o exercício de função gratificada será:

I – 30% (trinta por cento) para Diretor Geral;

II – 30% (trinta por cento) para Procurador Jurídico;

III – 50% (cinquenta por cento) para Controlador Interno.

Art. 7º A referenciação mensal da gratificação pelo exercício de atividade suplementar será:

I – 25% (vinte e cinco por cento) para Pregoeiro, Leiloeiro, Presidente de Comissão Permanente ou Temporária e Presidente de Comitê;

II – 15% (quinze por cento) para Secretário ou Membro de Comissão ou Comitê, Assistente em estudos técnicos, responsável por trabalho técnico ou científico (exceto comissões), Assistente em Comissão Parlamentar de Inquérito e Assistente em estudos técnicos.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em sentido contrário, especialmente a íntegra da Lei nº 2.518/2023.

Paço Municipal Adalberto Inocêncio – Paranacity – Estado do Paraná, em 17 de junho de 2025.

José Cláudio Batista
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura de Floraí
Rua Presidente Getúlio Vargas, 177 - Centro - Floraí/PR - CEP: 87185-000
www.florai.pr.gov.br | Tel.: (44) 3242-8300 | CNPJ: 75.731.000/0001-60

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Termo aditivo nº 4501/2025 ao contrato nº 45/2025, referente a licitação DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2025: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM HOTEL, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, DO MUNICIPIO DE FLORAI, ESTADO DO PARANÁ.**.

CONTRATADA: **COMAQ PALACE HOTEL LTDA – EMAIL: comaq@comaqpalacehotel.com.br - Telefone: (44) 3245-1175 - CNPJ: 17.209.824/0001-79 – Endereço: Avenida Munhoz da Rocha, n.º 326 - CEP: 87160-000, Cidade: Mandaguaçu - Estado: Paraná.**
OBJETO DO ADITIVO: O presente aditivo tem por objeto a alteração quantitativa do objeto contratual respeitando o percentual legal nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021 no item 1.
Floraí-PR, 17 de junho de 2025.
Autoridade Competente: EDNA DE LOURDES CARPINÉ CONTIN. Prefeita Municipal.

Edna de Lourdes Carpiné Contin
Prefeita Municipal

PARANACITY
PREFEITURA MUNICIPAL

LEI Nº 2.631/2025

RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DA AMUSEP – PROAMUSEP.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no QUARTO TERMO DE ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE INTENÇÕES do Consórcio Público Intermunicipal de gestão da AMUSEP – PROAMUSEP, firmado entre este Municipio e o referido Consórcio Público, mediante autorização da Lei Municipal nº 1.919, de 08 de fevereiro de 2013, nos termos do artigo 12-A da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, parte integrante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Adalberto Inocêncio, Paranacity – Estado do Paraná, em 17 de junho de 2025.

José Cláudio Batista
PREFEITO MUNICIPAL

Fundo de Previdência Servidores Municipais de Mandaguaçu
Estado do Paraná
Rua Bernardino Bogo, 85 –Apto 1
CNPJ 85.449.932/0001-79 – CEP: 87.160.000
e-mail:rpps@mandaguacu.pr.gov.br

PROCESSO Nº 4 / 2025 - RPPS

INEXIGIBILIDADE Nº 3 / 2025– RPPS

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Declaro como dispensável a licitação, com fundamento no artigo 74. Inciso CAPUT da Lei Federal nº 14.133/2021, Contratação de empresa especializada para capacitação de servidores membros do RPPS. Quanto a atualizações previstas para o exercício de 2025 pertinentes ao RPPS do Município tudo em conformidade com os documentos que instruem o Processo de inexigibilidade nº 3/2025 – RPPS, a empresa ABIBEM – Associação Brasileira . Inscrita no CNPJ : 29.184.280/0001-17.

Valor: r$ - 4.200,00

Fabio Carmel
Presidente do RPPS –

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato do RPPS tudo de conformidade com os documentos que instituem o respectivo processo, uma vês que o mesmo se encontra devidamente instituído. Publique-se.

Mandaguaçu-Pr, 02 de junho de 2025.

Fabio Carmel
-Presidente do RPPS-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo , 175 - PABX/FAX (44)3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08
http://www.mandaguacu.pr.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2025 - PMM
INEXIGIBILIDADE Nº 48/2025 - PMM

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Declaro como inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, I, da Lei Federal nº 14133/2021, a contratação que tem por objeto: pagamento da taxa de inscrição do 67º jogos da abertos do paraná – fase regional, na cidade de mandaguari, nas modalidades de futsal feminino e masculino e handebol masculino e feminino, em conformidade com os documentos que instruem o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 48/2025 – PMM, em favor do fornecedor: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, inscrito no CNPJ: 76.285.345/0001-09, com valor total de R$ 800,00(oitocentos reais).

Face ao disposto no artigo nº 72, da Lei Federal nº 14133/21, submeto o ato a ratificação e devida publicidade.

DANILO FERNANDO DOS SANTOS CORADINI
Secretaria Municipal de Esportes

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato do Secretaria Municipal de Esportes tudo de conformidade com os documentos que instituem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instituído. Publique-se.

Mandaguaçu, 16 de Junho de 2025

JOSÉ ROBERTO MENDES
PREFEITO MUNICIPAL

INEXIGIBILIDADE Nº: 48 / 2025
PROCESSO Nº: 100 / 2025
DEPARTAMENTO:Secretaria Municipal de Esportes
FORNECEDOR : MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

OBJETO: Pagamento da taxa de inscrição do 67º Jogos da Abertos do Paraná – fase regional, na cidade de Mandaguari, nas modalidades de futsal feminino e masculino e handebol masculino e feminino

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 1B54-2C9B-CA66-B3B7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JOSE ROBERTO MENDES (CPF 634.XXX.XXX-53) em 16/06/2025 13:51:38 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

DANILO FERNANDO DOS SANTOS CORADINI (CPF 058.XXX.XXX-62) em 17/06/2025 08:37:36 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/1B54-2C9B-CA66-B3B7

Assinado por 2 pessoas: JOSE ROBERTO MENDES e DANILO FERNANDO DOS SANTOS CORADINI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/1B54-2C9B-CA66-B3B7 e informe o código 1B54-2C9B-CA66-B3B7

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo , 175 - PABX/FAX (44)3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08
http://www.mandaguacu.pr.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2025 - PMM
DISPENSA LICITACAO Nº 20/2025 - PMM

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA LICITACAO

Declaro como dispensável a licitação, com fundamento no artigo 75, VIII, da Lei Federal nº14133/2021, a contratação que tem por objeto: dispensa emergencial para aquisição de alevinos, em conformidade com os documentos que instruem o Processo de Dispensa de Licitação nº20/2025 - PMM, em favor do fornecedor: L.E.F. SANCHES & CIA LTDA, inscrito no CNPJ: 25.012.130/0001-75, com valor total de R$ 2.247,50(dois mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

Face ao disposto no artigo nº 72, da Lei Federal nº 14133/21, submeto o ato a ratificação e devida publicidade.

JURACI CEZAR BEZERRA
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA LICITACAO

Ratifico o ato do Secretaria Municipal de Meio Ambiente tudo de conformidade com os documentos que instituem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instituído. Publique-se.

Mandaguaçu, 17 de Junho de 2025

JOSÉ ROBERTO MENDES
PREFEITO MUNICIPAL

DISPENSA LICITACAO Nº: 20 / 2025
PROCESSO Nº: 101 / 2025
DEPARTAMENTO:Secretaria Municipal de Meio Ambiente
FORNECEDOR : L.E.F. SANCHES & CIA LTDA

OBJETO: Dispensa emergencial para aquisição de alevinos

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 1382-B7ED-B29D-7FA2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JURACI CEZAR BEZERRA (CPF 752.XXX.XXX-34) em 17/06/2025 13:30:29 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

JOSE ROBERTO MENDES (CPF 634.XXX.XXX-53) em 17/06/2025 14:54:50 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/1382-B7ED-B29D-7FA2

Assinado por 2 pessoas: JURACI CEZAR BEZERRA e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/1382-B7ED-B29D-7FA2 e informe o código 1382-B7ED-B29D-7FA2

MUNICIPIO DE MANDAGUACU
MANDAGUAÇU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE MANDAGUACU,** inscrito no CNPJ nº 76.285.329/0001-08, com endereço RUA BERNARDINO BOGO, 175, na cidade de MANDAGUAÇU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **JOSE ROBERTO MENDES** portador da Cédula de Identidade nº 4253669 -5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.536.659-53, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, da Lei 10.520/2002, dos Decretos Municipais nºs 8441/23, e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 15/2025, homologado em 04/06/2025, integrante do Processo Administrativo nº 65/2025, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa TAVARES E MAZZO LTDA, CNPJ nº 05.552.986/0001-26, com endereço RUA PREFEITO DEVETEDE PAULA XAVIER 670, CEP 87301100, representada por ISAIAS TAVARE, Carteira de identidade nº 2255377/46, inscrito no CPF nº 079.681.368-06, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1- DO OBJETO:

1- A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de preços para aquisição de suprimentos, equipamentos, acessórios e materiais de informática** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

1.1- Do órgão contratante MANDAGUAÇU-PR, descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA;**

1.2- As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

2- DA VIGÊNCIA:

2.1- A presente **ATA** terá vigência pelo prazo de 12 meses, a partir da data da sua publicidade;

2.2- Durante o prazo de vigência desta **ATA**, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

3- DA VINCULAÇÃO:

3.1- O disposto na presente **ATA** deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital Licitatório, sendo observado o disposto na Lei nº 10.520/2002, os Decretos Municipais nºs 8441/23, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

4- DAS OBRIGAÇÕES E DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:

4.1- As condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitatório deverão ser mantidas pela empresa registrada durante toda a vigência da presente **ATA**, ficando facultado ao órgão contratante, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases.

5- DOS PREÇOS E DA PESQUISA DE MERCADO:

5.1- Os preços ofertados pela empresa adjudicatária da licitação, signatária da presente **ATA,** constam do **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo;

5.2- O órgão contratante poderá promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação de aquisição e/ou publicação periódica no Diário Oficial do Município.

6- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

6.1- O prazo de entrega ficará condicionado ao estipulado em edital;

6.2- Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal;

6.3- Ocorrendo a rejeição em algum material, a contratada será notificada pelo destinatário, o órgão contratante, para a retirada do mesmo dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis;

6.4- A recusa da contratada em atender o estabelecido no item anterior implicará em aplicação das sanções previstas na presente **ATA**;

6.5- A contratada será a única responsável pela qualidade do(s) materiais(s) entregue(s);

6.6- A empresa deverá oferecer formalmente um Termo de Garantia, nos termos do Art. 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), que deverá ser entregue junto com o objeto da Licitação, pelo prazo de 12 meses a partir do recebimento definitivo do(s) produtos(s) pela Central de Abastecimento/SMS, entendendo como tal a data de adimplemento;

6.7- A contratada deverá observar, na execução da presente **ATA** o disposto na legislação federal, estadual e municipal, em tudo aquilo que for aplicável;

6.8- Dentro do prazo de vigência desta **ATA**, a Contratada será obrigada ao fornecimento dos materiais desde que obedecidas todas as suas condições, conforme previsão do Edital

PREFEITURA DO MUNICÌPIO DE FLORAÍ

Rua Presidente Getúlio Vargas, nº 177 – Centro – Cep: 87.185-000
Tel: (44) 3242-8300 / www.floraí.pr.gov.br / CNPJ: 75.731.000/0001-60

PORTARIA Nº 090/2025

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE FLORAÍ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei e;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 91 a 94 da Lei nº 896/2001 de 11 de abril de 2011, (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Floraí), que trata sobre férias,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, férias regulamentares.

NOME	Matricula	Período Aquisitivo	Período em Férias	Período em Dias
WILLIAM ALVES DOS SANTOS	555	01.11.23 A 31.10.24	23.06.25 A 07.07.25	15(quinze) dias
CARMENO ANTONIO MATERA	363	03.01.24 A 02.01.25	30.06.25 A 14.07.25	15(quinze) dias
GUILHERME FERREIRA ANGELO	542	04.06.24 A 04.06.25	30.06.25 A 29.07.25	30(trinta) dias

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, "Osvaldo da Silva", aos 17 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco.

EDNA DE LOURDES CARPINE CONTIN
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA

Rua Bela Vista, nº 1014 - Centro - CEP: 87.170-000 - CNPJ: 76.282.672/0001-07
E-mail: rh@ourizona.pr.gov.br - Fone: (44) 3278-1592
Departamento de Recursos Humanos

DECRETO Nº. 199/2025

SÚMULA – Dispõe sobre cumprimento de estágio probatório e efetivação de Servidor do Quadro do Magistério Público Municipal na forma que especifica.

O Senhor JANILSON MARCOS DONASAN, Prefeito do Município de Ourizona, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com as disposições contidas na Lei nº 784/2013, de 26 de setembro de 2013.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica efetivada, no seu respectivo cargo, a servidora adiante nominada, por ter cumprido o estágio probatório e ter sido aprovada na avaliação de desempenho conforme documentos anexados em sua ficha funcional.

NOME DO FUNCIONÁRIO	CARGO	DATA DA NOMEÇÃO	EFETIVADA A PARTIR DE:
NAIRA NATIELI DE ARAÚJO NOVELLO	Professora	08/06/2022	08/06/2025

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor com data retroativa a 08 de junho de 2025, revogada as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURIZONA, AOS 17 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2025.

JANILSON MARCOS DONASAN
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA

Rua Bela Vista, nº 1014 - Centro - CEP: 87.170-000 - CNPJ: 76.282.672/0001-07
E-mail: rh@ourizona.pr.gov.br - Fone: (44) 3278-1592
Departamento de Recursos Humanos

DECRETO Nº. 200/2025

SÚMULA – Dispõe sobre cumprimento de estágio probatório e efetivação de Servidor do Quadro do Magistério Público Municipal na forma que especifica.

O Senhor JANILSON MARCOS DONASAN, Prefeito do Município de Ourizona, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com as disposições contidas na Lei nº 784/2013, de 26 de setembro de 2013.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica efetivada, no seu respectivo cargo, a servidora adiante nominada, por ter cumprido o estágio probatório e ter sido aprovada na avaliação de desempenho conforme documentos anexados em sua ficha funcional.

NOME DO FUNCIONÁRIO	CARGO	DATA DA NOMEÇÃO	EFETIVADA A PARTIR DE:
PAMELA JÉSSICA MANFRINATO	Professora	06/06/2022	06/06/2025

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor com data retroativa a 06 de junho de 2025, revogada as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURIZONA, AOS 17 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2025.

JANILSON MARCOS DONASAN
Prefeito Municipal

Conselho Municipal de Assistência Social

CNPJ 12.682.785/0001-65
email: assistsocial@colorado.pr.gov.br
Rua Pará, 491 - Fone: (44) 3323 - 1028 - CEP: 86690-000 - Colorado - PR

RESOLUÇÃO Nº 18/2025 – CMAS, DE 17 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre a Manutenção do Registro da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Colorado-PR no Conselho Municipal de Assistência Social de Colorado – PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Colorado/PR, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.618 de 30 de abril de 2014, e alteração pela Lei Municipal nº 2.824/2019 e a deliberação ocorrida em 23 de abril de 2024 e;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 (LOAS) e suas alterações pela Lei Federal nº 12.435 de 2011, em especial o Artigo 3º e o Artigo 9º;

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica/NOB/SUAS de 12 de dezembro de 2012;

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS/NOB/RH/SUAS de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO o Decreto 6.308 de 14/12/2007;

CONSIDERANDO a Resolução MDS/CNAS Nº 109 de 11/11/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO a Lei Federal Nº 12.101 de 27/11/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

CONSIDERANDO a Resolução MDS/CNAS Nº 14/2014;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 27 de 19/09/2011; a Resolução CNAS nº 33 de 28/11/2011 e a Resolução CNAS nº 34 de 28/11/2011;

CONSIDERANDO a documentação do Serviço Executado enviada pela entidade APAE;

CONSIDERANDO o Parecer favorável da Comissão de Normas do Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Ata nº 013/2025 da Reunião Extraordinária realizada aos 16/06/2025;

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a Manutenção de Registro da Associação Pais e Amigos dos Excepcionais de Colorado - APAE no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Colorado/PR, a qual executa Serviço da Proteção Social Especial – Média Complexidade – Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Colorado-PR, 17 de junho de 2025.

Aparecida Jesus de Almeida
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA
RUA BELA VISTA, 1014 – OURIZONA, PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 16 DE JUNHO DE 2025

Deliberação: Dispõe sobre a análise e aprovação do Plano de Trabalho de Convênio com a AMA (Associação Maringaense dos Autistas).

O **Conselho Municipal de Educação** – CME, no uso de suas atribuições legais e conforme DELIBERAÇÃO em reunião em 29 de abril de 2025;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Educação é órgão colegiado de caráter deliberativo, fiscalizador e propositivo;

CONSIDERANDO que o CME possui atribuições de avaliar, acompanhar, fiscalizar ações em relação a Convênios referentes aos temas da Educação;

CONSIDERANDO o Termo de Fomento Nº 01/2025 – AMA onde apresenta Plano de Trabalho da referida entidade para RENOVAÇÃO de Convênio para mais 12 meses conforme cronograma de desembolso sugerido pelo ente.

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico e Informações sobre Dotação Orçamentaria;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho da Associação Maringaense dos Autistas – Referente ao Termo de Fomento Nº 01/2025 com vigência de julho de 2025 a julho de 2026.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Elis Regina Valensola Picoli
Presidente CME

Ata
Ata da Reunião do Conselho Municipal de Educação para aprovar a Renovação de Convênio /Termo de Fomento 001/2025 – AMA – ASSOCIAÇÃO MARINGAENSES DOS AUTISTAS
Ata da reunião realizada em vinte e nove de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (29/04/2025), na Secretaria Municipal de Educação, Rua Bela Vista, nº 1014, na cidade de Ourizona/PR, às treze horas e trinta minutos (13h30min), com os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME, tendo como pauta a Renovação do Convênio com a AMA – Termo de Fomento 001/2025. Iniciou a presente reunião com os agradecimentos pela presença de todos, a Presidente Elis Regina Valensola Picoli. Após, o Sra. Márcia Aparecida Volpato, Secretária Municipal de Educação de Ourizona, apresentou o Termo de Fomento entre o município de Ourizona e a AMA- Associação Maringaense dos Autistas, que deverá ter o parecer do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO após a análise do PLANO DE TRABALHO (Plano de Ação) para subvenção e cooperação, conforme prevê a Lei 13019/2014. O Sra. Márcia informou que estão sendo atendidas pela AMA no ano de 2025, 3 (três) municípes. A Sra. Secretária falou aos presentes que a escola tem seus espaços reduzidos, porém verificou-se ser uma escola muito organizada, um quadro de profissionais excelentes e ainda com algumas demandas na estrutura necessitando de parcerias, apoios, recursos, convênios, promoções para se manterem. Informou aos membros presentes que o recurso está previsto em Plano de Aplicação para pagamento de 01 (um) Professor Especialista em Educação Especial, 20 horas semanais, 13º salário, férias, FGTS e Programa de alimentação do trabalhador, que será pago a associação o convênio no total de **R$ 69.457,50 com repasses divididos em 10 parcelas, sendo 8 parcelas de R$ 6.000,00, 1 parcela de R$ 8.457,50 e 1 parcela de R$ 13.000,00 compreendidos entre julho/2025 a maio/2026.** A Sra. Márcia lembrou ainda que juntamente da proposta está toda a apresentação da instituição, sua vida legal e sua capacidade de atendimento. Após o detalhamento seguiu uma breve discussão e os membros presentes do Conselho chegaram à conclusão que são de **PARECER FAVORÁVEL** da renovação do convênio com a AMA de Maringá. Nada mais havendo eu, Danielle Cruz Volpato, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por todos os presentes.

Conselho Municipal de Assistência Social

Rua Felix Bocheinia, 735 - Centro - Fone (44) 3463 2348 - CEP 87560-000 - Paranacity - Paraná

DELIBERAÇÃO Nº. 06/2025

Súmula: Trata da Prestação de Contas — Repasse de Recursos Fundo a Fundo Piso Único de Assistência Social – PAS de 01/02/24 a 31/12/2024.

O Conselho Municipal de Assistência Social CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 2401, de 27 de dezembro de 2020.
Considerando a deliberação Plenária da reunião ordinária realizada em 19/03/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Analisar a Prestação de Contas - Repasse de Recursos Fundo a Fundo Piso Único de Assistência Social – PAS de 01/02/24 a 31/12/2024.

Art. 2º. Aprova a Prestação de Contas - - Repasse de Recursos Fundo a Fundo Piso Único de Assistência Social – PAS de 01/02/24 a 31/12/2024.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranacity, 20 de março de 2025.

Claudia Alencar Santini
Presidente CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PARANACITY - PARANÁ
CNPJ 13.371.681/0001-07

Prefeitura do Município de Mandaguaçu

ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 - Caixa Postal 81
PABX/FAX (44) 3245-8400 - CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguacu.pr.gov.br

REPUBLICAÇÃO

LEI Nº 2444/2025

Dispõe sobre a criação no Anexo II da Lei Municipal nº 1.746, de 1º de setembro de 2011, dos cargos de Advogado e Auditor Fiscal para jornada de 40 horas semanais, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado no Anexo II da Lei Municipal nº 1.746, de 1º de setembro de 2011, os cargos efetivos abaixo relacionados com os respectivos níveis iniciais de vencimentos constante no Anexo IV da mesma lei:

nº de vagas	carga horária	denominação do cargo	escolaridade	Nível inicial de vencimentos
03	40h/semana	Advogado	Ensino Superior	212
02	40h/semana	Auditor Fiscal	Ensino Superior	175

Art. 2º As atribuições dos cargos, grau de escolaridade e requisitos exigido constam no Anexo Único da presente lei.

Art. 3º Os cargos criados por esta lei são de natureza efetiva e serão providos mediante a realização de concurso público.

Art. 4º Fica extinto o cargo de Fiscal de Tributos com jornada de 40 horas semanais constante no Anexo II da Lei Municipal nº 1.746, de 1º de setembro de 2011.

Art. 5º Fica colocado em extinção o cargo de Advogado com jornada de 20 horas semanais constante no Anexo II da Lei Municipal nº 1.746, de 1º de setembro de 2011.

Parágrafo único. Os cargos ocupados de que trata este artigo serão extintos quando ocorrer a sua vacância, assegurando-se a seus ocupantes todos os direitos e vantagens estabelecidos.

Art. 6º Os recursos necessários para a execução desta lei advirão do Orçamento Geral do Município – rubrica "vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil".

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 27 de maio de 2025.

Assinado de forma digital por JOSE ROBERTO MENDES:63453665953 Dados: 2025.06.18 08:11:34 -03'00'

José Roberto Mendes
Prefeito Municipal
ANEXO ÚNICO

CARGO	DESCRIÇÃO
Advogado **40 horas/semanais**	**1 DESCRIÇÃO SINTÉTICA** Compreende as atividades jurídicas necessárias ao desenvolvimento municipal e do bom relacionamento entre o poder Executivo, Legislativo e os Munícipes. **2 DESCRIÇÃO DETALHADA** • elaborar projetos de lei, portarias e decretos; • minutar escrituras, convênios e contratos; • promover a cobrança judicial da Dívida Ativa Municipal; • promover a cobrança de qualquer crédito do Município que não for liquidado no prazo legal; • redigir justificativas de vetos; • atender consultas jurídicas que lhe for encaminhada pelo Prefeito ou pelos secretários municipais; • representar e defender o município em juízo ou fora dele, os direitos e interesses do Município; • representar facultativamente as entidades da administração indireta (autarquias, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista) no caso em que inexistir o cargo de advogado, fazendo jus neste caso à percepção de gratificação ou adicional previsto em lei a cargo do Poder Executivo. **3 REQUISITOS PARA PROVIMENTO** Bacharel em Direito e Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
Auditor Fiscal **40 horas/semanais**	**1 DESCRIÇÃO SINTÉTICA** Executar atividades inerentes à Administração Tributária, relativamente aos impostos de competência do Município, às taxas e às contribuições. **2 DESCRIÇÃO DETALHADA** * constituir o crédito tributário, mediante lançamento, inclusive por emissão eletrônica, proceder à sua revisão de ofício, homologar, aplicar as penalidades previstas na legislação e proceder à revisão das declarações efetuadas pelo sujeito passivo; * controlar, executar e aperfeiçoar procedimentos de auditoria, diligência, perícia e fiscalização, objetivando verificar o cumprimento das obrigações tributárias do sujeito passivo, praticando todos os atos definidos na legislação específica, inclusive os relativos à busca e à apreensão de livros, documentos e assemelhados, bem como o de lacrar bens móveis, no exercício de suas funções; * supervisionar o compartilhamento de cadastros e informações fiscais com as demais administrações tributárias da União, dos Estados e outros Municípios, mediante lei ou convênio; * autorizar e supervisionar o credenciamento de usuários de sistemas tributários informatizados; * avaliar e especificar os parâmetros de tratamento de informação, com vistas às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições; * planejar, coordenar, supervisionar e exercer, observada a competência específica de outros órgãos, as atividades de repressão à sonegação fiscal, ocultação de bens, direitos e valores; * desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária; * analisar, elaborar e proferir decisões, em processos administrativo-fiscais, nas respectivas esferas de competência, inclusive os relativos ao reconhecimento de direito creditório, à solicitação de retificação de declaração, à imunidade, a quaisquer formas de suspensão, exclusão e extinção de créditos tributários previstos na Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, à restituição, ao ressarcimento e à redução de tributos e contribuições; * estudar, pesquisar e emitir pareceres de caráter tributário, inclusive em processos de consulta; * elaborar minutas de atos normativos e manifestar-se sobre projetos de lei e atos normativos referentes à matéria tributária; * supervisionar as atividades de disseminação de informações ao sujeito passivo, visando à simplificação do cumprimento das obrigações tributárias e à formalização de processos; * elaborar minuta de cálculo de exigência tributária alterada por decisão administrativa ou judicial; * prestar assistência aos órgãos encarregados de representação judicial do Município; * planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de fiscalização, arrecadação e de cobrança dos impostos, taxas e contribuições; * informar os débitos vencidos e não pagos para a inscrição em Dívida Ativa antes do termo prescricional; * realizar pesquisas e investigação relacionadas às atividades de inteligência fiscal; * examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras de titularidade de sujeito passivo para o qual haja processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso; * assessorar, em caráter individual ou em grupos de trabalho, as autoridades superiores da Secretaria de Fazenda ou de outros órgãos da Administração e prestar-lhes assistência especializada, com vista à formação e à adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle, supervisão, orientação e treinamento; * coordenar, participar e implantar projetos, planos ou programas de interesse da Administração Tributária; * apresentar estudos e sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária municipal e para o aprimoramento ou implantação de novas rotinas e procedimentos; * preparar os atos necessários à conversão de depósitos em renda do Município, bem assim à autorização para o levantamento de depósitos administrativos após as decisões emanadas das autoridades competentes; * avaliar e especificar sistemas e programas de informática relativos às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições; * avaliar, planejar, promover, executar ou participar de programas de pesquisa, aperfeiçoamento ou de capacitação dos Auditores Tributários Municipais e demais servidores, relacionados à Administração Tributária; * acessar as informações sobre o andamento de ações judiciais que envolvam créditos de impostos e contribuições de competência do Município de Mandaguaçu; * executar atividades com a finalidade de promover ações preventivas e repressivas relativas à ética e à disciplina funcionais dos Auditores Tributários, verificando os aspectos disciplinares dos feitos fiscais e de outros procedimentos administrativos; * informar processos e demais expedientes administrativos; * desenvolver estudos objetivando o acompanhamento, o controle e a avaliação da receita tributária; * realizar análises de natureza contábil, econômica ou financeira relativas aos impostos de competência do Município, às taxas e às contribuições administradas pela Secretaria Municipal de Fazenda; * exercer atividades de orientação ao contribuinte quanto à interpretação da legislação tributária e ao exato cumprimento de suas obrigações fiscais; * executar regime ou sistema especial de fiscalização ou arrecadação, assim definidos na legislação tributária municipal; * auditar e fiscalizar estabelecimentos industriais, comerciais e outras fontes de tributo; * atuar como perito ou assistente nos feitos administrativos ou judiciais para os quais for designado; * participar de comitês gestores ou de órgãos equivalentes e de grupos de trabalho que tenham como escopo a regulamentação e a gestão de tributos de competência não exclusiva do Município com base na função federativa dos membros da carreira de Auditor Tributário; * participar de comissões, grupos de trabalho especiais, com competência consultiva e de fiscalização e controle de procedimentos de concessão de benefícios, bem como a realização de diligências e emissão de pareceres no que tange aos tributos municipais, mediante requisição dos superiores hierárquicos; * exercer a fiscalização do cumprimento das obrigações principais e acessórias de tributos de competência não exclusiva do Município, principalmente no regime especial do Simples Nacional; * exercer a fiscalização ou arrecadação de tributos federais ou estaduais, nos termos do caput do art. 7.º da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; * realizar a gestão compartilhada entre os entes federados do cadastro fiscal de pessoas jurídicas de qualquer porte, atividade econômica ou composição societária; * executar a especificação e homologação dos sistemas compartilhados de fiscalização de outros entes federados, controle de arrecadação e cadastro, bem como a capacitação e o suporte aos usuários de tais sistemas; * realizar o compartilhamento da fiscalização com outros entes federados de tributos de competência não exclusiva do Município; * dar assistência a órgão competente pela cobrança do crédito tributário, em âmbito administrativo, relativamente aos tributos de competência não exclusiva do Município; * realizar o planejamento, o gerenciamento e a execução das operações de monitoramento dos repasses e da movimentação contábil e fiscal relativos a tributos de competência de outros entes federados; * outras atividades de caráter federativo não previstas neste parágrafo; * executar atividades inerentes à tributação e fiscalização, a fim de contribuir para que a política tributário-fiscal se compatibilize com medidas de interesse do desenvolvimento do Município; * exercer ou executar outras atividades ou encargos correlatos aos tributos municipais, que lhe sejam determinados por lei ou ato regular emitido por autoridade competente. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1335/2022) **3 REQUISITOS PARA PROVIMENTO** Ensino superior completo na área de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas ou Direito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR

Estado do Paraná
CNPJ 76.279.975/0001-62

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O **MUNICÍPIO DE UNIFLOR**, **ESTADO DO PARANÁ**, com sede na Avenida das Flores, nº. 118, centro, inscrito no CNPJ/MF. sob nº. 76.279.975/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor MAYCON RODRIGO RODRIGUES DE SOUZA, **RATIFICA** a **Inexigibilidade de Licitação nº. 07/2025**, nos termos do artigo 74, III, da Lei 14.133/2021, suas alterações, conforme quadro abaixo:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 07/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 27/2025	
CONTRATADA(S): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	**CNPJ:** 34.028.316/0020-76
Objeto do Contrato: CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS POR MEIO DE PACOTE DE SERVIÇOS DOS CORREIOS MEDIANTE ADESÃO AO TERMO DE CONDIÇÕES COMERCIAIS, QUE PERMITE A COMPRA DE PRODUTOS E UTILIZAÇÃO DOS DIVERSOS SERVIÇOS EXCLUSIVOS DOS CORREIOS, POR MEIO DOS CANAIS DE ATENDIMENTO DISPONIBILIZADOS.	
ValorContratado: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).	
Foro: Comarca de Nova Esperança, Estado do Paraná.	

UNIFLOR/PR, 16 DE JUNHO DE 2025.

MAYCON R. R. de SOUZA
MAYCON RODRIGO RODRIGUES DE SOUZA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA

Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47-47/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA A REALIZAÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PARANAPOEMA-PR, COM FOCO NA MELHORIA DO ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR DE MATEMÁTICA, **em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.,** nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021, e demais normas complementares e disposições presentes em seu contrato. **CONTRATANTE:** Município de Paranapoema (CNPJ n° 76.970.391/0001-39). **CONTRATADA: 61.152.420 CAMILA CELESTRINO DE CASTRO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 61.152.420/0001-88, VALOR DO CONTRATO: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).** DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Red. 388 06.014.12.361.0036.2.260.3.3.90.39.00.0
Red. 426 06.014.12.365.0031.2.279.3.3.90.39.00.0., DATA DA ASSINATURA: 17/06/2025. **Sidnei Frazatto, Prefeito Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA

Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44-44/2025. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE IMPLANTAÇÃO DE RAMPA NÁUTICA., nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021, e demais normas complementares e disposições presentes em seu contrato. **CONTRATANTE:** Município de Paranapoema (CNPJ n° 76.970.391/0001-39). **CONTRATADA: TECCONTROL ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 22.996.967/0001-08, VALOR DO CONTRATO: R$ 35.500,00 (trinta e cinco mil e quinhentos reais).** DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Red. 34 03.003.04.122.0012.2.206.3.3.90.39.00.0., DATA DA ASSINATURA: 17/06/2025. **Sidnei Frazatto, Prefeito Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA

Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46-46/2025. OBJETO: AQUISIÇÃO DE BARRACAS PARA ESTRUTURAÇÃO DE FEIRAS CULTURAIS E EVENTOS LOCAIS., nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021, e demais normas complementares e disposições presentes em seu contrato. **CONTRATANTE:** Município de Paranapoema (CNPJ n° 76.970.391/0001-39). **CONTRATADA: 57.603.049 GABRIEL QUEIROZ SILVA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 57.603.049/0001-56, VALOR DO CONTRATO: R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).** DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Red. 319 06.006.13.392.0032.1.272.4.4.90.52.00.0., DATA DA ASSINATURA: 17/06/2025. **Sidnei Frazatto, Prefeito Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA

Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45-45/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE OFICINEIRO PARA MINISTRAR AULAS DE VIOLÃO NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO (SCFV)., nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021, e demais normas complementares e disposições presentes em seu contrato. **CONTRATANTE:** Município de Paranapoema (CNPJ n° 76.970.391/0001-39). **CONTRATADA: 22.110.187 LOGAN ALENCAR DOS ANJOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 22.110.187/0001-19., VALOR DO CONTRATO: R$ 27.446,40 (vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos).**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Red. 550 08.010.08.244.0050.1.277.3.3.90.39.00.0., DATA DA ASSINATURA: 17/06/2025. **Sidnei Frazatto, Prefeito Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA

Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

ATA DE SESSÃO DE REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54/2025
ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO

Objeto: CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS REGIONAIS DE PRÓTESES DENTÁRIAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS SOB MEDIDA, em atendimento à SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO PARANAPOEMA/PR.

DA ABERTURA DA SESSÃO

Às 09:00 horas do dia dezesseis de junho de dois mil e vinte e cinco (16/06/2025), na sala do Departamento Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Paranapoema/PR, reuniu-se o Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Paranapoema/PR, nomeada através da Portaria nº 104/2023, estando presentes os seguintes membros: **JOÃO BOSCO DE ALENCAR (PRESIDENTE), LUIZ ALVES DOS SANTOS (MEMBRO) E MARIA SOCORRO SOUZA BEZERRA (MEMBRO).**

Declarada aberta a sessão pelo Presidente, registra-se o protocolo de 03 (três) interessados.

EM ATO CONTÍNUO, procedeu a abertura dos documentos protocolados no setor de licitação, no qual foi verificada a inviolabilidade dos envelopes pelos presentes e procedida a análise da documentação de habilitação apresentada, na forma que segue abaixo:

1. **LIMA CLINICA ODONTOLOGICA LTDA**- CNPJ: Nº 36.689.976/0001-60– (Habilitado provisoriamente);
2. **ELAINE OLIVEIRA DE QUEIROZ** - CNPJ: Nº 61.017.378/0001-92- Inabilitado (devido a não apresentação do Documento de regulamentação do Ministério da Saúde. (item a) 7.1.3.1.), em desrespeito ao item 7.1.3 do presente edital);
3. **SORRICENTRO CENTRO ODONTOLOGICO LTDA**- CNPJ: Nº 49.265.670/0001-29- (Habilitado provisoriamente);

Por fim, todos presentes foram informados que **SERÁ REALIZADA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**, pelo qual será aberto prazo de 05 (cinco) dias úteis para possíveis recursos administrativos de interessados.

Não havendo manifestação, proceder-se-á pela homologação.

DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Paranapoema/PR **declara** encerrada a sessão. Sendo a mesma assinada pelos presentes. Nada mais havendo, foi lavrado a presente **ata.**

COMISSÃO:

JOÃO BOSCO DE ALENCAR
Presidente

LUIZ ALVES DOS SANTOS
Membro

MARIA DO SOCORRO SOUZA BEZERRA
Membro

Presente:

MARCOS FERNADES DA SILVA
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA

Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

ONDE SE LÊ:

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação n. 38/2025

AUTORIZO a contratação direta por *dispensa de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**MUNICÍPIO DE PARANAPOEMA** CNPJ nº 76.970.391/0001-39	
CONTRATADO	☒ Pessoa Jurídica.	**Razão Social**: LOGAN ALENCAR DOS ANJOS **CNPJ nº** 22.110.187/0001-19
OBJETO	**CONTRATAÇÃO DE OFICINEIRO PARA MINISTRAR AULAS DE VIOLÃO NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO (SCFV).**	
VALOR ESTIMADO	R$ 27.456,00 (vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais)	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Red. 550 08.010.08.244.0050.1.277.3.3.90.39.00.0 33779 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	

PUBLIQUE-SE

Paranapoema/PR, 11 de junho de 2025.

Sidnei Frazatto
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
DISPENSA Nº 38/2025

Eu **SIDNEI FRAZATTO**, Prefeito Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal 14.133,

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA e HOMOLOGADA** da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/2025, das empresas abaixo:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR
1	LOGAN ALENCAR DOS ANJOS	22.110.187/0001-19	R$ 27.456,00

Paranapoema/PR, 11 de junho 2025.

Sidnei Frazatto
Prefeito Municipal

LEIA-SE:

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação n. 38/2025

AUTORIZO a contratação direta por *dispensa de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**MUNICÍPIO DE PARANAPOEMA** CNPJ nº 76.970.391/0001-39	
CONTRATADO	☒ Pessoa Jurídica.	**Razão Social**: LOGAN ALENCAR DOS ANJOS

Itaguajé realiza 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa











Na última quinta-feira, 12 de junho, o município de Itaguajé promoveu a 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. O encontro, organizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Secretaria Silvana Vágula e sua equipe, reuniu autoridades, profissionais da área, representantes da sociedade civil e pessoas idosas para discutir políticas públicas voltadas à garantia e à ampliação dos direitos desse público.



Com o tema central voltado à valorização, proteção e promoção da qualidade de vida da pessoa idosa, a conferência proporcionou um espaço de escuta ativa, troca de experiências e construção coletiva de propostas que serão encaminhadas para as etapas estadual e nacional.

Durante o evento, foram debatidos temas como saúde, acessibilidade, inclusão social, violência contra a pessoa idosa e fortalecimento da rede de proteção. Além disso, foram escolhidos os delegados que representarão o município nas próximas etapas da conferência. A Secretaria de Assistência Social agradeceu a participação de todos que contribuíram com ideias, experiências e reflexões importantes para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à população idosa de Itaguajé.



Ação de Entrega de Kits de Higiene Bucal na Escola Municipal Dr. Narbal Orestes May e no CMEI Antônio Monteiro da Silva

A Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com a Prefeitura de Inajá, realizou uma importante ação de promoção à saúde bucal na Escola Municipal Dr. Narbal Orestes May e CMEI Antônio Monteiro da Silva. A iniciativa contemplou a entrega de kits de higiene bucal para os alunos, contendo escova dental, creme dental e fio dental, com o objetivo de incentivar a adoção de hábitos saudáveis desde a infância.

Além da entrega dos kits, as equipes de saúde também realizaram orientações educativas sobre a importância da escovação correta dos dentes, o uso do fio dental e os cuidados diários necessários para a prevenção de cáries e outras doenças bucais.

A ação contou com a presença e o apoio da Dra. Nair, cirurgiã-dentista da Estratégia Saúde da Família, que reforçou a importância da prevenção desde os primeiros anos de vida. Com sua participação ativa, a atividade ganhou ainda mais significado, aproximando os profissionais da saúde das crianças e fortalecendo o vínculo entre a comunidade escolar e os serviços públicos de saúde.

Essa parceria entre a Secretaria de Saúde e a Prefeitura demonstra o investimento contínuo na educação em saúde, promovendo o cuidado integral e contribuindo para a formação de uma geração mais consciente e saudável.











Saúde de Inajá - Prefeitura de Inajá - Gestão2025/2028 – Adriano José – Vigilância Sanitária - Vigilância Epidemiológica – Compromisso com a Vida

A Secretaria Municipal de Saúde de Inajá, em parceria com a Prefeitura Municipal – Gestão 2025/2028, recebeu no dia 10/06/25, um veículo destinado à Vigilância Sanitária e Epidemiológica, fruto do apoio do deputado estadual Adriano José.

Esta importante conquista vem para reforçar o trabalho de prevenção, controle e monitoramento da saúde pública em nosso município, garantindo mais agilidade e estrutura no atendimento das demandas da nossa população.

Agradecemos ao deputado Adriano José por esse investimento, que demonstra compromisso com a saúde e o bem-estar dos inajaenses!

Seguimos trabalhando com responsabilidade, união e respeito pela nossa gente.





Índio Donatti acompanha prestação de contas de Alexandre Curi em Curitiba

Na última semana, o empresário Índio Donatti marcou presença na cerimônia de prestação de contas do deputado estadual Alexandre Curi, realizada em Curitiba. O evento reuniu lideranças políticas e representantes de diversas regiões do Paraná, reforçando o compromisso com a transparência, o diálogo e a participação popular.

Durante o encontro, o deputado apresentou os resultados alcançados em seu mandato, destacando investimentos e iniciativas voltadas ao desenvolvimento dos municípios. A presença de Donatti reforçou a importância da participação da sociedade civil no acompanhamento das ações públicas e na busca de soluções efetivas para os desafios do estado.

A seriedade e o comprometimento do deputado Alexandre Curi foram enfatizados ao longo do evento, em sintonia com seu perfil de atuação responsável na política paranaense.



O medo do julgamento: quantas coisas você deixou de fazer para não ser criticado?

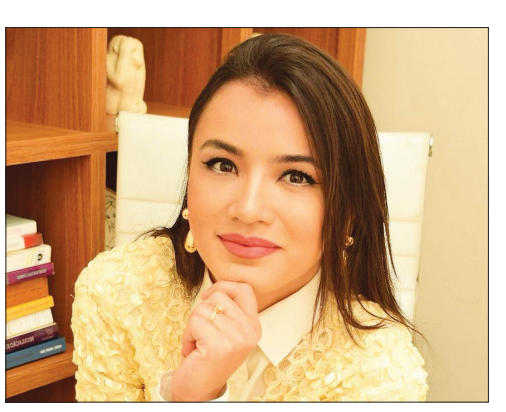
Por Talyta Souza

Ninguém escapa: em algum momento da vida, todo mundo já deixou de fazer, falar, postar, iniciar, tentar ou até viver algo... só para não ser julgado. O medo do olhar do outro paralisa, sufoca e, sem perceber, vira um grilhão invisível que prende gente grande, cheia de potência, dentro de uma caixa chamada "aceitação".

É como se, desde cedo, fôssemos treinados a buscar aprovação. E quando ela não vem — ou quando existe a mínima possibilidade de sermos criticados —, o cérebro dispara o sinal de alerta: "Se proteja. Se esconda. Não arrisque."

O problema é que essa proteção tem um preço alto. Você se protege tanto de críticas que começa, sem perceber, a se proteger da própria vida. Deixa de crescer, deixa de se mostrar, deixa de se permitir. Piora: começa a viver uma vida que nem é sua, moldada no que o outro espera, no que parece mais aceitável, mais confortável, mais 'correto' aos olhos alheios.

Só que, por trás do medo de ser julgado, existe uma grande verdade: as pessoas só julgam quem se expõe, quem faz, quem tenta, quem se destaca, quem rompe padrões. Quem não faz nada... não incomoda ninguém.



Se te julgam, te criticam ou te apontam, talvez seja porque você, simplesmente, está saindo do lugar comum. E isso incomoda. E, no fundo, é isso que deveria te motivar, não te paralisar. A vida é curta demais para caber dentro das expectativas dos outros. No fim das contas, quem te julga hoje vai te esquecer amanhã. Mas você... você vai ter que conviver, para sempre, com aquilo que deixou de viver por medo.

PARANACITY
PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO Nº. 77/2025

Súmula: Abertura de crédito adicional suplementar para reforço de diversas despesas do orçamento municipal e dá outras providências.

JOSÉ CLAUDIO BATISTA, Prefeito Municipal de Paranacity, Estado do Paraná, amparado pela **Lei Municipal nº. 2.601 de 10/12/2024,**

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica aberto o crédito adicional suplementar para reforço de despesas do orçamento municipal, na secretaria municipal de assistência social no valor total de R$ 50.494,00 (cinquenta mil quatrocentos e noventa e quatro reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

10.002.08.244.0028.2.058	MANUTENÇÃO DO C.R.A.S		
3.3.90.30 934 547	MATERIAL DE CONSUMO	R$	25.494,00
10.002.08.244.0028.2.173	SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS		
3.3.90.30 934 574	MATERIAL DE CONSUMO	R$	25.000,00

Artigo 2º. – Como recurso para atender a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo anterior, será utilizado a anulação das dotações orçamentárias (art. 43, § 1º. Inciso III, Lei 4320/64) descritas abaixo, no valor de R$ 50.494,00 (cinquenta mil quatrocentos e noventa e quatro reais).

10.002.08.244.00282.90	MANUTENÇAO DO PMTC - APAE - 13.844-4		
3.3.50.43 934 573	SUBVENÇÕES SOCIAIS	R$	33.348,00
10.002.08.244.0028.2.079	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGDSUAS		
3.3.90.36 934 567	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R$	3.573,00
10.002.08.244.0028.2.059	MANUTENÇÃO DO CONVENIO BOLSA FAMILIA - 14312-X		
3.3.90.30 934 553	MATERIAL DE CONSUMO	R$	3.000,00
3.3.90.32 934 554	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB. GRATUITA	R$	1.191,00
3.3.90.36 934 555	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R$	2.382,00
3.3.90.39 934 556	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$	3.000,00
4.4.90.52 934 557	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$	4.000,00

Artigo 3º. – Este decreto entrará em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Adalberto Inocêncio – Paranacity – Estado do Paraná, em 18 de junho de 2025.

José Claudio Batista
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 75.731.034/0001-55
Departamento Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 001/2025, DE 13 DE JUNHO DE 2025

Súmula: Dispõe sobre a aprovação do **Regimento Interno da 16ª Conferência Municipal de Saúde de Cruzeiro do Sul – Estado do Paraná**, e dá outras providências.

A Comissão Organizadora da 16ª Conferência Municipal de Saúde de Cruzeiro do Sul/PR, nomeada pelo Decreto Municipal nº 108/2025 de 23 de maio de 2025, neste ato representada pela sua Presidente Elide Simone de Oliveira,

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno da 16ª Conferência Municipal de Saúde do Município de Cruzeiro do Sul/PR, a ser realizada no dia 30 de junho de 2025, as 13h00, no Centro de Convivência da Terceira Idade;

Art. 2º - Determinar a publicação desta Resolução e do referido Regimento no diário oficial do Município, bem como sua apresentação no dia da realização da Conferência;

Art. 3º - Os casos omissos no Regimento Interno serão deliberados pela Comissão Organizadora, devendo o mesmo ser retificado e republicado;

Art. 4º - Está resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cruzeiro do Sul/PR, 13 de junho de 2025.

Elide Simone de Oliveira Medeiros
- PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA -

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 75.731.034/0001-55
Departamento Municipal de Saúde

REGIMENTO INTERNO DA 16ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO SUL – PARANÁ

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º. A 16ª Conferência Municipal de Saúde de Cruzeiro do Sul tem por finalidade avaliar a situação de saúde do município, propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de saúde e eleger os membros do Conselho Municipal de Saúde para o mandato 2025/2027.

Art. 2º. A Conferência será realizada em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), com a participação da sociedade civil, gestores e trabalhadores da área da saúde.

CAPÍTULO II
DA REALIZAÇÃO

Art. 3º. A 16ª Conferência Municipal de Saúde será realizada no dia 30 de Junho de 2025, as 13h, no Centro de Convivência da Terceira Idade, conforme Decreto Municipal nº 109/2025 de 23 de Maio de 2025.

Parágrafo único. A Conferência não terá como finalidade a eleição de delegados, uma vez que não haverá realização da Conferência Estadual de Saúde no ano de 2025.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º. A organização da Conferência ficará a cargo da Comissão Organizadora, nomeada pelo Decreto Municipal nº 108/2025 de 23 de Maio de 2025.

CAPÍTULO IV
DA PROGRAMAÇÃO

Art. 5º. A programação da Conferência incluirá:

I – Credenciamento dos participantes;

II – Abertura oficial;

III – Apresentação do Regimento Interno;

IV – Exposição dos setores que compõem o Departamento Municipal de Saúde;

V – Apresentação dos eixos temáticos com suas respectivas pré-propostas;

VI – Plenária para discussão, aprovação, alteração e/ou complementação das pré-propostas apresentadas;

VII – Eleição dos membros do Conselho Municipal de Saúde para o mandato 2025/2027.

CAPÍTULO V
DOS EIXOS TEMÁTICOS

Art. 6º. A Conferência será organizada em torno de eixos temáticos previamente definidos pela Comissão Organizadora.

§ 1º Para cada eixo serão apresentadas pré-propostas, que serão debatidas pela plenária dos presentes na Conferência.

§ 2º As pré-propostas poderão ser aprovadas, rejeitadas ou complementadas pelos participantes.

CAPÍTULO VI – DOS PARTICIPANTES

Art. 7º. Poderão participar da Conferência:

I – Representantes da sociedade civil;

II – Representantes dos trabalhadores da saúde;

III – Representantes dos gestores e prestadores de serviços de saúde;

IV – Convidados e observadores.

CAPÍTULO VII
DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 8º. Será realizada, durante a Conferência, a eleição dos membros do Conselho Municipal de Saúde para o mandato 2025/2027, conforme regras previamente definidas pela Comissão Organizadora e em conformidade com a legislação vigente.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. Este Regimento Interno será:

I – Aprovado pela Comissão Organizadora da 16ª Conferência Municipal de Saúde;

II – Publicado no Diário Oficial do Município de Cruzeiro do Sul;

III – Apresentado na abertura da Conferência para conhecimento dos participantes.

Art. 10. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos com base nas normas vigentes e, no âmbito da Conferência, pela Comissão Organizadora, respeitando os princípios do SUS e a legislação aplicável.

Cruzeiro do Sul, PR, aos 13 dias do mês de Junho de 2025.

Elide Simone de Oliveira
- Presidente da Comissão Organizadora-

Grasiele F. de Paula Mota
- Membro -

Monica Chaves Françozo
- Membro -

Andrea Luciana Braguim
- Membro -

Douglas Augusto Sitoni
- Membro -

Patrick Moises Peres
- Membro -

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA
CNPJ: 76.282.672/0001-07
Rua Bela Vista, 1.014 – Fone: (44) 3278-1592 – Fax: (44) 3278-1270
Cep: 87.170-000 - Ourizona - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 85/2025
DISPENSA 46/2025- PMO

Contratante: MUNICÍPIO DE OURIZONA-PR
Contratada: V A S CAMILO - PNEUS.
Objeto: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE PNEUS NOVOS PARA A MOTONIVELADORA DA FROTA MUNICIPAL.
Duração: 31/12/2025.
Valor: 17.160,00 (Dezessete mil cento e sessenta reais).
Fundamentação Legal: art. 75, VIII da Lei 14.133/21.
Data da Assinatura: 18 de junho de 2025.

Ourizona-PR, 18 de junho de 2025.

JANILSON MARCOS DONASAN
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA
Rua Bela Vista, 1061 - Centro - Ourizona
CEP: 87170-000 CNPJ: 76.282.672/0001-07 Telefone: (44) 3278-1591
E-mail: Site: http://www.ourizona.pr.gov.br

Página: 1 / 1

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 46/2025

Processo Adm.: 97/2025
Data do Processo: 09/06/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, VIII e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 97/2025
b) Nr. Licitação: 46/2025 - DL
c) Modalidade: Dispensa de licitação
d) Data de Homologação: 18/06/2025
e) Objeto da Licitação: *AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE PNEUS NOVOS PARA A MOTONIVELADORA DA FROTA MUNICIPAL.*

Participante: V A S CAMILO - PNEUS

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PNEU 1400.24	4,000	UN	4.290,00	17.160,00

Total do Participante: 17.160,00

Total Geral: 17.160,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico	08.001.04.121.0003.2061.3.3.90.30.00	R$ 17.160,00

Ourizona, 18 de Junho de 2025

.....
Assinatura do Responsável

CAMARA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA
Estado do Paraná
CNPJ nº 02.231.038/0001-09

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação n. 04/2025

AUTORIZO a contratação direta por *dispensa de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA** CNPJ nº 02.231.038/0001-09	
CONTRATADO	☒ Pessoa Jurídica.	**Razão Social**: CLAUDINEI FERREIRA DO NASCIMENTO **CNPJ nº** 10.589.508/0001-20
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE LIMPEZA, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E GÁS DE COZINHA (GLP) 13KG PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA/PR.	
VALOR ESTIMADO	R$ 8.864,20 (oito mil oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos).	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Red. 7 01.001.0.1.0.3.1.000.1.2.1.00.3.3.90.30.00.00	

PUBLIQUE-SE

Paranapoema-PR, aos 18 de junho de 2025.

José Augusto Soares
Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
DISPENSA Nº 04/2025

Eu **JOSÉ AUGUSTO SOARES**, Presidente da Câmara Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal 14.133/2021

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA e HOMOLOGADA** da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2025, das empresas abaixo:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR
1	CLAUDINEI FERREIRA DO NASCIMENTO PARANAPOEMA	10.589.508/0001-20	**R$ 8.864,20**

Paranapoema-PR, aos 18 de junho de 2025.

José Augusto Soares
Presidente

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400
www.mandaguacu.pr.gov.br

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº. 29/2025 - (RP)
PROCESSO Nº. 102/2025

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE;
Objeto: Registro de Preços de menor preço por lote, para Contratação de serviços alinhamento, balanceamento, cambagem, cáster, para os veículos pertencentes a frota municipal.

Valor Máximo: R$ 157.600,00 (Cento e Cinquenta e Sete Mil e Seiscentos Reais).
Data e Horário do termino do recebimento das propostas das empresas, até às 09:00 horas do dia 08/07/2025;
Data e Horário da sessão de disputa de preços, às 09:15 horas do dia 08/07/2025;
Local: Rua Bernardino Bogo, 175 centro, no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná;
Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na Rua Bernardino Bogo, l75, Centro Fone (44) 3245-8400, Mandaguaçu, Estado do Paraná – site www.mandaguacu.pr.gov.br

Mandaguaçu, 18 de junho de 2025

Jose Roberto Mendes
Prefeito Municipal

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 9036-419A-A12E-7035

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ROGELHO APARECIDO FERNANDES (CPF 800.XXX.XXX-15) em 18/06/2025 11:27:46 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

JOSE ROBERTO MENDES (CPF 634.XXX.XXX-53) em 18/06/2025 13:33:39 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/9036-419A-A12E-7035

Assinado por 2 pessoas: ROGELHO APARECIDO FERNANDES e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/9036-419A-A12E-7035 e informe o código 9036-419A-A12E-7035

MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO
ESTADO DO PARANÁ
GESTÃO 2021 - 2024

PORTARIA 266/2025

GENY VIOLATTO , PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

R E S O L V E

Conceder progressão com elevação de nível por tempo de serviços, prova de títulos e graduação a servidora abaixo relacionados Conforme artigo 18,19 e 20 da lei 1026/2012. (Plano de carreira).

NOME	CARGO	NIVEL ANTES	NIVEL ATUAL	TIPO
ILZA RIBEIRO DOS SANTOS MATRICULA 15746 RG- 8.319.024-8 SESP PR	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	08	10	E

Registra-se , publica-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, estado do Paraná, aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco.

E- ESCOLARIDADE
TS-TEMPO DE SERVIÇO
T- PROVA DE TITULO

GENY VIOLATTO
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO
ESTADO DO PARANÁ
GESTÃO 2021 - 2024

PORTARIA 267/2025

GENY VIOLATTO , PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

NOMEAR a partir da data do dia primeiro do mês de junho do ano de 2025 a sra KELLY CRISTINA BINOTTO FACCO matricula XXXX, CPF-219.979.798-88RG. 32.330.796-6 SESP PR na função de COORDENADORA CRAS—NIVEL SETOR CC-4 cargo comissionado não efetivo na DIVISÃO ASSISTENCIA SOCIAL .

Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de publicação , com efeitos a partir do primeiro dia do mês de junho do ano de 2025 revogadas disposições em contrário.

Registra-se, publica-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco.

GENY VIOLATTO
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO
ESTADO DO PARANÁ
GESTÃO 2021 - 2024

PORTARIA 268/2025

GENY VIOLATTO , PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

R E S O L V E

Conceder progressão com elevação de nível por tempo de serviços, prova de títulos e graduação a servidora abaixo relacionados Conforme artigo 18,19 e 20 da lei 1026/2012. (Plano de carreira).

NOME	CARGO	NIVEL ANTES	NIVEL ATUAL	TIPO
EDILAINE ALENCAR LIMA MATRICULA 15554 RG 7.506.574-4 SESP PR	PROFESSORA	PÓS-5	PÓS-6	T

Registra-se, publica-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, aos dezessete Qw dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco.

E-escolaridade
T-Prova títulos
TS- Tempo serviço

GENY VIOLATTO
Prefeita Municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL FLORAÍ
C.N.P.J.: 75.731.000/0001-60
Município: FLORAÍ

DECRETO Nº 139/2025.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FLORAÍ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FLORAÍ e autorização contida na Lei Municipal nº 1674/2024, de 5 de Novembro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 580.622,88, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05.000 - DEPTO DE URBANISMO
05.003 - DIVISÃO DE PLANEJAMENTO URBANO
05.003.15.451.5.2073-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL — R$146.000,00
0000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres) — 146.000,00
06.000 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.001 - DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL
06.001.12.365.6.2087-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL — R$120.000,00
00101.00101.02.01.00.00.1.540.1079 FUNDEB 70% — 120.000,00
06.000 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.001 - DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL
06.001.12.365.6.2088-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL — R$157.000,00
00102.00102.02.31.00.00.1.540.1079 FUNDEB 30% — 157.000,00
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.302.7.2043-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL — R$157.622,87
00303.00303.01.02.00.00.1.500.0030 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) — 157.622,87
05.000 - DEPTO DE URBANISMO
05.003 - DIVISÃO DE PLANEJAMENTO URBANO
05.003.15.451.5.1054-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES — R$0,01
01030.01016.12.99.00.00.2.706.3110 (SF) - Em Patam indv Reinhold - INVEST (1030-superávit) — 0,01

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, Inciso I da Lei 4.320/64) - — R$0,01
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)
01030.01016.12.99.00.00.2.706.3110 (SF) - Em Patam indv Reinhold - INVEST (1030-superávit) — 0,01
06.000 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.002 - DIV. DE ENSINO FUNDAMENTAL E ESPECIAL
06.002.12.361.6.2025-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL — R$100.000,00
00101.00101.02.01.00.00.1.540.1079 FUNDEB 70% — 100.000,00
05.002.12.361.6.2025-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS — R$20.000,00
00101.00101.02.01.00.00.1.540.1079 FUNDEB 70% — 20.000,00
06.000 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.002 - DIV. DE ENSINO FUNDAMENTAL E ESPECIAL
06.002.12.361.6.2024-3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS — R$157.000,00
00102.00102.02.01.00.00.1.540.1079 FUNDEB 30% — 157.000,00
05.000 - DEPTO DE URBANISMO
05.003 - DIVISÃO DE PLANEJAMENTO URBANO
05.003.15.452.5.1009-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES — R$100.000,00
0000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres) — 100.000,00
05.000 - DEPTO DE URBANISMO
05.001 - DIVISÃO DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS
05.001.14.452.5.1044-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES — R$13.000,00
0000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres) — 13.000,00
05.001.15.452.5.1063-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES — R$13.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres) — 13.000,00
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.302.7.1034-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES — R$97.622,87
00303.00303.01.02.00.00.1.600.0000 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) — 97.622,87
05.000 - DEPTO DE URBANISMO
05.001 - DIVISÃO DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS
05.001.26.782.5.2314-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE — R$20.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres) — 20.000,00
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.005 - DIVISÃO DE FARMACIA
07.005.10.302.7.2043-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE — R$40.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.0000 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) — 40.000,00
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.302.7.1033-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE — R$20.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.0000 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) — 20.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO MUNICÍPIO DE FLORAÍ - PR, 17 de Junho de 2025.

EDNA DE LOURDES CARPINE CONTIN
PREFEITA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE MANDAGUACU
MANDAGUAÇU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE MANDAGUACU,** inscrito no CNPJ nº 76.285.329/0001-08, com endereço RUA BERNARDINO BOGO, 175, na cidade de MANDAGUAÇU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **JOSE ROBERTO MENDES** portador da Cédula de Identidade nº 4253669 -5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.536.659-53, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, da Lei 10.520/2002, dos Decretos Municipais nºs 8441/23, e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 15/2025, homologado em 04/06/2025, integrante do Processo Administrativo nº 65/2025, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa JK LICITAÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 45.721.713/0001-82, com endereço RODOVIA SC 350, Nº 1351, CEP 89170000, representada por ADRIANA CRISTINA DA ROCHA KOCH, Carteira de identidade nº 02124522, inscrito no CPF nº 665.954.289-20, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1- DO OBJETO:

1- A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de preços para aquisição de suprimentos, equipamentos, acessórios e materiais de informática** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

1.1- Do órgão contratante MANDAGUAÇU-PR, descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

1.2- As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

2- DA VIGÊNCIA:

2.1- A presente **ATA** terá vigência pelo prazo de 12 meses, a partir da data da sua publicidade;

2.2- Durante o prazo de vigência desta **ATA,** o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

3- DA VINCULAÇÃO:

3.1- O disposto na presente **ATA** deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital Licitatório, sendo observado o disposto na Lei nº 10.520/2002, os Decretos Municipais nºs 8441/23, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

4- DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:

4.1- As condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitatório deverão ser mantidas pela empresa registrada durante toda a vigência da presente **ATA,** ficando facultado ao órgão contratante, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases.

5- DOS PREÇOS E DA PESQUISA DE MERCADO:

5.1- Os preços ofertados pela empresa adjudicatária da licitação, signatária da presente **ATA,** constam do **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo;

5.2- O órgão contratante poderá promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação de aquisição e/ou publicação periódica no Diário Oficial do Município.

6- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

6.1- O prazo de entrega ficará condicionado ao estipulado em edital;

6.2- Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal;

6.3- Ocorrendo a rejeição em algum material, a contratada será notificada pelo destinatário, o órgão contratante, para a retirada do mesmo dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis;

6.4- A recusa da contratada em atender o estabelecido no item anterior implicará em aplicação das sanções previstas na presente **ATA;**

6.5- A contratada será a única responsável pela qualidade do(s) materiais(s) entregue(s);

6.6- A empresa deverá oferecer formalmente um Termo de Garantia, nos termos do Art. 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), que deverá ser entregue junto com o objeto da Licitação, pelo prazo de 12 meses a partir do recebimento definitivo do(s) produtos(s) pela Central de Abastecimento/SMS, entendendo como tal a data de adimplemento;

6.7- A contratada deverá observar, na execução da presente **ATA** o disposto na legislação federal, estadual e municipal, em tudo aquilo que for aplicável;

6.8- Dentro do prazo de vigência desta **ATA,** a Contratada será obrigada ao fornecimento dos materiais desde que obedecidas todas as suas condições, conforme previsão do Edital Licitatório que precedeu a sua formalização.

7- DO PAGAMENTO:

7.1- O pagamento será efetuado mediante o processamento dos documentos de cobrança apresentados pela contratada, num prazo máximo de 30 dias, contados da data do adimplemento da obrigação, considerada como tal a data em que a nota fiscal for certificada pela fiscalização do órgão contratante, que deverá ocorrer após as verificações constantes do subitem 10.2 desta **ATA;**

7.2- Na eventualidade de dúvidas quanto a alguma parte do documento de cobrança, o órgão contratante

efetuará o pagamento da parte efetivamente aprovada e a empresa contratada prestará os esclarecimentos necessários para liquidação do saldo devido;

7.3- Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e

Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente;

7.4- Os pagamentos serão efetuados mediante depósitos bancários. Para tanto, a contratada deverá informar, no documento de cobrança, seus dados bancários (nome e número do banco; nome e código da agência; e número da conta corrente);

7.5- Considerando a forma peculiar de pagamento adotada pela Administração Pública, com a utilização de depósito direto na conta corrente da contratada, é defeso à futura contratada a emissão de duplicatas em função do acordo a ser celebrado. A emissão desse título de crédito, sem prejuízo das providências judiciais cabíveis, por caracterizar ilícito grave, equiparável a emissão de "duplicatas simuladas", demandará o sancionamento da contratada com uma das penas prescritas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, pelo fato desse ato enquadrar-se na situação disposta no inciso III, do art. 88, do mesmo diploma legal;

7.6- O pagamento só será efetuado após a verificação da manutenção da habilitação da contratada, seja através da consulta ON-LINE no CADASTRO GERAL para comprovação de que se encontra em dia com suas obrigações para com a Receita Federal e com o sistema da Seguridade Social, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e do Certificado de Regularidade junto ao FGTS e Tributos Federais;

7.7- Caso a **ATA** seja assinada com o CNPJ da filial diverso daquele apresentado na sessão pública pela matriz, com a conseqüente emissão da Nota de Empenho e Nota Fiscal com o CNPJ da filial, o pagamento só será realizado após a constatação da regularidade da filial relativa à Seguridade

Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante consulta ou apresentação das respectivas certidões sem prejuízo do estabelecido no item acima transcrito;

7.8- Conforme disposto no artigo 38 do Decreto 93.872 de 23 de dezembro de 1986, alínea "d" do inciso XIV do artigo 40 da Lei 8.666/93, o pagamento pelos produtos poderá ser, conforme a necessidade no órgão contratante, antecipado, mediante a apresentação de seguro-garantia ou fiança bancária, no valor total da parcela adiantada.

8- DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

8.1- A Contratada, na hipótese de inadimplência parcial ou total, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior previstos na presente **ATA,** devidamente comprovados, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:

8.1.1- Advertência;

8.1.2- Multa; e,

8.1.3- Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Municipalidade de MANDAGUAÇU-PR por prazo não superior a dois (2) anos.

8.2- Das Multas:

8.2.1- As multas impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

8.3- Da aplicação das penalidades:

8.3.1- As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

8.4- Da cumulatividade:

8.4.1- A aplicação da penalidade "multa" não impede que o órgão contratante rescinda unilateralmente o acordo e venha a aplicar, cumulativamente, a sanção prevista no subitem 8.1.3.

8.5- Da aplicação das multas:

8.5.1- Multa por atraso da entrega:

8.5.1.1- As multas, caso aplicadas, serão calculadas tomando por base o valor total da parcela em atraso devidamente atualizado, conforme índice adotado para a atualização monetária no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso até o trigésimo dia.

8.5.2- Multa compensatória;

8.5.2.1- Decorridos mais de trinta (30) dias de atraso da entrega do objeto, será aplicada uma multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do objeto, pelos danos causados pela inadimplência do fornecedor.

8.6- Caso a Contratada descumpra o que prevê o item 6.3 desta **ATA,** ser-lhe-á aplicada multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor do bem rejeitado, a contar do término do prazo est

Inajá sedia 1ª Conferência Intermunicipal de Políticas Públicas para as Mulheres do Paraná


EM GRUPOS SURGEM AS PROPOSTAS


CRUZEIRO DO SUL



PARANACITY


JARDIM OLINDA



PARANAPOEMA


INAJÁ



COMISSÃO ORGANIZADORA

O município de Inajá foi o palco da 1ª Conferência Intermunicipal de Políticas Públicas para as Mulheres do Paraná, realizada nos dias 10 e 11 de junho no Salão do Centro de Convivência da Família. O evento reuniu representantes de cinco municípios da Comarca de Paranacity; Cruzeiro do Sul, Jardim Olinda, Paranapoema, Paranacity e Inajá; em um marco regional voltado à promoção da equidade de género e dos direitos das mulheres.

Com o tema "As mulheres, os territórios e as cidades", a conferência foi marcada por discursos contundentes, partilhas emocionantes e um forte compromisso coletivo com a transformação social. A cerimónia de abertura ocorreu na noite do dia 10, com a presença de autoridades local e regional, atividades culturais e apresentações sobre a atuação das políticas públicas voltadas às mulheres em cada município participante.

No segundo dia, a programação teve início às 13h30 com a palestrante, professora Maria Inez Barboza Marques, da UNESPAR, também conselheira estadual, que abordou temas estruturais relacionados à cidadania e aos direitos das mulheres. Em seguida, grupos de trabalho temáticos debateram questões como equidade salarial, combate à violência de género, autonomia económica, saúde integral e participação política.

As propostas elaboradas durante os grupos serão encaminhadas à etapa estadual da conferência, fortalecendo a representatividade das mulheres do interior paranaense nas decisões políticas e sociais que moldam o futuro do estado.

A realização do evento foi possível graças à parceria entre as Prefeituras Municipais, os Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, Organizações da Sociedade Civil e a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres de Inajá. A iniciativa evidenciou a importância da articulação regional em prol de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

Mais do que um evento institucional, a conferência tornou-se um espaço de escuta ativa, mobilização e construção coletiva. A participação ativa das mulheres presentes demonstrou a força do protagonismo feminino na formulação de políticas públicas transformadoras. Destaque às autoridades presentes. Jardim Olinda: Prefeito Weverton Jose dos Santos Lima e a Vereadora Pamela Melo; Cruzeiro do Sul, Vereadora Arlete Conceição; Paranapoema : Primeira Dama: Elzi de Jesus Frazatto e a Vereadora Luiza Vicência; Paranacity: Primeira dama. Edineia Buch Batista e de Inajá: Prefeito João Eder Aguilar, Primeira Dama: Geisebel de Souza Fernandes e as Vereadoras: Simone do Carmo Moraes, Glisilaine Vanessa Martins de Jesus.

AVELAR ESPORTES
O DIÁRIO DO ESPORTE DO NOROESTE DO PARANÁ

Com goleada, "R.A. Autocenter" é Bicampeão da Copa Ângulo de Futsal


R.A. Autocenter


Prefeito Panda prestigiou a final

O time R.A. Autocenter/Sarandi é Bicampeão da Copa Ângulo Regional de Futsal! Em uma final emocionante realizada na sexta-feira, 13 de junho, no Ginásio de Esportes Antônio Benavides, o time de Sarandi goleou o Astorga Futsal por 5 a 1 e levantou o cobiçado troféu pela segunda vez na história da competição, repetindo o feito de 2024. O jogo decisivo da 10ª edição da Copa Ângulo foi marcado pela superioridade do R.A. Autocenter. Os gols que garantiram o título foram anotados por Laion, Érico, Luciano (duas vezes) e Henrique. Pelo lado do Astorga Futsal, Rodrigo marcou o único gol. A vitória não só garantiu o bicampeonato para o R.A. Autocenter, mas também um prêmio de R$ 13 mil. O Astorga Futsal, vice-campeão, recebeu R$ 8 mil. Na disputa pelo terceiro lugar, o Lobato Futsal levou R$ 2 mil, enquanto o Paiçandu ficou com R$ 1 mil. A Copa Ângulo de Futsal também premiou os destaques individuais da competição. Moacir, do Mauá da Serra Futsal, foi o artilheiro com impressionantes 14 gols. O goleiro menos vazado foi Rodrigo, do R.A. Autocenter, fundamental na campanha vitoriosa de seu time com 12 gols. E o prêmio de craque da Copa ficou com Érico, também do R.A. Autocenter, por suas atuações decisivas. O prefeito Panda, secretários, vereadores e um grande público prestigiou a final, apesar do frio. A organização da 10ª Copa Ângulo Regional de Futsal ficou a cargo da Secretaria de Esportes, que contou com o essencial apoio da Prefeitura e da Câmara de Vereadores de Ângulo para a realização do evento.

Atlético Paranavaí há um empate da semifinal do Paranaense


ACP/SAF

Para disputar a fase semifinal do Campeonato Paranaense de Futebol da Segunda Divisão, o Atlético Clube Paranavaí precisa neste domingo, 22/6, apenas de um empate contra Laranja Mecânica.

O jogo em Paranavaí às 15h30 no Estádio Waldemiro Wagner é da volta do mata-mata.

No domingo, 15/6, em Arapongas no Estádio José Chiappin o ACP estava perdendo por 2 a 0, e virou o placar para 3 a 2. Gols de Jorginho, Manzoti e Cirilo. Outros jogos no dia 21/6: Patriotas x Nacional, Galo Maringá x Toledo. No domingo, 22, Foz do Iguaçu x Batel/Guarapuava. Foto - Thamela Quirino.

Com mais de 7 mil reais em premiação, dia 6 tem o Desafio Nego da Balsa



No dia 6 de julho, em São Carlos do Ivaí haverá o 1º Desafio Nego da Balsa de Mountain Bike, com premiação em troféu e mais de 7 mil reais. O percurso será de 52 km com 900 metros de elevação. As categorias são: Pro, Sub-30, Sub-40, Sub-50 e Sub-60, Esporte, Força Truck; Pro Feminino e Esporte. Organização do Nego da Balsa (99940-1958), apoio da Prefeitura de São Carlos do Ivaí e Turma do Pedal.

Amador da Liga de Nova Esperança terá jogos das quartas de final


Nova Esperança

A fase quartas de final do Campeonato Amador/Copa Antônio Vitoretti de Futebol da Liga de Nova Esperança começa no dia 22 de junho, com estes jogos. Doutor Camargo x Santa Fé, Paiçandu x Castelo Branco, Nova Esperança x São Carlos do Ivaí, Uniflor x Nossa Senhora das Graças.

Resultados do dia 15/6: No domingo, 15/6, três jogos encerraram a primeira fase.

Doutor Camargo e Castelo Branco empataram em 0 a 0. Santa Fé goleou Ângulo por 7 a 0. Uniflor venceu CAP Munhoz de Mello por 4 a 3.

Silver Cup tem continuidade nessa quinta e sexta-feira


Grêmio Morumbi/Elite Motos/Paranavaí

Em disputa em Paranavaí com mais de 30 mil reais em premiação, a 1ª Silvaer Cup Interestadual de Futebol Suíço tem jogos nessa quinta e sexta, 20/6. Na quinta jogam no Copel Clube às 19h15 – EC Alegria/Maristela x ADG Sinet/Cruzeiro do Sul. 20h45 – Revisar Fut 7/Maringá x Silvercop FC. Na sexta, 20, também no Copel Clube jogam às 19h15 – Edson Lavacar/Castelo Branco x Amaporã.. 20h45 – Branca Pura/Mirador x Cruz Azul/São Manoel do PR.

3ª FESTA JUNINA DA ESCOLINHA FEDERAL
DIA 28 JUNHO 2025 A PARTIR DA 19:30 HORAS



-COM A REZA DO TERÇO E LEVANTAMENTO DE MASTRO
-SERÁ SERVIDO GRATUITAMENTE QUENTAO, CHÁ QUENTE E PIPOCA
-TRAGA UM PRATO TÍPICO
-PODE TRAZER A SUA BEBIDA, NÃO HAVERÁ VENDA NO LOCAL

Cruzeiro do Sul promove 7ª Conferência das Cidades com foco em desenvolvimento urbano inclusivo e sustentável





Em evento marcado pela participação popular e pelo diálogo entre governo e sociedade civil, Cruzeiro do Sul realizou, no dia 4 de junho, a 7ª Conferência da Cidade. A conferência municipal ocorreu no Centro de Convivência da 3ª Idade "Prefeito Sérgio Bernardes da Cunha" e teve como tema central: "Construindo a Política de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social".

A iniciativa integra a etapa preparatória para a 6ª Conferência Nacional e a 7ª Conferência Estadual das Cidades, consolidando-se como espaço essencial para a formulação de propostas que visam o fortalecimento das políticas urbanas em todo o país. O encontro contou com a presença de autoridades local, como o Prefeito César Sugigan, o Vice-Prefeito Waldemir Marion, a Presidenta



da Câmara Municipal, vereadora Silvana Aparecida Dutra Viana, o representante dos Secretários e gestor executivo da Conferencia Edmar Bellato – Diretor de Administração; Representando a segurança pública, o Cabo da Policia Militar Fernando de Freitas Azevedo; representando os trabalhadores, Valdecir Raimundo e representando os moradores, Demilson Alves da Silva. A composição da mesa demonstrou o caráter plural e democrático da conferência.

Durante a cerimónia de abertura, a vereadora Silvana destacou a importância do evento como espaço para promover a transformação urbana a partir da participação cidadã. Em seguida, o prefeito César Sugigan sublinhou que a conferência é um momento de escuta ativa e construção coletiva, onde se debatem soluções para garantir justiça social e sustentabilidade no município.

O Regimento Interno foi lido e aprovado por unanimidade pelos participantes, estabelecendo as diretrizes do evento. A programação incluiu ainda palestras técnicas com especialistas como a arquiteta e urbanista Chirlei Silva Vieira, que abordou a articulação entre setores urbanos e políticas públicas, e a administradora Silvia Mara Oliveira, que tratou da gestão estratégica e financiamento.

Os participantes também formularam propostas concretas para a etapa estadual e elegeram os delegados que representarão Cruzeiro do Sul nas próximas conferências. Ao final, foram definidos os representantes que irão compor o novo Conselho de Desenvolvimento Municipal, com paridade entre sociedade civil e servidores públicos.

Encerrando os trabalhos, o prefeito César Sugigan reafirmou o compromisso da gestão com o desenvolvimento humano, econômico e social da cidade: "As propostas elaboradas hoje são sementes de transformação para nossa cidade e para o Brasil", concluiu.

PARANACITY

Semeando o Verde 2025: Educação, Sustentabilidade e Futuro em Ação





Na manhã desta terça-feira, 17 de junho, foi realizada mais uma etapa do Projeto social, dirigida aos estudantes do 4º ano, para produzir uma poesia com o tema; "Semeando o Verde", promovido pela Usina Santa Terezinha (UST), que desde 2012 cultiva a consciência ambiental entre crianças e jovens das escolas da região.

O evento reuniu autoridades, educadores, alunos e comunidade escolar, reafirmando a importância da educação ambiental para um futuro mais sustentável. Estiveram presentes no evento o prefeito de Paranacity, José Cláudio Batista, a secretária municipal de Educação, Rosangela Maria Thomaz Fiori, além de vereadores, representantes da Usina Santa Terezinha, professores e famílias dos alunos. Para o Prefeito José Claudio Batista; "Este Projeto "Semeando o Verde" desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Paranacity e a Usina Santa Terezinha, nesta edição, reuniu cerca de



200 estudantes, num projeto de valorização ambiental, desenvolvido em diversas etapas e que oportuniza aos alunos da redes estadual e municipal o aprendizado e a reflexão sobre a preservação do meio ambiente começando pela própria cidade, e tem como principal proposta contribuir para a formação de uma sociedade ambientalmente correta e responsável pela preservação da biodiversidade e comprometida com o futuro da nova geração.

Nosso município tem orgulho de fazer parte desta iniciativa que planta hoje o futuro sustentável de amanhã". O projeto em 2025 trabalhou o tema: "Cana-de-açúcar: a matéria-prima do alimento, energia e combustível limpos e renováveis", envolvendo cerca de 200 alunos dos 4º anos dos municípios de Paranacity e Cruzeiro do Sul.

As atividades incluíram workshops, palestras, concurso de poesias e distribuição de mudas de árvores nativas e frutíferas, despertando nos estudantes a reflexão sobre o papel da agricultura e da energia renovável na preservação do meio ambiente. Durante o evento, foram premiados alunos e professores que se destacaram nas atividades, especialmente na produção das poesias, que trouxeram mensagens sobre sustentabilidade, preservação e futuro. Como forma de incentivo, cada escola participante recebeu uma Smart TV, simbolizando o apoio ao desenvolvimentotecnológicoaliado à consciência ambiental. O Projeto Semeando o Verde já soma, ao longo dos seus 13 anos de existência, mais de 42 mil crianças impactadas, de 59 escolas em 26 municípios, com o apoio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR) e do Instituto Água e Terra (IAT). Paranacity se orgulha de fazer parte desta trajetória de transformação. Investir na educação ambiental é acreditar em um amanhã mais verde, consciente e sustentável. Parabéns aos nossos alunos, professores e toda a comunidade escolar pela dedicação e compromisso com um futuro melhor!





Tradição, fé e união familiar

A fogueira que nunca se apagou em Santo Inácio



Por mais de 40 anos, uma fogueira ilumina o quintal da casa da família Milani, na zona rural de Santo Inácio, celebrando não apenas Santo Antônio, mas também a união, a fé e as raízes de uma comunidade. A festa junina organizada por Isabel Agostinho e José Barcário Milani tornou-se referência na região por manter viva a tradição com simplicidade e autenticidade.

Isabel nasceu e vive até hoje na mesma casa onde a festa acontece. Filha de pioneiros da cidade, ela se orgulha da história de sua família, marcada pela religiosidade e pelo espírito comunitário. "Minha mãe nasceu em 1929, aqui perto, na Água do Sururu. Sempre fomos muito unidos. Isso nos mantém fortes até hoje", conta.

A festa teve início como uma homenagem familiar a Santo Antônio, padroeiro que dá nome à capelinha construída no terreno da família. José Barcário explica que, com o tempo, a celebração cresceu e passou a envolver a comunidade. "Antes era só a família. Hoje vem gente da cidade toda. Este ano contamos mais de 200 adultos presentes, fora as crianças", relata.

Mais do que um evento religioso, a festa é um símbolo de resistência cultural. Apesar do passar dos anos e das mudanças sociais, a tradição permanece inabalável. Não há vendas: cada família leva um prato típico, como quentão, canjica, cachorro-quente e pipoca, montando uma grande mesa comunitária. Também não faltam a quadrilha, a fogueira e, nos últimos anos, a missa em devoção ao santo.

O casal acredita que a continuidade da celebração depende da manutenção de três pilares: a fé, a família e a participação comunitária. "É gratuito, é pela fé. As pessoas vêm porque acreditam, porque se sentem parte. Isso é o mais bonito", afirma Isabel com um sorriso.

Para quem participa, não é apenas uma festa: é um reencontro com o passado, com a fé e com os laços que fortalecem a comunidade de Santo Inácio ano após ano.



Expresso da Fé
REVERENDO JOSÉ MADUREIRA
PASTOR PEDRO CARDOSO URBANO



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO
Fone: (44) 3112-4320

Decreto nº 105/2025

DATA: 18/06/2025.

SÚMULA: Abre no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar, na forma que dispõe Lei Municipal n. 1.346/2025 e dá outras providências.

JOÃO EDER AGUILAR, Prefeito Municipal de Inajá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e amparado nas disposições da Lei Municipal nº 1.346/2025 de 18 de junho de 2025,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$- 3.104.500,00 (Três milhões, cento e quatro mil e quinhentos reais),** destinados a reforçar dotações constantes do orçamento vigente a saber:

ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
02.001.04.122.0002.2.201-Manut. Do Gabinete do Prefeito		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	260.000,00
3.1.90.13.00-Contribuição Patronal	1000	70.000,00
03.001.04.122.0002.2.202-Manut. Da Junta de Alist. Militar		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	7.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	1.000,00
03.001.04.122.0002.2.301- Manut. Da Assessoria Jurídica		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	72.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	6.000,00
05.002.04.122.0002.2.502-Manut da Div. De Rec. Humanos		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	12.000,00
05.003.04.122.0002.2.504-Manut da Divisão de Patrimônio		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	14.000,00
05.003.04.122.0002.2.302-Manut da assessoria de Planejam		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	4.000,00
06.002.04.123.0002.2.602- Manut. Da divisão de contabilidade		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	250.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	3.000,00
06.003.04.123.0005.2.604- Manut. Da divisão de Tributação		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	144.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	8.500,00
06.005.04.122.0002.2.606- Manut da Div. De Licit. E Compras		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	77.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	14.000,00
06.006.04.123.0002.2.601- Manut. Da div. De compras e almoxar		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	4.000,00
3.1.90.13.00-Contribuição Patronal	1000	1.500,00
07.001.04.122.0002.2.701- Manutenção do Depto de Obras Viação e serviços urbanos		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	22.000,00
07.003.26.782.0007.2.703- Manut. Da divisão de serv. urbanos		
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	41.000,00
07.004.15.452.0002.2.704- Manut. Da divisão de serviços urbanos		
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	95.000,00
08.002.08.243.0017.6.803- Manutenção do Conselho Tutelar		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	83.000,00
3.1.90.13.00-Contribuição Patronal	1000	15.000,00
08.004.08.244.0017.2.805- Manutenção da divisão de ação social		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	400.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	70.000,00
09.001.10.301.0016.2.901- Manutenção da administração do Depto de Saúde		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	300.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	50.000,00
09.001.10.301.0016.2.902- Manutenção da Divisão de Saúde		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	300.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	50.000,00
09.002.10.301.0016.2.907- Manutenção dos Programas ESF/ACS		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	170.000,00
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	0303	65.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	0303	30.000,00
09.002.10.304.0016.2.903- Manut da divisão de vigilanc sanitária		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	0303	75.000,00
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	0303	50.000,00
3.1.9013.00-Contribuição Patronal	0303	3.000,00
10.001.12.361.0002.2.101- Manut da Secretaria Mun de Educação		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	90.000,00
3.1.9013.00-Contribuição Patronal	1000	65.000,00
3.1.9113.00-Contribuição Patronal	1000	10.000,00
10.006.13.392.0011.2.108- Manut da Biblioteca Pub. Municipal		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	80.000,00
3.1.9013.00-Contribuição Patronal	1000	10.000,00
11.001.18.541.0009.2.111- Manutenção do Depto de Agricultura e Meio Ambiente		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	80.000,00
3.1.9013.00-Contribuição Patronal	1000	2.500,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES		**3.104.500,00**

Artigo 2º - Para cobertura das Alterações Orçamentárias que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de cancelamentos parciais de dotações a saber:

ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
02.001.04.122.0002.2.201-Manut. Do Gabinete do Prefeito		
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	30.000,00
03.001.04.122.0002.2.301- Manut. Da Assessoria Jurídica		
3.1.90.13.00-Contribuição Patronal	1000	10.000,00
05.001.04.122.0002.2.501-Manut do Depto de Administração		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	30.000,00
4.4.90.52,00-Equipamento e Material Permanente	1000	20.000,00
05.002.04.122.0002.2.502-Manut da Div. De Rec. Humanos		
3.1.90.13.00-Contribuição Patronal	1000	30.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	250.000,00
3.3.90.30.00-Material de Consumo	1000	50.000,00
06.005.04.122.0002.2.606- Manut da Div. De Licit. E Compras		
3.1.90.13.00-Contribuição Patronal	1000	15.000,00
07.001.04.122.0002.2.701- Manutenção Depto de Obras Viação e serviços urbanos		
3.1.90.13.00- Contribuição Patronal	1000	15.000,00
07.002.15.452.0006.2.702- Manut da div de Obras e Viação		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	1.200.000,00
3.1.90.13.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	25.000,00
3.1.91.13.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	24.000,00
07.003.26.782.0007.2.703- Manut. Da divisão de serv. urbanos		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	280.000,00
3.1.90.13.00-Contribuição Patronal	1000	30.000,00
3.3.90.30.00-Material de Consumo	1000	50.000,00
07.004.15.452.0002.2.704- Manut. Da divisão de serviços urbanos		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	190.000,00
3.3.90.30.00-Material de Consumo	1000	50.000,00
08.004.08.244.0017.2.805- Manutenção da divisão de ação social		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	120.000,00
09.001.10.301.0016.2.901- Manutenção da administração do Depto de Saúde		
3.1.90.13.00-Contribuição Patronal	1000	45.000,00
09.001.10.301.0016.2.902- Manutenção da Divisão de Saúde		
3.1.90.13.00-Contribuição Patronal	1000	45.000,00
09.002.10.304.0016.2.904- Manutenção do Hospital Municipal		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	372.500,00
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	0303	223.000,00
TOTAL DOS CANCELAMENTOS		**3.104.500,00**

Artigo 3º - Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE JUNHO DE 2025.

JOAO EDER AGUILAR:00513357947 Assinado de forma digital por JOAO EDER AGUILAR:00513357947 Dados: 2025.06.18 11:42:23 -03'00'

João Eder Aguilar
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antônio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3112-4320- CEP 87.670-000
E-mail: prefeitura@inaja.pr.gov.br

LEI Nº 1.344/2025, DE 18 DE JUNHO DE 2025

SÚMULA: Autoriza o Município de INAJÁ a participar do Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná.

A *Câmara Municipal de Inajá*, Estado do Paraná, aprovou e eu, ***JOÃO EDER AGUILAR***, Prefeito Municipal em exercício, sanciono a seguinte:

L E I:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a participação do Município de INAJA no CIEDEPAR - Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná, ratificando o Protocolo de Intenções e o Estatuto, registrado no 4º Registro de Títulos e Documentos de Curitiba, PR em 22 de julho de 2024.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal, se necessário, autorizado a abrir no orçamento de 2025, crédito adicional para atender as despesas da presente lei, as quais correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, sem comprometimento do percentual máximo em vigor, até o limite dos valores de despesas indicados nos competentes contratos de rateio e subsequentes aditivos.

§ 1º A Contribuição de Custeio e/ou Rateio será repassada mensalmente pelo Município ao Consórcio, de acordo com os valores da Tabela de Contribuição, aprovada em Assembleia, pelo Conselho dos Municípios Consorciados.

§ 2º A Contribuição para Investimentos está vinculada à aplicação em ações, projetos, obras e/ou equipamentos que guardem pertinência estrita ao objeto do Consórcio, visando otimizar a prestação dos serviços de educação.

Art. 3. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o repasse mensal referente a contribuição de Custeio e/ou Rateio ao Consórcio, conforme contrato firmado em cada exercício financeiro, sendo para 2025.

I – no valor de R$ 22.389,36 (vinte e dois mil, trezentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos), divididos em 12 (doze) parcelas iguais, de R$ 1.865,78 (um mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e setenta e oito centavos) para atender despesas iniciais decorrentes da execução da presente Lei;

I - suplementar, se necessário, devendo consigná-lo nos orçamentos futuros e em dotações próprias para esta finalidade.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, destinando recursos financeiros necessários para o cumprimento do contrato de rateio do CIEDEPAR - Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná, cujo valor deverá ser consignado na Lei Orçamentária Anual, em conformidade com o disposto no art. 8º, da Lei Federal no 11.107, de 6 de abril de 2005 e Decreto Federal no 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

§ 1º O Contrato de Rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam.

§ 2º Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar Federal no 101, de 4 de maio de 2000, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes Consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente Consorciado na conformidade com os elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover as alterações junto às leis que estabelecem o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º Aplica-se ao Consórcio Público o disposto na Constituição Federal, Lei Federal no 11.107, de 6 de abril de 2005 e Decreto no 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ, aos 18 dias do mês de junho de 2025.

JOAO EDER AGUILAR:00513357947 Assinado de forma digital por JOAO EDER AGUILAR:00513357947 Dados: 2025.06.18 08:55:57 -03'00'

JOÃO EDER AGUILAR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. 76.970.318/0001-67
Avenida Antônio Veiga Martins, 80/82 – Centro – CEP 87.670-000
Fone: (44) 3112-4320 – E-mail: prefeito@inaja.pr.gov.br

LEI Nº 1.345/2025, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Súmula: REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO E AS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CMDRS, LEI COMPLEMENTAR Nº 1.200/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de INAJÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu João Eder Aguilar, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A política pública municipal para a zona rural deve pautar-se pelos seguintes princípios, de conformidade com a Lei Complementar nº 1.200/2021 – Lei do Plano Diretor do Município de Inajá:

Função social da propriedade;

Garantir a Estruturação e readequação do sistema viário municipal;

Sustentabilidade;

Proteção, prevenção e recuperação do meio ambiente.

Art. 2º. De conformidade com a Lei Complementar nº 1.00/2021– Lei do Plano Diretor do Município de INAJÁ, são objetivos gerais da política pública municipal rural:

I. Compatibilizar o uso e a ocupação agropecuária com a proteção ambiental;

II. Estimular atividades econômicas estratégicas e ecologicamente equilibradas;

III. Incentivar a implantação de atividades rurais diversificadas e com aumento da produtividade;

IV. Promover a cidadania e a qualidade de vida da população rural, estimulando à permanência dos trabalhadores agrícolas na área rural;

V. Melhorar a infraestrutura básica e social: comunicação, mobilidade e saneamento na área rural;

VI. Controlar a agricultura da cana-de-açúcar, especialmente referente às técnicas agrárias de ferti-irrigação, de queimadas e de preparo de terreno mecanizado, bem como a sua localização nas proximidades da cidade;

Art. 3º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, órgão consultivo e deliberativo, tem por finalidade propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas municipais para o desenvolvimento rural sustentável.

Art. 4º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS será composto por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, com a seguinte composição:

1 (um) membro da Secretaria Municipal de Agricultura;

1 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde e ou da Vigilância Sanitária;

1 (um) representante do Legislativo Municipal;

1 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

1 (um) representante da Associação de Materiais Recicláveis de Inajá – RECICLEJÁ;

1 (um) representante Da Pastoral da Criança.

Parágrafo Primeiro: Para cada membro titular corresponderá um suplente, que o substituirá nos seus impedimentos ou afastamentos temporários, sucedendo-o, em caso de afastamento definitivo.

Parágrafo Segundo: O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS será de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.

Art. 5°. Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS:

Propor o desenvolvimento do território rural com base na sustentabilidade econômica e social;

Propor estratégias de articulação com órgãos federais, estaduais e organizações não governamentais que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável, especialmente por meio de ações relacionadas ao fomento à agricultura familiar, com ênfase na exploração agrícola de base agroecológica, ao turismo sustentável, à geração de emprego e renda no meio rural, à segurança alimentar, à preservação e recuperação do meio ambiente ou à regularização fundiária rural;

Acompanhar as ações do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

Acompanhar os planos, programas e projetos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável;

Propor a consolidação ou alteração da legislação relativa ao desenvolvimento rural sustentável, à preservação ambiental e à agricultura familiar;

Propor a adequação de políticas públicas municipais relativas ao desenvolvimento rural sustentável e solidário, especialmente as relacionadas ao fomento à agroindústria, ao turismo e à cultura rural, à extensão, à difusão de tecnologia, à capacitação de agricultores e à administração, gerenciamento, comercialização, transporte e distribuição de produtos agrícolas e artesanais;

Elaborar e aprovar o Regimento Interno.

Art. 6°. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, elaborará seu regimento interno para, dentre outros assuntos, disciplinar:

Os ritos de deliberação e de votação das matérias;

A criação, a extinção e o funcionamento de suas comissões internas;

A forma e a frequência de suas reuniões, sendo ao menos uma vez por semestre.

Art. 7°. O exercício da função de membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, será considerado serviço público relevante, vedada a remuneração.

Art. 8°. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, contará com a seguinte estrutura:

Diretoria executiva, composta por presidente e secretário;

Parágrafo único: A diretoria executiva do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, será exercida por um dos membros titulares representantes do poder público e da sociedade civil, eleitos na forma de seu regimento.

Art. 9º. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, poderá instituir Câmaras Técnicas (CT) e Grupos Técnicos Específicos (GTE).

Art. 10. O Poder Executivo Municipal garantirá suporte técnico e operacional exclusivo ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, necessário a seu pleno funcionamento.

Art. 11. Fica assegurada a participação da população em todas as fases do processo de gestão democrática da política rural, mediante as seguintes instâncias de participação:

Conferência Municipal de Política Rural;

Audiências Públicas;

Iniciativa popular de projetos de lei, de planos, programas e projetos de desenvolvimento rural;

Plebiscito e referendo popular.

Art. 12. Anualmente, o Poder Executivo Municipal submeterá ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, relatórios de gestão do exercício e plano de ação para o exercício seguinte.

Parágrafo Único: Uma vez analisado pelo Conselho, o Executivo dará ciência à Câmara Municipal e promoverá a sua publicidade por meio do Diário Oficial Eletrônico do Município.

Art. 13. As Conferências Municipais ocorrerão ordinariamente a cada quatro anos, e extraordinariamente quando convocadas pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Parágrafo Único: As conferências serão abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 14. A Conferência Municipal de Política Rural deverá, dentre outras atribuições:

Apreciar as diretrizes da Política Rural do Município;

Debater os relatórios anuais de gestão da política rural, apresentando críticas e sugestões;

Sugerir ao Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas a implementação dos objetivos, diretrizes, planos programas e projetos.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e suplementadas, se necessário.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ, aos 18 dias do mês de junho de 2025.

JOAO EDER AGUILAR:00513357947 Assinado de forma digital por JOAO EDER AGUILAR:00513357947 Dados: 2025.06.18 09:06:12 -03'00'

JOÃO EDER AGUILAR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
Estado do Paraná
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 - CENTRO

LEI nº 1.347/2025, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

SÚMULA: Abre no corrente exercício, **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL**, destinado a execução do objeto do *Convênio nº 220/2024* firmado com Secretaria das cidades - SECID, visando à execução de obras a pavimentação Asfáltica Urbana, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, JOÃO EDER AGUILAR, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Artigo 1º - Abre no corrente exercício, **Crédito Adicional Especial**, no valor de R$ 368.607,76 (Trezentos e sessenta e Oito Mil, Seiscentos e Sete Reais e Setenta e Seis Centavos), aditivo destinado a execução do objeto do *Convênio nº 220/20204* firmado com Secretaria das cidades - SECID , visando à execução de obras a pavimentação de vias urbanas dos Seguintes trechos:

Lote 2:

Local :Vila Rural

Rua Projetada A (Vila Rural) ,entre a rodovia PR-464 e rua Projetada E

Rua Projetada E (Vila Rural),entre a Rua Projetada A e a Rua Projetada B

Rua Trevo de acesso rodovia PR-464,ao longo de 260m na rodovia PR-464,no inicio da rua Projetada A.

Órgão 07 Departamento de Obras, Viação e Serviços Públicos
Unidade 002 Divisão de Obras e Viação
Função 15 Urbanismo
Subfunção 451 Infra Estrutura Urbana
Programa 0006 Habitação e Urbanismo
Ação 1.720 - *Cv 220/2024 Secretaria das cidades - SECID, pavimentação Asfáltica Urbana*

Elemento 4.4.90.51 *Obras e instalações* **R$ 368.706,76**
Fonte de Recurso 333 *Cv 220/2024 Secretaria das cidades - SECID, pavimentação Asfáltica Urbana*

Artigo 2º - Como recurso para atender a abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o Artigo 1º da presente Lei, serão utilizados os seguintes recursos:

a) Excesso de Arrecadação (art. 43, § 1º, Inciso II, Lei 4320/64)

Fonte de Recurso 333 *Cv 220/2024 Secretaria das cidades - SECID, visando à execução de obras a pavimentação Asfáltica Urbana*	**R$ 368.706,76**

Artigo 3º - Fica autorizado a incluir Meta e Prioridade na Lei Municipal nº 1.173/2021, que **dispõem sobre o Plano Plurianual para quadriênio 2022/2025 e dá outras providências**, com a seguinte redação:

Programas por Órgãos e Unidades Orçamentárias

Programa / Órgão / Unidade	Discriminação	Valor R $
0006 / 07 / 002	1.720 Pavimentação Asfáltica *Cv 220/2024 Secretaria das cidades - SECID, visando à execução de obras a pavimentação Asfáltica Urbana*	**368.706,76**

Informações por Programas - Objetivos, Ações e Metas

Código do Programa	Atividade/Atividade - Ação	Metas Física
0006	1.720 Pavimentação Asfáltica *Cv 220/2024 Secretaria das cidades - SECID, visando à execução de obras a pavimentação Asfáltica Urbana*	01

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 0 DE 18 JUNHO DE 2025.

JOAO EDER AGUILAR:00513357947 Assinado de forma digital por JOAO EDER AGUILAR:00513357947 Dados: 2025.06.18 09:31:44 -03'00'

João Eder Aguilar
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
Estado do Paraná
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO
Fone: (44) 3112-4320

Lei nº 1.346/2025, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

A CAMARA MUNICIPAL DE INAJÁ, ESTADO DO PARANA, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, sanciono a seguinte

L E I:

Artigo 1º - Fica autorizado a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$- 3.104.500,00 (Três milhões, cento e quatro mil e quinhentos reais),** destinados a reforçar dotações constantes do orçamento vigente a saber:

ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
02.001.04.122.0002.2.201-Manut. Do Gabinete do Prefeito		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	260.000,00
3.1.90.13.00-Contribuição Patronal	1000	70.000,00
03.001.04.122.0002.2.202-Manut. Da Junta de Alist. Militar		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	7.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	1.000,00
03.001.04.122.0002.2.301- Manut. Da Assessoria Jurídica		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	72.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	6.000,00
05.002.04.122.0002.2.502-Manut da Div. De Rec. Humanos		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	12.000,00
05.003.04.122.0002.2.504-Manut da Divisão de Patrimônio		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	14.000,00
05.003.04.122.0002.2.302-Manut da assessoria de Planejam		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	4.000,00
06.002.04.123.0002.2.602- Manut. Da divisão de contabilidade		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	250.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	3.000,00
06.003.04.123.0005.2.604- Manut. Da divisão de Tributação		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	144.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	8.500,00
06.005.04.122.0002.2.606- Manut da Div. De Licit. E Compras		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	77.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	14.000,00
06.006.04.123.0002.2.601- Manut. Da div. De compras e almoxar		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	4.000,00
3.1.90.13.00-Contribuição Patronal	1000	1.500,00
07.001.04.122.0002.2.701- Manutenção do Depto de Obras Viação e serviços urbanos		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	22.000,00
07.003.26.782.0007.2.703- Manut. Da divisão de serv. urbanos		
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	41.000,00
07.004.15.452.0002.2.704- Manut. Da divisão de serviços urbanos		
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	95.000,00
08.002.08.243.0017.6.803- Manutenção do Conselho Tutelar		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	83.000,00
3.1.90.13.00-Contribuição Patronal	1000	15.000,00
08.004.08.244.0017.2.805- Manutenção da divisão de ação social		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	400.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	70.000,00
09.001.10.301.0016.2.901- Manutenção da administração do Depto de Saúde		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	300.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	50.000,00
09.001.10.301.0016.2.902- Manutenção da Divisão de Saúde		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	300.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	50.000,00
09.002.10.301.0016.2.907- Manutenção dos Programas ESF/ACS		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	170.000,00
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	0303	65.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	0303	30.000,00
09.002.10.304.0016.2.903- Manut da divisão de vigilanc sanitária		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	0303	75.000,00
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	0303	50.000,00
3.1.9013.00-Contribuição Patronal	0303	3.000,00
10.001.12.361.0002.2.101- Manut da Secretaria Mun de Educação		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	90.000,00
3.1.9013.00-Contribuição Patronal	1000	65.000,00
3.1.9113.00-Contribuição Patronal	1000	10.000,00
10.006.13.392.0011.2.108- Manut da Biblioteca Pub. Municipal		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	80.000,00
3.1.9013.00-Contribuição Patronal	1000	10.000,00
11.001.18.541.0009.2.111- Manutenção do Depto de Agricultura e Meio Ambiente		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	80.000,00
3.1.9013.00-Contribuição Patronal	1000	2.500,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES		**3.104.500,00**

Artigo 2º - Para cobertura das Alterações Orçamentárias que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de cancelamentos parciais de dotações a saber:

ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
02.001.04.122.0002.2.201-Manut. Do Gabinete do Prefeito		
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	30.000,00
03.001.04.122.0002.2.301- Manut. Da Assessoria Jurídica		
3.1.90.13.00-Contribuição Patronal	1000	10.000,00
05.001.04.122.0002.2.501-Manut do Depto de Administração		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	30.000,00
4.4.90.52,00-Equipamento e Material Permanente	1000	20.000,00
05.002.04.122.0002.2.502-Manut da Div. De Rec. Humanos		
3.1.90.13.00-Contribuição Patronal	1000	30.000,00
3.1.91.13.00-Contribuição Patronal	1000	250.000,00
3.3.90.30.00-Material de Consumo	1000	50.000,00
06.005.04.122.0002.2.606- Manut da Div. De Licit. E Compras		
3.1.90.13.00-Contribuição Patronal	1000	15.000,00
07.001.04.122.0002.2.701- Manutenção Depto de Obras Viação e serviços urbanos		
3.1.90.13.00- Contribuição Patronal	1000	15.000,00
07.002.15.452.0006.2.702- Manut da div de Obras e Viação		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	1.200.000,00
3.1.90.13.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	25.000,00
3.1.91.13.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	24.000,00
07.003.26.782.0007.2.703- Manut. Da divisão de serv. urbanos		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	280.000,00
3.1.90.13.00-Contribuição Patronal	1000	30.000,00
3.3.90.30.00-Material de Consumo	1000	50.000,00
07.004.15.452.0002.2.704- Manut. Da divisão de serviços urbanos		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	190.000,00
3.3.90.30.00-Material de Consumo	1000	50.000,00
08.004.08.244.0017.2.805- Manutenção da divisão de ação social		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	120.000,00
09.001.10.301.0016.2.901- Manutenção da administração do Depto de Saúde		
3.1.90.13.00-Contribuição Patronal	1000	45.000,00
09.001.10.301.0016.2.902- Manutenção da Divisão de Saúde		
3.1.90.13.00-Contribuição Patronal	1000	45.000,00
09.002.10.304.0016.2.904- Manutenção do Hospital Municipal		
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	372.500,00
3.1.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas	0303	223.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR

Estado do Paraná CNPJ 76.279.975/0001-62

DECRETO Nº 73/2025

SÚMULA: Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Uniflor, para o Exercício Financeiro de 2025, no valor de R$ 133.288,16 (cento e trinta e três mil, duzentos e oitenta e oito reais e dezesseis centavos), com recursos oriundos de Cancelamento de Dotações Orçamentárias e Superavit Financeiro de Exercícios.

MAYCON RODRIGO RODRIGUES DE SOUZA, Prefeito do município de Uniflor, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o estabelecido pela Lei Municipal nº. 1.276 de 12 de dezembro de 2024.

D E C R E T A

Artigo 1º. Fica aberto no corrente exercício financeiro um **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** por **CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS,** no valor de R$74.000,00 (setenta e quatro mil reais), destinados a seguintes dotações orçamentárias:

6	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
6.001	DIVISAO DE ASSISTÊNICA SOCIAL	
08.244.0008.2042	Manutenção da Divisão de Assistência Social	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
0	Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
7	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	
7.002	DIVISAO DE EDUCAÇAO INFANTIL E PRE-ESCOLA	
12.365.0003.2022	Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	20.000,00
8	DEPARTAMENTO DE SAUDE	
8.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0004.2030	Manutenção da Atenção Primária a Saúde	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	20.000,00
8	DEPARTAMENTO DE SAUDE	
8.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0004.2030	Manutenção da Atenção Primária a Saúde	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	30.000,00
SOMA		**74.000,00**

Artigo 2º Para cobertura do **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** por **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR,** no valor de no valor de R$74.000,00 (setenta e quatro mil reais), serão utilizados recursos oriundos dos seguintes **CANCELAMENTOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS** a baixo:

5	DEPART. DE OBRAS VIAÇAO E SERVIÇOS URBANOS	
5.002	DIVISAO DE SERVIÇOS RODOVIARIOS/URBANOS	
15.452.0007.2039	Manutenção da Divisão de Serviços Rodoviários e Urbanos	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0	Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
7	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	
7.001	DIVISAO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.0003.2018	Manutenção da Administração do Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	20.000,00
8	DEPARTAMENTO DE SAUDE	
8.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0004.2030	Manutenção da Atenção Primária a Saúde	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	50.000,00
SOMA		**74.000,00**

Artigo 3º. Fica aberto no corrente exercício financeiro um **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** por **SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES,** no valor de R$59.288,16 (cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta e oito reais e dezesseis centavos), destinados as seguintes dotações orçamentárias:

3	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.001	DIVISÃO DA SECRETARIA GERAL	
04.122.0002.2009	Manutenção da Divisão da Secretaria Geral	
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
1052	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	500,00
8	DEPARTAMENTO DE SAUDE	
8.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0004.2030	Manutenção da Atenção Primária a Saúde	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
518	Bloco de Investimentos - F:518	6.000,00
8	DEPARTAMENTO DE SAUDE	
8.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.304.0004.2031	Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
390	Prog. de Fortalec. da Vigilância em Saúde PROVIGIA PR Custeio - F:390	50.000,00
8	DEPARTAMENTO DE SAUDE	
8.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.304.0004.2031	Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
497	Vigilância em Saúde	2.788,16
SOMA		**59.288,16**

Artigo 4º Para cobertura do **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no valor de R$59.288,16 (cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta e oito reais e dezesseis centavos) serão utilizados recursos oriundos de **SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES,** das seguintes fontes:

1052	Transf. da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	500,00
518	Bloco de Investimentos - F:518	6.000,00
390	Prog. de Fortalec. da Vigilância em Saúde PROVIGIA PR Custeio - F:390	50.000,00
497	Vigilância em Saúde	2.788,16
SOMA		**59.288,16**

Artigo 5º Fica incluído na **Programação Financeira** e no **Cronograma de Desembolso** para o Exercício Financeiro de 2025 os seguintes valores:

Alterações Adicionais do Cronograma de Desembolso:

Meses 2025	Fonte: 1052 Valor R$	Fonte: 518 Valor R$	Fonte: 390 Valor R$	Fonte: 497 Valor R$	TOTAL Valor R$
JUNHO	500,00	2.000,00	7.000,00	400,00	**9.900,00**
JULHO	0,00	2.000,00	7.000,00	400,00	**9.400,00**
AGOSTO	0,00	2.000,00	7.000,00	400,00	**9.400,00**
SETEMBRO	0,00	0,00	7.000,00	400,00	**7.400,00**
OUTUBRO	0,00	0,00	7.000,00	400,00	**7.400,00**
NOVEMBRO	0,00	0,00	7.000,00	400,00	**7.400,00**
DEZEMBRO	0,00	0,00	8.000,00	388,16	**8.388,16**
TOTAL	**500,00**	**6.000,00**	**50.000,00**	**2.788,16**	**59.288,16**

Artigo 6º – Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uniflor, 28 de maio de 2025.

MAYCON R.R. de Souza
MAYCON RODRIGO RODRIGUES DE SOUZA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 175/2025
ID CONTRATO 1983

PROCESSO ADM 111/2025

CERTAME DISPENSA – 67/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL JARDIM OLINDA

CONTRATADA: DOJO KAN SPORTS LTDA OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE ODONTOLOGIA COM PROFISSIONAL DENTISTA PARA ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE POR 20 HORAS SEMANAIS NA COBERTURA DE FÉRIAS E LICENÇAS DOS SERVIDORES EFETIVOS

DO VALOR TOTAL: R$ 60.000,00(SESSENTA MIL REAIS).

RED. 284 – 05.002.10.122.0007.2500.3.3.90.39.00.00 – 10303 – OUTROS SERV. TERC. PESSOA JURÍDICA
RED. 309 – 05.002.10.301.0007.2501.3.3.90.39.00.00 – 10000 – OUTROS SERV. TERC. PESSOA JURÍDICA
RED. 340 – 05.002.10.301.0007.2503.3.3.90.39.00.00 – 10494 – OUTROS SERV. TERC. PESSOA JURÍDICA

DA VIGÊNCIA: 17 DE JUNHO DE 2025 A 17 DE FEVEREIRO DE 2026.

DO FISCAL DE CONTRATO: INALDO PORTO REIS – DIRETOR DO DPTO DE SAÚDE

DO FORO: FORO DA COMARCA DE PARAÍ/CTBA PR.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Exercício: 2025

T E R M O D E D I S P E N S A D E L I C I T A Ç Ã O 67 / 2025

DATA: 17/06/2025 **PROTOCOLO:** 111 / 2025 **PROCESSO:** 111

CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA

CONTRATADO(A)
Fornecedor: DOJO KAN SPORTS LTDA
CNPJ: 14.959.029/0001-00 **Insc. Estadual:**
Endereço: RUA XV DE NOVEMBRO, 175
Bairro: JARDIM IGUAçU **Cidade:** Paranavai - PR **CEP:** 87.705-360
Telefone:

OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE ODONTOLOGIA COM PROFISSIONAL DENTISTA PARA ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE POR 20 HORAS SEMANAIS NA COBERTURA DE FÉRIAS E LICENÇAS DOS SERVIDORES EFETIVOS

JUSTIFICATIVA
O Departamento Municipal de Saúde da Prefeitura de Jardim tem dois servidores dentistas efetivos concursados que executam 20 horas semanais cada um intercalando os horários em que fazem o atendimento aos programas de saúde bucal no município atendendo todas as faixas etárias, temos uma situação ao qual os dois dentistas possuem licença e férias para gozar, um dos dentistas tem 2 licenças e 3 férias e solicitou em caráter de urgência para cuidar de tratamento de saúde da esposa, entrando imediatamente no gozo de suas férias onde também solicitou para tirar suas licenças deixando o Departamento Municipal de Saúde sem o atendimento conforme deve oferecer aos municipes. A administração municipal realizou um processo seletivo que foi revogado, neste momento o Departamento Municipal de Saúde encontra-se com o atendimento a população nos serviços odontológicos prejudicados gerando uma preocupação que nos leva a buscar uma solução em caráter de URGÊNCIA para que possamos continuar atendendo a demanda pelos serviços.A contratação por pessoa jurídica se justifica pela urgência e pela necessidade de garantir a continuidade da atenção primária em saúde, evitando prejuízos à população e ao cumprimento das metas pactuadas. A solução visa atender ao art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, que permite a contratação direta em caso de emergência.

DESPESA

Programática	Fonte	Descrição
05002101220007250033390390000	10303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
05002103010007250333390390000	10494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

ITEM(S)

Lot	Orde	Item	Descrição	Unidade	Qtde.	V. Unitário	V. Total
1	1	31584	SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS	HR	640.00	93,75	60.000,00
						Total:	**60,000.00**

EMBASAMENTO LEGAL
Nos termos da Lei nº 14.133/2021, conforme parecer jurídico.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Art. 75, VIII, Lei 14133/21

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL FLORAÍ
C.N.P.J.: 75.731.000/0001-60
Município: FLORAÍ

DECRETO Nº 138/2025.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FLORAÍ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FLORAÍ e autorização contida na Lei Municipal nº 1674/2024, de 5 de Novembro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 45.699,01, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06.000 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.003 - DIVISÃO DE CULTURA	
06.003.13.392.10.1052-3.3.90.30.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$25.266,25
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	25.266,25
06.000 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.003 - DIVISÃO DE CULTURA	
06.003.13.392.10.1052-3.3.90.30.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$20.000,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
04.000 - DEPTO DE FAZENDA	
04.003 - DIVISÃO DE TESOURARIA	
04.003.4.123.4.2011-3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R$432,76
00791 01006.03.99.01.02.2.700.0000 (SF) - Conv. MDS - Aquis Veiculo (791-superávit)	432,76

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$432,76
00791.01006.03.99.01.02.2.700.0000 (SF) - Conv. MDS - Aquis Veiculo (791-superávit)	432,76
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$25.266,25
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	25.266,25
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$20.000,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00

Art. 3º - Este decreto entrara em vigor na data do sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO MUNICÍPIO DE FLORAÍ - PR, 16 de Junho de 2025.

EDNA DE LOURDES CARPINE CONTE
PREFEITA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Exercício: 2025

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo nº1 Termo do contrato nº.60/2025, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÁQUINAS ELÉTRICAS DESTINADOS A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS PREDIOS PÚBLICOS, EM ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA/PR. decorrente de Pregão nº 4/2025, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a EGLEISON FREIRE GOMES MATERIAIS DE CCONSTRUCOES inscritana CNPJ sob nº. 26.865.877/0001-39. aditivam o contrato na importância de R$ 3.863,90 (três mil, oitocentos e sessenta e três reais e noventa centavos) nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: / Art. 125 da Lei nº 14.133/21.

Jardim Olinda 17 de junho de 2025.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Exercício: 2025

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo nº1 Termo do contrato nº.70/2025, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL EM GERAL, DESTINADOS AS MANUTENÇÕES, REFORMAS E CONSTRUÇÕES DE PRÉDIOS PÚBLICOS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR. decorrente de Pregão nº 6/2025, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a EGLEISON FREIRE GOMES MATERIAIS DE CCONSTRUCOES inscrita no CNPJ sob nº. 26.865.877/0001-39. aditivam o contrato na importância de R$ 22.482,90 (vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e noventa centavos) nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Art. 125 da Lei nº 14.133/21.

Jardim Olinda 17 de junho de 2025.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.970.375/0001-46

DECRETO Nº 059/2025

Súmula: Abre um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento em vigor, autorizado pela Lei Municipal nº 1402/2024 e dá outras providências.

A PREFEITA DE SANTO INACIO – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES AUTORIZADAS POR LEI:

D E C R E T A,

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, Lei nº 1402/2024 – LOA/2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 50.408,99 (Cinqüenta Mil, Quatrocentos e Oito Reais e Noventa e Nove Centavos)**, conforme autoriza a Lei Municipal nº 1402/2024, para a suplementação das seguintes dotações do orçamento em vigor, assim discriminadas:

I – SUPLEMENTAÇÃO

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
07	DEPARTAMENTO DE EDUCACAO, CULTURA E DESPORTO	
07.002	DIVISAO DE CULTURA	
13.695.0008.1035	Realização de Eventos Oficiais, Culturais e Turísticos	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
2161	00815-Conv. 059/2025 SETU - Festa Junina Regional - FT 815	**50.408,99**
	SUBTOTAL	**50.408,99**
	TOTAL	**50.408,99**

Art. 2º - Para dar cobertura ao presente Crédito Adicional Suplementar, serão utilizados os Recursos provenientes de **Excesso de Arrecadação real**, na forma do artigo 43, inciso II da Lei 4320/64, e Art. 4º, inciso V, da Lei 1402/2024 (Lei Orçamentária 2025), conforme conta de receita especificada a seguir:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.2.4.99.0.1.03.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO ESTADO - CON 059 - SIT 71753 FESTA JUNINA REGIONAL - FT 815	**50.408,99**
	TOTAL	**50.408,99**

Art. 3º - Fica alterada a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso do Exercício Financeiro de 2025, nas respectivas fontes de recurso e valores citados a seguir:

Fonte de Recurso		
Fonte	Descrição	Valor
00815	CONV. 059 - SIT 71753 FESTA JUNINA REGIONAL - FT 815	**50.408,99**
	TOTAL	**50.408,99**

Artigo 4º – Este Decreto entrará em vigor no ato de sua publicação, com efeitos a partir da data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Santo Inácio, 11 de junho de 2025.

GENY VIOLATTO
Prefeita Municipal

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ

Estado do Paraná
Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Sala 2 - Fone (0xx44) 3332 1222 - Telefax 3332 1283
CNPJ 04.886.232/0001-40

PORTARIA N.º 009/2025

Ato de concessão de Pensão
ANEXO VIII DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 098/2014

A DIRETORA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 609/2005 de 29/11/2005.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder, a partir de 01 de junho de 2025, pensão por morte à senhora **SANTOGENIA FERREIRA, DA SILVA**, brasileira, portadora do CPF nº 058.xxx.499-xx e RG nº 29.xxx.617-x, na condição de viúva, no percentual de 100% (cem por cento), em razão do direito adquirido em decorrência do falecimento do ex-servidor inativo **JOSÉ EURICO DA SILVA,** ocorrido em 31 de maio de 2025. A presente concessão está fundamentada no art. 40, §§ 7º, inciso I, e 8º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 47/2005, combinada com o art. 41, inciso II, da Lei Municipal nº 609/2005.

Art. 2º Este Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2025.

Registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaguajé, em 16 de junho de 2025.

DANIELA ROCHA RAPOSO DE MEDEIROS
Diretora do Instituto de Previdência

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.970.375/0001-46

DECRETO Nº 60/2025

SÚMULA Dispõe sobre a convocação da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social de Santo Inácio e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e;

Considerando a Lei Ordinária n.º 1.140/2015 de 17 de Dezembro de 2015 que dispõe sobre a Política Municipal a Assistência Social de Santo Inácio;

Considerando o Decreto Municipal n.º 36/2024 de 22 de Março de 2024 que nomeou os membros do Conselho Municipal da Assistência Social do Município de Santo Inácio;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 174, de 14 de novembro de 2024 que dispõe sobre a convocação da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social;

Considerando a Resolução Conjunta nº 001/2025 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF pela aprovação da convocação da XV Conferência Estadual de Assistência Social, tendo como tema central: "20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência", nos dias de 07 a 09 de outubro de 2025, em Foz do Iguaçu/PR;

Considerando que o processo de Conferências Municipais corresponde a um espaço amplo e democrático de discussão e articulação coletivas em torno de propostas e estratégias de organização, cuja principal característica é reunir governo e sociedade civil organizada para debater e decidir as prioridades na Política destinada à Assistência Social para os próximos anos;

Considerando que o objetivo da Conferência Municipal da Assistência Social, é avaliar a situação e propor diretrizes para o aperfeiçoamento da Política destinadas à Assistência Social;

Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da política destinada à Assistência Social no Município;

Considerando a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social de Santo Inácio, em reunião ordinária realizada no dia 10 de Junho de 2025, pela realização da Conferência Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 14ª Conferência Municipal de Assistência Social de Santo Inácio.

Parágrafo único. A Conferência de que trata o caput, será realizada no dia 01 de Julho de 2025, a partir das 8h00, na Câmara Municipal de Santo Inácio-PR, sito a Rua Marcelino Alves Alcântara nº 265 - Centro.

Art. 2º A 14ª Conferência Municipal dos Direitos de Assistência Social de Santo Inácio terá como tema central: "20 Anos do SUAS: Construção, Proteção Social e Resistência" e como eixos temáticos:

I - Eixo 1: Universalização do SUAS: Acesso Integral do Equidade e Respeito às diversidades;

II - Eixo 2: Aperfeiçoamento Contínuo do SUAS: Inovação, Gestão Descentralizada e Valorização Profissional;

III - Eixo 3: Integração de Benefícios e Serviços Socioassistenciais: Fortalecendo a Proteção Social, Segurança de Renda e a Inclusão Social no Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

IV - Eixo 4: Gestão Democrática, Informação no SUAS e Comunicação Transparente: Fortalecendo a Participação Social no SUAS;

V - Eixo 5: Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS.

Art. 3º A 14ª Conferência Municipal de Assistência Social de Santo Inácio será presidida de forma conjunta pelo Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Santo Inácio e pela Secretária Municipal de Assistência Social.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social de Santo Inácio serão suportadas por dotação do orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º Fica nomeada a comissão organizadora da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social de Santo Inácio, composta pelos seguintes membros:

I – Representantes Governamentais:
a) Adriana Martha Carneiro de Oliveira Silva.
b) Jéssica Thalita da Silva Santos.
c) Léia Fernandes de Souza.
d) Marlene Aparecida Lazarin da Silva.

II – Representantes da Sociedade Civil Organizada de Santo Inácio:
a) Adriana Reis Gonçalves.
b) Gabriely dos Santos Turato
c) Sarah Ortiz Camargos.
d) Sulene Querino.

Art. 6º A função de membro da Comissão Organizadora não será remunerada, mas, seu exercício é considerado relevante serviço público prestado ao Município, com caráter prioritário e, portanto, a atuação justifica as ausências a qualquer outro serviço, desde que motivada pela referida Comissão.

Art. 7º O funcionamento da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social de Santo Inácio será estabelecido por regulamento próprio.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Santo Inácio, 11 de Junho de 2025.

GENY VIOLATTO
PREFEITA MUNICIPAL

SUZIMEIRE FREITAS TREZE RIBEIRO GONÇALVES
Presidente do CMAS

ESTADO DO PARANÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
CNPJ. 01.517.961/0001-30

PORTARIA Nº 011/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025

SÚMULA: Designa Agente de Contratação, Pregoeiro e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021, e dá outras providências.

SILVANA APARECIDA DUTRA VIANA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ – NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONTIDAS NO REGIMENTO INTERNO,

RESOLVE:

Art. 1º. - Designar o servidor Giovanni Bernardes da Cunha, portador do Registro Geral-CPF nº.894.438.459-20, para exercer a função de Agente de Contratação e Pregoeiro, da Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul - PR, para a condução dos atos das licitações e contratações do Poder Legislativo derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO - Somente em licitações na modalidade *pregão*, o agente responsável pela condução do certame é designado pregoeiro.

Art. 2º. - Designar os servidores do Município, Caroline Sayuri Masuko, portadora do Cartão de Identidade RG nº.10.120.162-7-SSPPR e CPF nº.056.455379-47 e Demilson Alves da Silva, portador do Cartão de Identidade RG nº.8.128.369-9-SSPPR e CPF nº.056.162.039-39, para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os servidores mencionados no *caput* deste artigo auxiliarão o Agente de Contratação e o Pregoeiro no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º. - Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§ 1º. - O Agente de Contratação ou o Pregoeiro convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações, no Poder Legislativo.

§ 2º. - Agente de Contratação ou o Pregoeiro convocará servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º. – A presente Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

SALA DE SESSÕES VEREADOR CELITO RASVAILER, DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE JUNHO DE 2025.

Silvana Aparecida Dutra Viana
- PRESIDENTE -

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 74.163.718/0001-35

PORTARIA Nº 020/2025

Súmula: "Concede diária ao vereador da Câmara Municipal de Itaguajé, Estado Paraná, para cobrir despesas de alimentação."

O Senhor EDUARDO LUIZ PARRON, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Itaguajé, Estado do Paraná no uso das atribuições legais, e considerando a Resolução nº 003/2025, de 28 de março de 2025, que revoga as disposições em contrário, que dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder diária ao Vereador abaixo relacionado para custear despesas com viagem à, Londrina - PR, que durante o dia 16 de Junho do corrente ano, estará a serviço da Câmara Municipal, para prestação de serviços administrativos externos desta Casa de Leis.

Nome	Cargo	Destino	Quantidade de Diárias	Valor das Diárias	Valor total das Diárias
Genivaldo Belo da Silva	Vereador	Londrina-PR	1	R$ 220,33	R$ 220,33

Art. 2º- O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio da Câmara Municipal.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Itaguajé, 16 de Junho de 2025.

EDUARDO LUIZ PARRON
Vice Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ATALAIA
Estado do Paraná
EDIFÍCIO VEREADOR PAULO TRASSI, RUA MANOEL ANTONIO FILHO, 42 – FONE (44) 32541092
CEP 87630-000 – ATALAIA – PARANÁ CNPJ/MF 01.568.710/0001-85

PORTARIA 013/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Atalaia, Estado do Paraná no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica determinado ponto facultativo na Câmara Municipal no dia 20 de junho de 2025, conforme determina o Decreto Municipal º 0163/2025, do Poder Executivo.

Parágrafo Único: - O Expediente da Câmara municipal retornará suas atividades normais no dia 23 de junho de 2025, a partir das 8h.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se
Publique-se
Cumpra-se

Edifício da Câmara Municipal de Atalaia, em 17 de junho de 2025.

EDUARDO SIROTE BORGES
Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 74.163.718/0001-35

DECRETO Nº 005/2025

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL EM VIRTUDE DAS FESTIVIDADES DO DIA DE "CORPUS CRISTI" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIVALDO BELO DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Itaguajé, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo na Câmara Municipal dia 20 de Junho de 2.025 (sexta feira). O ponto facultativo foi decretado em virtude do feriado nacional de Corpus Cristi, que é comemorado no dia anterior, em 19 de Junho, o qual neste ano cai em uma quinta-feira

Parágrafo Único. De acordo com o Decreto, a medida abrange as atividades na repartição da Câmara Municipal direta, autarquia e fundacional. No entanto, os serviços considerados essenciais, que precisam funcionar de forma ininterrupta, continuarão operando normalmente nos dois dias de reces

CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA
PODER LEGISLATIVO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 03/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2025
(Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Declaro como dispensável a licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, para o: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA ILIMITADA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA, tudo em conformidade com os documentos que instruem o Processo de Licitação. A empresa: YASUMITSU & YASUMITSU LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.088.018/0001-03, com valor global de R$ 1.558,80 (mil quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos).

Face ao disposto no artigo nº 72, da Lei Federal nº 14.133/21, submeto o ato a ratificação e devida publicidade.

Ratifico o ato da Câmara Municipal de Ourizona/PR, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído. Publique-se.

Ourizona/PR, em 18 de junho de 2025. EDUARDO BAPTISTA:03706069903 Assinado de forma digital por EDUARDO BAPTISTA:03706069903 Dados: 2025.06.18 15:16:01 -03'00'

Eduardo Baptista
Presidente da Câmara Municipal de Ourizona

CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA
PODER LEGISLATIVO

EXTRATO

CONTRATO: 03/2025
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA/PR
CONTRATADA: YASUMITSU & YASUMITSU LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA ILIMITADA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA.
VALOR TOTAL: R$ 1.558,80 (MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS).
DATA DE ASSINATURA: 18 DE JUNHO DE 2025.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 18 DE JUNHO DE 2026.

OURIZONA (PR), 18 DE JUNHO DE 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ
Estado do Paraná

Av Governador Lupion, 605 - Fone (0xx44) 3332 1222 - Telefax 3332 1283
---------- CNPJ 76.970.359/0001-53 ----------

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 002/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 008/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2025
REPASSE DELIBERAÇÃO Nº 009/2024 - COEDE

CONCEDENTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.970.359/0001-53, com sede Administrativa á Avenida Governador Lupion, 605, centro, na Cidade de Itaguajé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **RENATO FELIX DE SOUZA,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 28.865.295-2/SSPPR, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.156.089-55, residente e domiciliado na Cidade de Itaguajé Estado Paraná, e a pessoa Jurídica resolve constituir o presente Termo de Fomento nº. **002/2025**, conforme quadro abaixo:

PROPONENTE: **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAGUAJÉ –APAE,** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede administrativa na Rua Sete de Setembro nº 612, nesta Cidade, inscrita no CNPJ sob o Nº 06.222.971/0001-62, neste ato representado pelo seu Presidente, o Sr. **JOSÉ WILSON PRATTS MONTEIRO,** brasileiro, residente e domiciliado nesta inscrita no CPF Nº 391.873.579-68, portador do RG Nº 3.051.984-1.

OBJETIVO: Constitui o presente instrumento do Termo de Fomento que visa o desenvolvimento de uma ação conjunta entre o **MUNICIPIO DE ITAGUAJÉ e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAGUAJÉ –APAE**, visando fortalecer e proporcionar melhores condições de desenvolvimento das crianças e adolescente com deficiência usuários da entidade, através de espaços adequados para o seu desenvolvimento.

DO VALOR: O valor destinado será de R$ 61.643,83 (sessenta e um mil seiscentos e quarenta e três reais e oitenta e três centavos), em conformidade com a tabela constante no plano de trabalho.
SITUAÇÃO: Programação com objetividade **PROGRAMAÇÃO:** Repasse Deliberação nº 009/2024 **COEDE/PR COEDE ANO BASE 2025 –CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA.**
DO FORO: AS PARTES CONVENIADAS ELEGEM O FORO DA COMARCA DE COLORADO PARA DIRIMIR AS DIVIDAS DO PRESENTE TERMO DE FOMENTO.

Itaguajé, 18 de junho 2025
RENATO FELIX DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400
www.mandaguacu.pr.gov.br

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPES E SORTEIO DA CHAMADA PÚBLICA 01/2025

Às 13:00hrs do dia dezoito de junho de 2025, na sala de licitações do Paço Municipal, foi iniciada a sessão pública para abertura e analise dos envelopes da Chamada Pública 01/2025, onde se fizeram presentes os Senhores Pedro Costa Junior (Diretor de Licitações), Alzir Bocchi Junior (Pregoeiro), Bárbara Bortoli Ribeiro (Equipe de Apoio) e Paulo Henrique Grandizoli (Equipe de Apoio).
Foram recepcionados e abertos os envelopes dos interessados para o item de Agente de Serviço Operacional Masculino:
- Armelindo Mendes Batista

Após a conferência do conteúdo, ambos atenderam as exigências e em ato continuo foi realizado o sorteio com a classificação a seguir:
1º Armelindo Mendes Batista

Pedro Costa Junior
Dir. de Licitações

Alzir Bocchi Junior
Pregoeiro

Bárbara Bortoli Ribeiro
Equipe de Apoio

Paulo Henrique Grandizoli
Equipe de Apoio

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO
DISPENSA ELETRÔNICA 47/2025
Licitação exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparados conforme previsão no artigo 48 da lei complementar 123/2006.

CONTRATANTE (UASG)
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA (UASG: 987729)

OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENCADERNAÇÕES

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ **11.960,00 (Onze mil novecentos e sessenta reais).**

PERÍODO DE PROPOSTAS
De 23/06/2025 às 8h
Até 26/06/2025 às 7h

PERÍODO DE LANCES
De 26/06/2025 às 8h
Até 26/06/2025 às 15h

Edital na íntegra poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitação, no horário normal de expediente, na Rua Bela Vista, 1014, centro e pelo site www.ourizona.pr.gov.br, ou através do site: www.comprasgovernamentais.gov.br.
Informações complementares poderão ser obtidas através do telefone (44) 3278-1591.

Ourizona, 18 de junho de 2025.

Janilson Marcos Donasan
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR
Estado do Paraná

DECRETO Nº 77/2025.

"Dispõe sobre a instituição do Comitê Diretor composto por: Comitê de Coordenação e Comitê Execução para o assessoramento no processo de elaboração da Revisão do PMSB, no Município de Uniflor, e dá outras providências".

Maycon Rodrigo Rodrigues de Souza, Prefeito do Município de Uniflor, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em atendimento ao que restou firmado pelo Contrato Administrativo nº 19/2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Comitê Diretor órgão de assessoramento no processo de elaboração da REVISÃO DO PMSB – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, que será composto por grupos de trabalho.

Parágrafo Ùnico - Os grupos de trabalho se subdividem em:

I - Comitê de Coordenação;

II - Comitê de Execução:

Art. 2º - O Comitê de Coordenação obrigatoriamente, será representado pelas (autoridades ou técnicos) das instituições do Poder Público Municipal relacionadas com o Saneamento Ambiental, bem como, por representantes de organizações da Sociedade Civil.

Art. 3º - O Comitê de Execução será representado por técnicos do Poder Executivo bem como por outros profissionais tecnicamente habilitados, tais como: professores, e estudantes universitários.

Art. 4º - Ficam nomeados para integrar o Comitê de Coordenação:

Membro	Cargo/Função	Órgão de Representação
JORGE APARECIDO PORTES	DIRETOR	DEP. DE MEIO AMBIENTE
GABRIEL KOITI SATO HIRAY	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DEP. DE MEIO AMBIENTE
DEUCIDES DERENZO	DIRETOR	DEP. DE OBRAS
SOIARA CRISTINA DE SOUZA OSTETTI.	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DEP. DE OBRAS
JOHN LENON AMANCIODA SILVA	FISCAL DE OBRAS	DEP. DE OBRAS
ELAINE NUNES FRANZONI POIELI	DIRETORA	DEP. DE SAÚDE
CAMILA ROELES	DIRETORA	VIGILÂNCIA SANITÁRIA
MARISBEL MARINI ORNELAS	AGENTE COMUNITÁRIO	VIGILÂNCIA SANITÁRIA
MATHEUS SILVA PAIXÃO RIBEIRO	VEREADOR	CAMARA MUNICIPAL
ALEXANDRE APARECIDO RISSO	TÉCNICO	SANEPAR
ALEXANDRO APARECIDO FIM	MEMBRO	SOCIEDADE CIVIL - IGREJA CATÓLICA
ADELVIRSO GONÇALVES	MEMBRO	SOCIEDADE CIVIL – SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
GABRIEL ALVES PEREIRA	ESTUDANTE	SOCIEDADE CIVIL – ESTUDANTE UNVERSITÁRIO

Art. 5º - Ficam nomeados para integrar o Comitê de Execução:

Membro	Cargo/Função	Órgão de Representação
D'JAMES LEANDRO VELOSO VIEIRA	ENGENHEIRO	Município Uniflor
ROBERTA CARDIN CAMPOS	PROCURADORA	Município Uniflor
PATRÍCIA JULIANA GONÇALEZ	CONTADORA	Município Uniflor
LYDIA MARIA FERRARI	DIRETORA DE DIVISÃO DE TESOURARIA	Município Uniflor
MARIA APARECIDA CORREIA	PROFESSORA	Município Uniflor
RAFAEL GELIO PASQUINI	DIRETOR DE AGRICULTURA	Município Uniflor
DANIELA FURIO DA SILVA PASQUINI	ENFERMEIRA	Município Uniflor
ANICASSE GLAZIELY RIZZOI	ASSISTENTE SOCIAL AGRICULTURA	Município Uniflor
DANIELA FURIO DA SILVA PASQUINI	ENFERMEIRA	Município Uniflor

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Uniflor, 18 de junho de 2025.

Maycon Rodrigo Rodrigues de Souza
Maycon Rodrigo Rodrigues de Souza
Prefeito

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE UNIFLOR
ESTADO DO PARANÁ
RUA ORQUÍDEA, 719 - CENTRO - CEP: 87640-000 - FONE/FAX (44) 3270-1225
CNPJ: 00.276.597/0001-00
GESTÃO 2025/2028

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15/2025.

SÚMULA: - Decreta Ponto Facultativo.

O *Senhor ALEXANDRE APARECIDO RISSO, Presidente da Câmara Municipal de Uniflor, no uso de suas atribuições legais.*

DECRETA

Art. 1º - Fica Decretado **PONTO FACULTATIVO** nas dependências da Câmara Municipal de Uniflor - Pr, no dia 20 de junho do corrente ano.

Art. 2º - A Secretaria da Câmara Municipal comunicará a todos os Servidores e Vereadores o disposto no Artigo 1º, devendo os Servidores retornarem às suas atividades normais no dia 23 de junho/2025.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Câmara do Município de Uniflor, Estado do Paraná, 18 de junho de 2025.

- Alexandre Aparecido Risso -
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA
PODER LEGISLATIVO

PORTARIA Nº 007, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

Designa fiscal de contrato administrativo e dá outras providencias.

Ao Presidente da Câmara Municipal de Ourizona, Eduardo Baptista, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO artigo 117 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que estabelece que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados.

DECIDE:

Art. 1º Designar o servidor CRISTIANO MITSUO NOGUTI, função DIRETOR DE DEPARTAMENTO para atuar como fiscal do contrato administrativo e seus respectivos aditamentos, vinculados ao processo administrativo referente a contratação de serviços de orientação técnica a distância sem limitação de horas, visando auxiliar os serviços da Câmara Municipal envolvidos nos módulos do sistema de gestão pública utilizando (contabilidade pública, LRF, prestação de contas, tesouraria, recursos humanos, folha de pagamento, compras e licitações/contratos, patrimônio, controle interno e outros que venham a surgir no decorrer deste contrato), referente a geração e envio de dados e informações ao TCE-PR, incluindo o acompanhamento de cada módulo do sistema da câmara municipal.

Art. 2º São atribuições do fiscal de contrato, dentre outras necessárias à boa prática administrativa e ao cumprimento das normas legais:
I - Ter conhecimento prévio sua competência e atuação;
II - A verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado.
III - Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto da administração contratante quanto da contratada;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, e terá validade até o fim da vigência do contrato ou dos seus respectivos termos aditivos.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições contrárias.

Ourizona, 18 de junho de 2025
EDUARDO BAPTISTA:03706069903 Assinado de forma digital por EDUARDO BAPTISTA:03706069903 Dados: 2025.06.18 15:37:10 -03'00'

EDUARDO BAPTISTA
GESTOR

CRISTIANO MITSUO NOGUTI
FISCAL

DADOS DO PROCESSO (para uso da licitação)
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 004/2025
PREGÃO Nº ___/ _____: ( ) ELETRÔNICO ( ) PRESENCIAL
DISPENSA Nº 003/2025 : ( ) ELETRÔNICA

CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA
PODER LEGISLATIVO

PORTARIA Nº 008/2025, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Nomeia Agente de Contratação para conduzir os atos das licitações e contratações do Legislativo Municipal derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE OURIZONA, no uso das suas atribuições legais:

RESOLVE
Art. 1º. Nomear o servidor **CRISTIANO MITSUO NOGUTI**, CPF Nº ***541***-**, para exercer a função de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** da Câmara Municipal de Ourizona, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 2º. Integram o rol de atribuições da Agente de Contratação a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§1º A Agente de Contratação convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações.
§2º A Agente de Contratação convocará servidores públicos efetivos que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 3º. Esta Portaria terá vigência a partir de sua publicação.

Ourizona, 18 de junho de 2025.

EDUARDO BAPTISTA:03706069903 Assinado de forma digital por EDUARDO BAPTISTA:03706069903 Dados: 2025.06.18 15:37:56 -03'00'

EDUARDO BAPTISTA
Presidente do Legislativo Municipal

JUSTIFICATIVA PARA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR COMISSIONADO PARA A FUNÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Considerando a necessidade de garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos no âmbito da Câmara Municipal de Ourizona/PR, e diante do quadro reduzido de servidores efetivos que, em tese, deveria assumir a função de agente de contratação, justifica-se a nomeação de um servidor comissionado para o exercício dessa função, com base nos seguintes fundamentos jurídicos, doutrinários e jurisprudenciais:

1. PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E INTERESSE PÚBLICO (ART. 37 DA CF/88 E LEI Nº 14.133/2021)

O princípio da eficiência, previsto no caput do Art. 37 da Constituição Federal, exige que a administração pública atue de forma a alcançar os melhores resultados, com economicidade e celeridade. A Lei Federal nº 14.133/2021, em seu Art. 7º, reforça esse princípio ao estabelecer que a administração pública deve buscar a maximização da eficiência em suas contratações. Nesse sentido, a nomeação de um servidor comissionado, diante da inaptidão de servidor efetivo, visa assegurar a continuidade dos processos de contratação, evitando prejuízos ao interesse público.

2. TEMPORARIEDADE E EXCEPCIONALIDADE

A nomeação de servidor comissionado para a função de agente de contratação é medida excepcional e temporária, justificada pela urgência em atender às demandas administrativas. Conforme entendimento consolidado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), a nomeação para cargos comissionados deve observar o caráter transitório e a necessidade comprovada, o que se aplica ao presente caso.

Jurisprudência do TCU:

O TCU, em diversos acórdãos, tem reconhecido a legitimidade de nomeações comissionadas em situações de necessidade temporária. No Acórdão nº 2.778/2015, o Tribunal entendeu que a nomeação para cargos comissionados é válida quando há justificativa plausível e demonstração de que a medida é temporária e necessária para o funcionamento da administração. No caso em tela, o quadro reduzido de servidor efetivo configura justificativa suficiente para a adoção de medida excepcional, sem ferir o princípio da moralidade ou da impessoalidade.
Jurisprudência do TCE-PR:

O TCE-PR, em decisões como a do Processo nº 12556/2019, destacou que a nomeação de servidores comissionados deve observar critérios de razoabilidade e proporcionalidade, especialmente quando há comprovação de que a medida é necessária para evitar prejuízos ao interesse público. No caso em questão, a nomeação de um agente de contratação comissionado atende a esses critérios, uma vez que visa garantir a continuidade dos processos licitatórios e contratuais, essenciais para o funcionamento da Câmara Municipal.

3. FUNDAMENTAÇÃO DOUTRINÁRIA

A doutrina administrativa, representada por autores como Hely Lopes Meirelles e Maria Sylvia Zanella Di Pietro, reforça que a nomeação para cargos comissionados deve observar critérios de razoabilidade e proporcionalidade, desde que haja justificativa plausível. No caso em tela, o quadro reduzido de servidor efetivo configura justificativa suficiente para a adoção de medida excepcional, sem ferir o princípio da moralidade ou da impessoalidade.

4. PREVISÃO DE REVISÃO

Ressalta-se que a presente nomeação será objeto de revisão tão logo o quadro efetivo de funcionários permita a contratação através de concurso público de um novo colaborador e que esse esteja apto a assumir a função de agente de contratação. Essa medida está em consonância com o princípio da finalidade (Art. 2º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021), que determina que a administração pública deve atuar sempre em prol do interesse coletivo, garantindo a transparência e a correção de eventuais distorções.

5. CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021

A Lei Federal nº 14.133/2021, em seu Art. 6º, inciso III, estabelece que a administração pública deve primar pela economicidade, eficiência e eficácia. A nomeação de servidor comissionado, neste caso, atende a esses requisitos, uma vez que visa evitar a paralisação dos processos de contratação, essenciais para o funcionamento da Câmara Municipal e para o atendimento das necessidades da população.

6. CONCLUSÃO

Diante do exposto, a nomeação de servidor comissionado para a função de agente de contratação, em caráter temporário e excepcional, encontra amparo legal, doutrinário e jurisprudencial, estando em conformidade com os princípios constitucionais da administração pública e com a Lei Federal nº 14.133/2021. Compromete-se a Câmara Municipal de Ourizona/PR a revisar a situação tão logo a servidora efetiva esteja apta a assumir a função, garantindo o retorno à normalidade e o respeito aos critérios de preferência estabelecidos em lei.

Ourizona, 18 de junho de 2025.

EDUARDO BAPTISTA:03706069903 Assinado de forma digital por EDUARDO BAPTISTA:03706069903 Dados: 2025.06.18 15:38:23 -03'00'

EDUARDO BAPTISTA
Presidente do Legislativo Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ
Estado do Paraná

Avenida Munhoz da Rocha, 605-Fone (0xx44) 3332 1222-Telefax 3332 1283
---------- CNPJ 76.970.359/0001-53 ----------

PORTARIA Nº. 601/2025

SÚMULA: "concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem"

O Sr. RENATO FÉLIX DE SOUZA, Prefeito do Município de Itaguajé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal nº 1.180/2021, e alterada pela Lei nº 1.367/2025, que institui os pagamentos de diárias aos Servidores Públicos Municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem a trabalho.

RESOLVE:

Art. 1.º - Concede 01 (uma) diária sem pernoite, no valor de R$50,00 (cinquenta reais), ao servidor Municipal o Sr. DANIEL BORGES DE SOUZA, matrícula nº 987, Servidor do quadro permanente deste Município.

DATA	VALOR DIÁRIA	DESTINOS	MOTIVOS
18/06/2025	R$ 50,00	SANTO INÁCIO/PR COLORADO/PR	a) Transporte de pessoas para realizar exame admissional na cidade de Colorado/PR.
		TOTAL	R$50,00

I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do Servidor Municipal do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo do Município.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaguajé
Em, 18 de junho de 2025

RENATO FÉLIX DE SOUZA
Prefeito Municipal

PARANACITY
PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO N.º 074/2025

Súmula: Concede aposentaria ao servidor público municipal VALDOMIRO LEÃO MACEDO.

JOSÉ CLAUDIO BATISTA, Prefeito do Município de Paranacity, do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria do servidor VALDOMIRO LEÃO MACEDO.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido ao servidor VALDOMIRO LEÃO MACEDO, **brasileiro, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Esporte, portador do RG sob n.º** 3.056.439-1 /SESP/PR, **e inscrito no** CPF/MF sob o n.º 389.006.889-87, **aposentadoria voluntária por idade,** com fundamento no artigo 40,§ 1º, III, "b" da CF, **a partir de 02 de junho de 2025.**

Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria proventos proporcionais no valor de R$ 1.522,03 **(um mil e quinhentos e vinte dois reais e centavos).**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor em 02 de junho de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY, EM 09 DE JUNHO DE 2025.

JOSE CLAUDIO BATISTA:09545344920 Assinado de forma digital por JOSE CLAUDIO BATISTA:09545344920 Dados: 2025.06.16 15:09:21 -03'00'
José Claudio Batista
=PREFEITO MUNICIPAL=

PARANACITY
PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO N.º. 76/2025

SÚMULA: NOMEIA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO, PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

JOSÉ CLAUDIO BATISTA, Prefeito do Município de Paranacity, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a habilitação dos documentos apresentados, e considerando as conclusões do atestado de saúde ocupacional admissional;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de **16 DE JUNHO**, a funcionária pública municipal abaixo relacionada, conforme aprovação em Concurso Público, para exercer o cargo de provimento efetivo de **TECNICO EM ENFERMAGEM:**

- ELLEN REGINA ALVES PRUDÊNCIO PEREIRA.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY, EM 16 DE JUNHO DE 2025.

JOSE CLAUDIO BATISTA:09545344920 Assinado de forma digital por JOSE CLAUDIO BATISTA:09545344920 Dados: 2025.06.16 14:43:01 -03'00'
José Claudio Batista
=PREFEITO MUNICIPAL=

PARANACITY
PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO Nº. 79/2025

Súmula: Estabelece ponto facultativo no dia 19 de junho de 2025 dá outras providências.

JOSÉ CLAUDIO BATISTA, Prefeito Municipal de Paranacity, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições mais especificamente o previsto na **Lei Orgânica Municipal,**

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica decretado ponto facultativo no dia 19 de junho de 2025, em razão de data comemorativa de Corpus Christi nas Repartições Públicas do Município de Paranacity.

Artigo 2º. – O disposto no artigo 1º não se aplica às unidades de serviços considerados essenciais, de saúde e limpeza pública ou que por sua natureza não possam ser paralisados ou interrompidos.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DE PARANACITY, EM 18 DE JUNHO DE 2025.

JOSE CLAUDIO BATISTA:09545344920 Assinado de forma digital por JOSE CLAUDIO BATISTA:09545344920 Dados: 2025.06.18 13:37:44 -03'00'
José Cláudio Batista
PREFEITO MUNICIPAL

PARANACITY
PREFEITURA MUNICIPAL

PORTARIA N.º 150/2025

JOSÉ CLAUDIO BATISTA, Prefeito do Município de Paranacity, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade a Lei Municipal 2.353/2020 e § 2º do Art. 29 da Lei Municipal n.º 1.839/2011,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEIA, a partir de 16 de junho a servidora pública municipal abaixo relacionada, no exercício da função de diretoria, em conformidade a Lei Municipal 2.571/2024 e § 2º do Art. 29 da Lei Municipal n.º 1.839/2011:

Servidor(a)	Cargo	Função
ANDREIA PICININ	ENFERMEIRA	DIRETORA DE DIVISÃO DE VIGILANCIA SANITÁRIA

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta PORTARIA entra em vigor em 16 de junho, sendo afixado no quadro de Editais desta Prefeitura e posteriormente enviado ao Órgão de Publicação Oficial do Município.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ, EM 16 DE JUNHO DE 2025.

JOSE CLAUDIO BATISTA:09545344920 Assinado de forma digital por JOSE CLAUDIO BATISTA:09545344920 Dados: 2025.06.18 15:31:26 -03'00'
JOSÉ CLAUDIO BATISTA
=PREFEITO MUNICIPAL=

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ
Estado do Paraná

Avenida Munhoz da Rocha, 605-Fone (0xx44) 3332 1222-Telefax 3332 1283
---------- CNPJ 76.970.359/0001-53 ----------

PORTARIA Nº. 598/2025

SÚMULA: "concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem"

O Sr. RENATO FÉLIX DE SOUZA, Prefeito do Município de Itaguajé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal nº 1.180/2021, e alterada pela Lei nº 1.367/2025, que institui os pagamentos de diárias aos Servidores Públicos Municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem a trabalho.

RESOLVE:

Art. 1.º - Concede 01 (uma) diária com pernoite, no valor de R$290,00 (duzentos e noventa reais), ao servidor Municipal o Sr. DIEGO AZEVEDO DAS NEVES, matrícula Nº 725 Servidor do quadro efetivo da Secretaria Municipal Saúde.

DATA	VALOR DIÁRIA	DESTINOS	MOTIVOS
18/06/2025	R$ 290,00	JALES/SP	a) Transporte de pacientes do NIS, para realizar tratamento médico no Hospital do Amor na cidade de Jales/SP.
		TOTAL	R$290,00

I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do Servidor Municipal do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo do Município.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaguajé
Em, 18 de junho de 2025

RENATO FÉLIX DE SOUZA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ
Estado do Paraná

Avenida Munhoz da Rocha, 605-Fone (0xx44) 3332 1222-Telefax 3332 1283
---------- CNPJ 76.970.359/0001-53 ----------

PORTARIA Nº. 599/2025

SÚMULA: "concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem"

O Sr. RENATO FÉLIX DE SOUZA, Prefeito do Município de Itaguajé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal nº 1.180/2021, e alterada pela Lei nº 1.367/2025, que institui os pagamentos de diárias aos Servidores Públicos Municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem a trabalho.

RESOLVE:

Art. 1.º - Concede 01 (uma) diária sem pernoite, no valor de R$50,00 (cinquenta reais), ao Servidor Municipal o Sr. ABEL LEONEL FILHO, matrícula Nº **740** Servidor do quadro efetivo da Secretaria Municipal Saúde.

DATA	VALOR DIÁRIA	DESTINOS	MOTIVOS
18/06/2025	R$50,00	MARINGÁ/PR	a) Transporte de pacientes do NIS para realizar atendimento médico no Hospital Santa Rita na cidade de Maringá/PR.
		TOTAL	R$50,00

I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do Servidor Municipal do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo do Município.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaguajé
Em, 18 de junho de 2025

RENATO FÉLIX DE SOUZA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ
Estado do Paraná

Avenida Munhoz da Rocha, 605-Fone (0xx44) 3332 1222-Telefax 3332 1283
---------- CNPJ 76.970.359/0001-53 ----------

PORTARIA Nº.600/2025

SÚMULA: "concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem"

O Sr. RENATO FÉLIX DE SOUZA, Prefeito do Município de Itaguajé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal nº 1.180/2021, e alterada pela Lei nº 1.367/2025, que institui os pagamentos de diárias aos Servidores Públicos Municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem a trabalho.

RESOLVE:

Art. 1.º - Concede 01 (uma) diária sem pernoite, no valor de R$50,00 (cinquenta reais), ao Servidor Municipal o Sr. ANDRÉ COIMBRA PEPECE, Servidor do quadro efetivo da Secretaria Municipal Saúde.

DATA	VALOR DIÁRIA	DESTINOS	MOTIVOS
18/06/2025	R$50,00	MARINGÁ/PR	a) Buscar medicamentos para a farmácia de atendimento básico do município na Regional de Saúde na cidade de Maringá/PR.
		TOTAL	R$50,00

I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do Servidor Municipal do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo do Município.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaguajé
Em, 18 de junho de 2025

RENATO FÉLIX DE SOUZA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
Estado do Paraná
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGAO ELETRONICO Nº 019/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2025
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **MUNICÍPIO DE INAJÁ**, realizará PREGAO ELETRONICO nº. **019/2025, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para o objeto da presente licitação é a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS, PRODUTOS DE LIMPEZA, ITENS DE COPA E COZINHA E HIGIENE PESSOAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO AOS DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS E SETORES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,** para atender as demandas do referido departamento, **especificados** no (s) Anexo (s) que acompanha (m) o presente edital, de acordo com as normas contidas na Lei Federal nº. 14.133/2021: em **sessão** pública eletrônicaem sessão pública eletrônica **Dia 03 de julho de 2025 as 09h**, (horário de Brasília- DF), com aceite de proposta à partir da publicação, através do site https://portal.lic

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJA
Av. Antônio Veiga Martins, 80 - Centro - Inajá
CEP: 87670-000 CNPJ: 76.970.318/0001-67 Telefone: (44) 3440-1221
E-mail: pminaja@uol.com.br Site:

INEXIGIBILIDADE DE
Nr.: 24/2025

Processo Adm.: 71/2025
Data do Processo: 16/06/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 74, III.f e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 71/2025
b) Nr. Licitação: 24/2025 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação: 18/06/2025
e) Objeto da Licitação: *CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SERVICOS E CAPACITACAO PROFISSIONAL, PARA OFERTA EM CONFORMIDADE AO ESTIPULADO NA PROPOSTA COMERCIAL RECEBIDA PELO DEPARTAMENTO SOLICITANTE, NA FORMACAO DE AGENTES PUBLICOS PARA GESTAO DE RECURSOS FINANCEIROS*

Participante: FAROL CAPACITACOES E CONSULTORIA LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	INSCRICAO EM CAPACITACAO DE SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE ACAO SOCIAL - GESTAO DE RECURSOS FINANCEIROS - INSCRICAO EM CAPACITACAO DE SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE ACAO SOCIAL - GESTAO DE RECURSOS FINANCEIROS	3,000	UND	1.690,00	5.070,00
				Total do Participante:	**5.070,00**
				Total Geral: 5.070,00	

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL - FMAS	08.001.08.244.0017.2801.3.3.90.39.00	R$ 10.000,00

Inajá, 18 de Junho de 2025

Assinatura do Responsável

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
Estado do Paraná
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 028/2025

Processo Administrativo Nº 053/2025

O MUNICÍPIO DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interna, inscrita no CNPJ sob o Nº 76.970.318/0001-67, com sede na Avenida Antônio Veiga Martins, Nº 80 – CEP 87670-000 - Centro, Inajá–PR – Paço Municipal, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. João Éder Aguilar, residente a Rua Cerro Azul, 116 – CEP 87670-000 – Centro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o Nº 005.133.579-47 e Registro Geral (RG) sob o Nº 6177542-0 PR, tendo em vista o que consta no Processo de Compras Nº 053/2025 e em observância às disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolve REGISTRAR os preços da empresa: **ROSANA A. BELINI & CIA LTDA**, *inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 09.486.389/0001-00, sediada a* AV. BRASIL, Nº 1214, BAIRRO: CENTRO – CEP 87.660-000 –PARANACITY-PR, doravante designada CONTRATADA, *neste ato representada por* ROSANA APARECIDA BELINI – RG -8.133.466-8 SSP/PR – CPF 018.502.689-32 -SOCIA-ADMINISTRADORA, *conforme atos constitutivos da empresa, apresentada nos autos,* decorrente *do Pregão Eletrônico Nº 012/2025,* mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:
A contratante também designa o servidor executivo, o Sr. **João Éder Aguilar, Prefeito Municipal, portador do CPF N.º 005.133.579-47**, para exercer a função de Gestor Geral dos Contratos.

A fiscalização de todas as fases da entrega será feita pelo contratante, por intermédio do agente público, designado fiscal do contrato, com autoridade para exercer em nome do CONTRATANTE toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização, obrigando-se o FORNECEDOR a facilitar, de modo amplo e completo, a ação do fiscal.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO, PREÇOS E QUANTITATIVOS (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos manipulados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Inajá-PR, visando o suprimento contínuo das demandas dos serviços de saúde pública.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	ACICLOVIR -Marca: PROPRIA	CPR 200MG	50 CX C/30	8,90	445,00
2	ACIDO FOLICO-Marca: PROPRIA	CPR 5MG	50 CX C/30	4,90	245,00
3	ALPRAZOLAN-Marca: PROPRIA	CPR 0,25MG	50 CX C/30	9,11	455,50
4	ANLODIPINA-Marca: PROPRIA	CPR 5MG	100 CX C/30	3,95	395,00
5	ATENOLOL-Marca: PROPRIA	CPR 50MG	100 CX C/30	3,80	380,00
6	BEZAFIBRATO-Marca: PROPRIA	CPR 200MG	30 CX C/30	25,89	776,70
7	CAPTOPRIL-Marca: PROPRIA	CPR 25MG	100 CX C/30	3,90	390,00
8	CARISOPRODOL-Marca: PROPRIA	CPR 10MG	50 CX C/60	9,80	490,00
9	CICLOBENZAPRINA-Marca: PROPRIA	CPR 5MG	50 CX C/30	7,79	389,50
10	CLORETO DE POTASSIO-Marca: PROPRIA	CPR 600MG	80 CX C/30	6,90	552,00
11	CLORIDRATO DE AMIODARONA-Marca: PROPRIA	CPR 200MG	30 CX C/30	17,90	537,00
12	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA-Marca: PROPRIA	CPR 25MG	100 CX C/30	6,92	692,00
13	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA-Marca: PROPRIA	CPR 25MG	50 CX C/30	33,83	1.691,50
14	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA-Marca: PROPRIA	CPR 25MG	50 CX C/30	10,52	526,00
15	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA-Marca: PROPRIA	CPR 100MG	50 CX C/30	12,52	626,00
16	CLORIDRATO DE FLUOXETINA-Marca: PROPRIA	CPR 20MG	40 CX C/30	15,24	609,60
17	CLORIDRATO DE METFORMINA-Marca: PROPRIA	CPR 500MG	100 CX C/30	13,06	1.306,00
18	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA-Marca: PROPRIA	CPR 25MG	15 CX/30	13,58	203,70
19	CLORIDRATO DE PROPANOLOL-Marca: PROPRIA	CPR 40MG	100 CX C/30	3,90	390,00
20	CLORIDRATO DE SERTRALINA-Marca: PROPRIA	CPR 50MG	50 CX C/30	13,00	650,00
21	CLOROQUINA DIFOSFATO-Marca: PROPRIA	CPR 250MG	50 CX C/30	14,90	745,00
22	CODEINA-Marca: PROPRIA	CPR 30MG	50 CX C/30	35,40	1.770,00
23	CONDROITINA-Marca: PROPRIA	CPR 600MG	50 CX C/60	19,90	995,00
24	DIOSMINA + HESPERIDINA	CPR 450MG + 50MG	100 CX C/60	25,90	2.590,00
25	DOXAZOSINA-Marca: PROPRIA	CPR 2MG	50 CX C/30	7,85	392,50
26	DULOXETINA-Marca: PROPRIA	CPR 30MG	50 CX C/30	53,20	2.660,00
27	DUTASTERIDA-Marca: PROPRIA	CPR 0,5MG	30 CX C/30	98,49	2.954,70
28	FINASTERIDA-Marca: PROPRIA	CPR 5MG	30 CX C/30	19,47	584,10
29	FLUCONAZOL-Marca: PROPRIA	CPR 150MG	50 CX C/30	10,90	545,00
30	GLUCOSAMINA-Marca: PROPRIA	CPR 900MG	50 CX C/60	17,90	895,00
31	GRISEOFULVINA-Marca: PROPRIA	CPR 900MG	50 CX C/30	38,95	1.947,50
32	IBUPROFENO-Marca: PROPRIA	CPR 600MG	50 CX C/30	10,40	520,00
33	IMIPRAMINA-Marca: PROPRIA	CPR 10MG	100 CX C/30	13,75	1.375,00
34	IMIPRAMINA-Marca: PROPRIA	CPR 25MG	100 CX C/30	13,87	1.387,00
35	ISOFLAVONA-Marca: PROPRIA	CPR 150MG	30 CX C/30	18,70	561,00
36	ITRACONAZOL-Marca: PROPRIA	CPR 100MG	10 CX C/30	44,81	448,10
37	LACTASE-Marca: PROPRIA	CPR 300MG	50 CX C/30	21,90	1.095,00
38	LORATADINA-Marca: PROPRIA	CPR 10MG	50 CX C/12	3,90	195,00
39	LOSARTANA POTASSICA-Marca: PROPRIA	CPR 50MG	100 CX C/30	4,60	460,00
40	MIRTAZAPINA-Marca: PROPRIA	CPR 30MG	50 CX C/30	31,46	1.573,00
41	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA-Marca: PROPRIA	CPR 5MG	50 CX C/30	6,90	345,00
42	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA-Marca: PROPRIA	CPR 20MG	50 CX C/30	10,4936	524,68
43	MOVE-Marca: PROPRIA	CPR 100MG	50 CX C/12	80,56	4.028,00
44	NIMESULIDA-Marca: PROPRIA	CPR 100MG	100 CX C/12	5,58	558,00
45	OMEPRAZOL-Marca: PROPRIA	CPR 20MG	50 CX C/28	4,4878	224,39
46	OXALATO DE ESCITALOPRAM-Marca: PROPRIA	CPR 10MG	150 CX C/30	27,96	4.194,00
48	PAPAINA-Marca: PROPRIA	GEL 3%	100 UNID	35,72	3.572,00
49	PAROXETINA-Marca: PROPRIA	CPR 40MG	50 CX C/60	107,90	5.395,00
50	PREDNISONA-Marca: PROPRIA	CPR 5MG	50 CX C/30	4,86	243,00
51	PREDNISONA-Marca: PROPRIA	CPR 20MG	50 CX C/30	5,79	289,50
52	PREGABALINA-Marca: PROPRIA	CPR 75MG	50 CX C/30	27,22	1.361,00
53	QUETIAPINA-Marca: PROPRIA	CPR 25MG	100 CX C/30	20,49	2.049,00
54	RISPERIDONA-Marca: PROPRIA	CPR 1MG	100 CX C/30	15,98	1.598,00
55	RISPERIDONA-Marca: PROPRIA	CPR 2MG	100 CX C/30	17,59	1.759,00
56	SINVASTATINA-Marca: PROPRIA	CPR 20MG	50 CX C/30	4,12	206,00
57	SINVASTATINA-Marca: PROPRIA	CPR 40MG	50 CX C/30	6,41	320,50
58	SULFADIAZINA DE PRATA-Marca: PROPRIA	POMADA 1%	50 UNID	32,04	1.602,00
59	TANSULOSINA-Marca: PROPRIA	CPR 0,4MG	50 CX C/30	10,13	506,50
60	TRAMADOL-Marca: PROPRIA	CPR 50MG	100 CX C/30	22,85	2.285,00
61	UC II-Marca: PROPRIA	CPR 40MG	50 CX C/60	20,85	1.042,50
62	VALSARTANA HCT-Marca: PROPRIA	CPR 320MG	80 CX C/30	24,44	1.955,20
VALOR TOTAL					**69.501,67**

1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
1.2. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*
1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1. O Termo de Referência;
1.3.2. O Edital da Licitação;
1.3.3. A Proposta do contratado;
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1.
2.2. *O prazo de vigência desta ata é de 05/06/2025 A 03/06/26 contados do(a) data da assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da Lei 14.133/2021.*
2.3. *O Prazo para assinatura da ata pela empresa vencedora será de no máximo 05 (Cinco) dias após a emissão e a convocação para assinatura.*

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
3.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, conforme previsto no termo de referência, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento, fica estabelecido que após gerado empenho aos produtos dele advindo não são passíveis de reequilíbrio.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA

4.1. *Conforme previsto no edital que rege o certame.*

5. CLÁUSULA QUINTA – REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. *Conforme previsto no edital que rege o certame.*

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SETIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:
7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
7.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
7.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Nº 14.133, de 2021;
7.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
7.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
7.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Inaja/PR para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
7.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
7.10.1. A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
7.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.
7.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
7.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
8.2. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (quando for o caso);*
8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990);
8.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
8.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
8.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
8.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
8.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
8.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
8.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
8.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
8.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
8.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Nº 14.133, de 2021);
8.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Nº 14.133, de 2021);
8.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
8.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021.
8.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
8.18. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;*
8.19. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*
8.20. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*
8.21. *Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*
8.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*
8.23. *Nas prestações de serviço, ficará a cargo da contratada as devidas autorizações para a execução junto aos Órgãos fiscalizadores (ex. CREA/CAU, ANVISA, SUSEP ou qualquer outro de mesma responsabilidade), incluindo, caso exista a necessidade a devida emissão de Anotação de Responsabilidade técnica.*

9. CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o detentor da ata que:
a) der causa à inexecução parcial da ata;
b) der causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total da ata;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da ata sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata;
f) praticar ato fraudulento na execução da ata;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
i. **Advertência**, quando o detentor da ata der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Nº 14.133, de 2021);
ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima desta ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021);
iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima desta ata, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).
iv. **Multa:**
1. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
2. *moratória de 0,9% (zero vírgula nove por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
i. *O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
3. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata, no caso de inexecução total do objeto.
9.3. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei Nº 14.133, de 2021)
9.4. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Nº 14.133, de 2021).
9.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021)
9.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Nº 14.133, de 2021).
9.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *10 (dez)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021).
9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021).
9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Nº 14.133/21.
9.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Inajá/PR deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
09.002.10.301.0016.2905 3.3.90.30.00.00.00.00 R$ 40.000,00
09.002.10.301.0016.2905 3.3.90.30.00.00.00.00 R$ 40.000,00
09.002.10.301.0016.2905 3.3.90.32.00.00.00.00 R$ 25.000,00
10.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

11.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Diário Oficial deste Município (AMP), bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– FORO (art. 92, §1º)

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranacity/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Inajá-PR, em 04 de junho de 2025.

JOAO EDER AGUILAR
PREFEITO MUNICIPAL
Representante legal da CONTRATANTE
CONTRATADA

ROSANA APARECIDA BELINI
SOCIA-ADMINISTRADORA
Representante legal da

TESTEMUNHAS:

HÉLIO RODRIGUES DE JESUS

MARIA EDUARDA DA SILVA AMORIM

CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA
PODER LEGISLATIVO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 04/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2025
(Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Declaro como dispensável a licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, para o: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALISTICA DE MIDIA IMPRESSA E SITE PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE TODOS OS ATOS OFICIAIS E NORMATIVOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE OURIZONA, tudo em conformidade com os documentos que instruem o Processo de Licitação. A empresa: DEL GROSSI & CIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 79.989.505/0001-80, com valor global de R$ 10.034,28 (dez mil, trinta e quatro reais e vinte e oito centavos).

Face ao disposto no artigo nº 72, da Lei Federal nº 14.133/21, submeto o ato a ratificação e devida publicidade.

Ratifico o ato da Câmara Municipal de Ourizona/PR, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído. Publique-se.

Ourizona/PR, em 18 de junho de 2025. EDUARDO BAPTISTA:03706069903 Assinado de forma digital por EDUARDO BAPTISTA:03706069903 Dados: 2025.06.18 15:49:31 -03'00'

Eduardo Baptista
Presidente da Câmara Municipal de Ourizona

CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA
PODER LEGISLATIVO

EXTRATO

CONTRATO: 04/2025
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA/PR
CONTRATADA: DEL GROSSI & CIA LTDA - EPP.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALISTICA DE MIDIA IMPRESSA E SITE PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE TODOS OS ATOS OFICIAIS E NORMATIVOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE OURIZONA.
VALOR TOTAL: R$ 10.034,28 (dez mil, trinta e quatro reais e vinte e oito centavos).
DATA DE ASSINATURA: 18 DE JUNHO DE 2025.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 18 DE JUNHO DE 2026.

OURIZONA (PR), 18 DE JUNHO DE 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA
PODER LEGISLATIVO

PORTARIA Nº 009, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

Designa fiscal de contrato administrativo e dá outras providencias.

Ao Presidente da Câmara Municipal de Ourizona, Eduardo Baptista, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO artigo 117 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que estabelece que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados.

DECIDE:

Art. 1º Designar o servidor CRISTIANO MITSUO NOGUTI, função DIRETOR DE DEPARTAMENTO para atuar como fiscal do contrato administrativo e seus respectivos aditamentos, vinculados ao processo administrativo referente a contratação de serviços de orientação técnica a distância sem limitação de horas, visando auxiliar os serviços da Câmara Municipal envolvidos nos módulos do sistema de gestão pública utilizando (contabilidade pública, LRF, prestação de contas, tesouraria, recursos humanos, folha de pagamento, compras e licitações/contratos, patrimônio, controle interno e outros que venham a surgir no decorrer deste contrato), referente a geração e envio de dados e informações ao TCE-PR, incluindo o acompanhamento de cada módulo do sistema da câmara municipal.

Art. 2º São atribuições do fiscal de contrato, dentre outras necessárias à boa prática administrativa e ao cumprimento das normas legais:
I - Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;
II - A verificação da correta execução do objeto contratual, em se

PREFEITURA DE SANTO INÁCIO
CNPJ 76.970.375/0001-46

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N º 018/2025-PMSI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025-PMSI

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO

CONTRATADA: OPEN SHOP CONCEPT LTDA
CNPJ 41.458.806/0001-05

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA OS DIVERSOS DEPARTAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DE DIVERSOS SETORES DO MUNICIPIO .

VALOR TOTAL RS-189.992,80 (Cento e Oitenta e Nove Mil, Novecentos e Noventa e Dois Reais e Oitenta Centavos).

DURAÇÃO: 15/06/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, TORNA PÚBLICA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, NOS TERMOS DO ART. 83, DA LEI N º 14.133/21, CONFORME ABAIXO:

Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 1003 -	1	MONITOR; TAMANHO DA TELA (POLEGADAS): 24" WIDESCREEN, POSSUIR AS TECNOLOGIAS FREESYNC E DYNAMIC ACTION SYNC, RESOLUÇÃO MINIMA: 1920 x 1080,COM AJUSTE DE INCLINAÇÃO, TIPO LED, CONECTOR DE ENTRADA: D-SUB (RGB), HDMI, ALIMENTAÇÃO: AC 100–240V PADRÃO NBR 14136, O PRODUTO DEVE ACOMPANHAR O CABO DE FORÇA, CABO D-SUB(VGA),(PRODUTO NOVO, NÃO MANUFATURADO E/OU RECONDICIONADO.)	LG	UNID	15,00	793,33	11.899,95
LOTE: 1004	1	MONITOR; TAMANHO DA TELA (POLEGADAS): 27" WIDESCREEN, POSSUIR AS TECNOLOGIAS FREESYNC E DYNAMIC ACTION SYNC, RESOLUÇÃO MINIMA: 1920 x 1080,COM AJUSTE DE INCLINAÇÃO, TIPO LED, CONECTOR DE ENTRADA: D-SUB (RGB), HDMI, ALIMENTAÇÃO: AC 100–240V PADRÃO NBR 14136, O PRODUTO DEVE ACOMPANHAR O CABO DE FORÇA, CABO D-SUB(VGA),(PRODUTO NOVO, NÃO MANUFATURADO E/OU RECONDICIONADO.)	LG	UNID	10,00	988,90	9.889,00
LOTE: 1005	1	NOBREAK SENOIDAL POTENCIA DE 1800 VA,MODELO BIVOLT;	TS SHARA	UNID	15,00	2.066,66	30.999,90
		ENTRADA AUTOMÁTICA (FULL RANGE), SAÍDA 115V PADRÃO NBR 14136, SENOIDAL, FORMA DE ONDA SENOIDAL PURA, TOMADAS DE SAÍDA NBR 14136 COM NO MINIMO 8 TOMADAS, COMUNICAÇÃO USB, POSSUIR SOFTWARE DE GERENCIAMENTO, LED NO PAINEL FRONTAL PARA INDICAR AS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO NOBREAK, POSSUIR ALARME AUDIOVISUAL: SINALIZAÇÃO DE EVENTOS COMO QUEDA DE REDE, SUBTENSÃO E SOBRETENSÃO, PIM DO TEMPO DE AUTONOMIA E FINAL DE VIDA UTIL DA BATERIA. PRODUTO DEVE POSSUIR BATERIAS INTERNAS E CONECTOR PARA EXPANSÃO DE BATERIA.					
LOTE: 1008	1	GATEWAY DE REDE COM GERENCIAMENTO EM NUVEM; EQUIPAMENTO DEVE SER UM GATEWAY DE REDE COM SUPORTE A GERENCIAMENTO CENTRALIZADO VIA PLATAFORMA EM NUVEM OU LOCAL, PERMITINDO CONFIGURAÇÃO E MONITORAMENTO REMOTO, DEVE SUPORTAR A CONEXÃO SIMULTÂNEA DE NO MINIMO 30 DISPOSITIVOS DE REDE GERENCIADOS (COMO PONTOS DE ACESSO, SWITCHES OU CÂMERAS) E PELO MENOS 300 CLIENTES CONECTADOS (USUÁRIOS OU DISPOSITIVOS FINAIS), O EQUIPAMENTO DEVE SER COMPACTO, COM DESIGN QUE PERMITA OCUPAÇÃO MÁXIMA DE 1U (UNIDADE DE RACK). SUPORTE A BALANCEAMENTO DE CARGA MULTIWAN PARA REDUNDÂNCIA DE CONEXÃO A INTERNET. THROUGHPUT MÍNIMO DE 1 GBPS EM CENÁRIOS DE TRÁFEGO COM FILTRAGEM DE SEGURANÇA ATIVA (FIREWALL E/OU IDS/IPS). CAPACIDADE DE ROTEAMENTO DE 1 GBPS COM INSPEÇÃO DE PACOTES (IDS/IPS) ATIVADA. DEVE SUPORTAR FAILOVER AUTOMÁTICO ENTRE CONEXÕES WAN, SEM NECESSIDADE DE CONFIGURAÇÃO MANUAL EM CASO DE FALHA. INTERFACES DE REDE PORTAS LAN: MÍNIMO DE 4 PORTAS ETHERNET RJ45 COM VELOCIDADE DE PELO	UNIFI	UNID	10,00	1.395,00	13.950,00
		MENOS 1 GBPS CADA. PORTA WAN: MÍNIMO DE 1 PORTA ETHERNET RJ45 COM SUPORTE A VELOCIDADES DE ATÉ 2,5 GBPS, SENDO ACEITÁVEL QUE UMA DAS PORTAS LAN POSSA SER RECONFIGURADA COMO WAN SECUNDÁRIA. A PORTA WAN DEVE SUPORTAR AUTENTICAÇÃO VIA PROTOCOLO PPPOE PARA CONEXÃO A INTERNET. SUPORTE OPCIONAL A GERENCIAMENTO VIA BLUETOOTH OU OUTRA TECNOLOGIA SEM FIO. PROCESSADOR: MÍNIMO DE 4 NÚCLEOS COM CLOCK DE PELO MENOS 1,5 GHZ. MEMORIA RAM: MÍNIMO DE 3 GB. ARMAZENAMENTO INTERNO: MÍNIMO DE 16 GB EM MEMORIA FLASH (EMMC OU SIMILAR). SUFICIENTE PARA ARMAZENAR FIRMWARE E LOGS BASICOS. DEVE POSSUIR DISPLAY DE STATUS COM TAMANHO MÍNIMO DE 0,9 POLEGADAS, PODENDO SER DE QUALQUER TECNOLOGIA (LCD, LED OU EQUIVALENTE), PARA EXIBIÇÃO DE INFORMAÇÕES BASICAS COMO STATUS DE CONEXÃO E CARGA DO SISTEMA. BOTÃO FÍSICO PARA RESET DE FÁBRICA. ALIMENTADO VIA CONECTOR USB TIPO C, ADAPTADOR DE ENERGIA DEVE SER FORNECIDO JUNTO AO EQUIPAMENTO. FAIXA DE TENSÃO SUPORTADA PELA FONTE: 100-240V AC. FIREWALL COM SUPORTE A REGRAS BASEADAS EM APLICAÇÕES, DOMÍNIOS OU PAISES, SISTEMA DE DETECÇÃO E PREVENÇÃO DE INTRUSÕES (IDS/IPS) BASEADO EM ASSINATURAS OU HEURISTICAS. SUPORTE A SEGMENTAÇÃO DE TRAFEGO POR VLAN OU SUB-REDES. CAPACIDADE DE FILTRAGEM DE CONTEÚDO POR DOMÍNIO OU CATEGORIA. SUPORTE A VPN (COMO WIREGUARD, L2TP, OPENVPN OU EQUIVALENTES) PARA CONEXÕES SEGURAS. FUNCIONALIDADE DE SD-WAN OU SIMILAR, PERMITINDO OTIMAIZAÇÃO DE TRAFEGO ENTRE MÚLTIPLAS CONEXÕES WAN. SUPORTE A IPV4 IPV6 E PROXY IGMP. SERVIDOR DHCP CONFIGURÁVEL E RELAY DHCP. EQUIPAMENTO DEVE					
		ATENDER A NORMAS DE SEGURANÇA ELÉTRICA E INTERFERÊNCIA ELETROMAGNETICA APLICAVEIS NO PAIS (EX.: CE, FCC OU EQUIVALENTES).					
LOTE: 1009	1	ROUTERBOARD WIFI; PROCESSADOR (CPU): MÍNIMO DE 4 NÚCLEOS, COM FREQUÊNCIA DE 1.4 GHZ OU SUPERIOR.MEMORIA RAM: MÍNIMO DE 1 GB ARMAZENAMENTO INTERNO: MÍNIMO DE 512 MB PORTAS ETHERNET: MÍNIMO DE 10 PORTAS GIGABIT ETHERNET (10/100/1000 MBPS) PORTAS SFP+: MÍNIMO DE 1 PORTA SFP+ COM SUPORTE A ATÉ 10 GBPS WI-FI: DUAL BAND SIMULTÂNEO (2.4 GHZ E 5 GHZ), COM SUPORTE A 802.11AC OU SUPERIOR ANTENAS: MÍNIMO DE 4 ANTENAS VELOCIDADE WI-FI: MÍNIMO DE 300 MBPS EM 2.4 GHZ E 1700 MBPS EM 5 GHZ SISTEMA OPERACIONAL: ROUTEROS, NÍVEL DE LICENÇA 5 SUPORTE A VLANS: SIM, COM GERENCIAMENTO AVANÇADO S (QUALIDADE DE SERVIÇO); SUPORTE COMPLETO AO GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO, COM PRIORIZAÇÃO DE PACOTES VPN: DEVE SUPORTAR, NO MÍNIMO, IPSEC, PPTP, L2TP E OPENVPN FIREWALL E SEGURANÇA: SUPORTE A REGRAS DE FIREWALL CONFIGURÁVEIS, COM PROTEÇÃO CONTRA ATAQUES DOS5 E OUTRAS AMEAÇAS DE REDE. GERENCIAMENTO REMOTO: DEVE PERMITIR GERENCIAMENTO REMOTO VIA INTERFACE WEB E WINBOX. FONTE DE ALIMENTAÇÃO DC: 12-57 V, COM SUPORTE A POE IN (ALIMENTAÇÃO VIA ETHERNET), FONTE DE ENERGIA DEVE ESTAR INCLUSA. MONTAGEM: COMPATIVEL COM MONTAGEM EM RACK PADRÃO 1U COM KIT DE MONTAGEM INCLUSO. OUTROS RECURSOS: MONITOR DE TEMPERATURA PCB , MONITOR DE TENSÃO (SUPORTE A AGREGAÇÃO DE LINKS (LINK AGGREGATION). BALANCEAMENTO DE CARGA E ROTEAMENTO DINÂMICO, CERTIFICAÇÃO CE, FAC, ROHS, PORTA SERIAL RJ45.	TP LINK	UNID	15,00	1.298,60	19.479,00
LOTE: 1010	1	ROTEADOR WI-FI 6 DUAL BAND PROCESSADOR DE NO MÍNIMO 1 GHZ CPU DUAL COREPADRÕES WIRELESS: IEEE 802.11AX/AC/N/A (5 GHZ); IEEE 802.11AX/N/B/G (2,4 GHZvELOCIDADE WI-FI: ATÉ 5400 MBPS (4804 MBPS EM 5 GHZ E 574 MBPS EM 2,4 GHZBANDAS: DUAL BAND SIMULTÂNEO (2,4 GHZ E 5 GHZ) ANTENAS: 6 ANTENAS EXTERNAS DE ALTO GANHO, AJUSTÁVEIS PARA MELHOR COBERTURA DE SINAL TECNOLOGIA DE TRANSMISSÃO: OFDMA E MU-MIMO, GARANTINDO MAIOR EFICIÊNCIA EM REDES CONGESTIONADAS COBERTURA WI-FI: AMPLA, PROJETADA PARA AMBIENTES COM MÚLTIPLOS DISPOSITIVOS CONECTADOS PORTAS LAN: 4 PORTAS ETHERNET GIGABIT (10/100/1000 MBPS) PORTA WAN: 1 PORTA ETHERNET GIGABIT (10/100/1000 MBPS)PORTA USB: 1 PORTA USB 3.0 PARA COMPARTILHAMENTO DE ARQUIVOS E MÍDIA FORMATOS SUPORTADOS: NTFS, EXFAT, FAT32 MODO ROTEADOR , MODO ACCESS POINTQOS (QUALIDADE DE SERVIÇO) , COMPATIBILIDADE COM IPV6 , BLOQUEADOR DE SITES , PREVENÇÃO DE ATAQUES DDOS , NAT FORWARDING, SEGURANÇA: WPA3, FIREWALL SPI, E REDE DE CONVIDADOS SEPARADA PARA MAIOR PROTEÇÃOREAMFORMING: DIRECIONA O SINAL PARA DISPOSITIVOS CONECTADOS, MELHORANDO A EFICIÊNCIA DA CONEXÃO INTERFACE DE CONFIGURAÇÃO: PAINEL WEB ACESSÍVEL VIA NAVEGADOR E APLICATIVO MÓVEL PARA GERENCIAMENTO REMOTO, OBRIGATÓRIO POSSUIR OPÇÃO PARA PERMITIR TROCA DA PORTA DE ACESSO WEB. ATUALIZAÇÕES AUTOMATICAS: SUPORTE A ATUALIZAÇÕES DE FIRMWARE AUTOMATICAS PARA SEGURANÇA E DESEMPENHO ALIMENTAÇÃO AC 100-240V . CERTIFICAÇÕES MÍNIMAS: FCC, CE, ROHS COM FURAÇÃO PARA FIXAÇÃO EM PAREDES COM ALIVIO DE BUCHAS E PARAFUSOS. O PRODUTO DEVE SER FORNECIDO EM EMBALAGEM					
		LACRADA DE FABRICA E ACESSORIOS NECESSARIOS PARA INSTALAÇÃO, COMO ADAPTADOR DE ENERGIA E CABOS. AINDA EM PRODUÇÃO, MODELOS ANTIGOS (END OF LIFE) NÃO SERÃO ACEITOS.					
LOTE: 1011	1	ROTEADOR 12U (PRETO); CAPACIDADE: 12U MATERIAL: AÇO REFORÇADO LATERAIS REMOVÍVEIS COR: PRETO PORTA: FRONTAL COM CHAVE ACESSORIOS: 1 BANDEJA DE 1U INCLUSA COMPATIBILIDADE: SUPORTE PARA INSTALAÇÃO DE COOLER DE VENTILAÇÃO;	RACK MINI	UNID	10,00	702,90	7.029,00
LOTE: 1012	1	RACK DE PAREDE 5U (PRETO); CAPACIDADE: 5U MATERIAL: AÇO REFORÇADO LATERAIS REMOVÍVEIS COR: PRETO PORTA: FRONTAL COM CHAVE ACESSORIOS: 1 BANDEJA DE 1U INCLUSA COMPATIBILIDADE: SUPORTE PARA INSTALAÇÃO DE COOLER DE VENTILAÇÃO;	RACK MINI	UNID	10,00	673,90	6.739,00
LOTE: 1013	1	RACK DE PAREDE 5U (PRETO); CAPACIDADE: 5U MATERIAL: AÇO REFORÇADO LATERAIS REMOVÍVEIS COR: PRETO PORTA: FRONTAL COM CHAVE ACESSORIOS: 1 BANDEJA DE 1U INCLUSA COMPATIBILIDADE: SUPORTE PARA INSTALAÇÃO DE COOLER DE VENTILAÇÃO;	RACK MINI	UNID	10,00	441,90	4.419,00
LOTE: 1015	1	SUPORTE ARTICULADO PARA 2 MONITORES: SUPORTE ARTICULADO DE MESA PARA MONITORES COM CAPACIDADE PARA 2 MONITORES DE 17 A 29 POLEGADAS. POSSUI DOIS BRAÇOS ARTICULADOS INDEPENDENTES COM PISTÃO A GÁS, PERMITINDO AJUSTE SUAVE E PRECISO DE ALTURA, INCLINAÇÃO E ROTAÇÃO PARA MELHOR ERGONOMIA. COMPATÍVEL COM PADRÃO DE FIXAÇÃO VESA 75X75MM E 100X100MM. SUPORTA MONITORES COM PESO DE ATÉ 8KG POR MONITOR. FIXAÇÃO POR MESA COM PRESILHA OU PARAFUSO. FABRICADO EM AÇO E ALUMÍNIO COM ACABAMENTO RESISTENTE.	SUPORTE DE PAREDE PARA 2 MONITORES ARTICULADO	UNID	5,00	240,00	1.200,00
LOTE: 1016	1	SWITCH GIGABIT; 24 PORTAS LAN 10/100/1000 MBPS; CAPACIDADE MÍNIMA DE DE COMUTAÇÃO: 48 GBPS;INDICADORES LED; ALIMENTAÇÃO: 100 A 240 V PRODUTO DEVE ACOMPANHAR CABO DE ENERGIA NO PADRÃO BRASILEIRO PADRÃO NBR	TP LINK	UNID	10,00	1.104,40	11.044,00
		14136;					
LOTE: 1018	1	FONTE ATX; POTÊNCIA MÍNIMA 600W; CERTIFICAÇÃO 80 PLUS BRONZE, PFC ATIVO; TAMANHO DO FÃ 120 MILIMETROS. NÃO POSSUIR ILUMINAÇÃO RGB. ENTRADA AC 100-240 AUTOMATICO, ACOMPANHA CABO DE ENERGIA PADRÃO NBR 14136.	PCVES	UNID	15,00	491,93	7.378,95
LOTE: 1019	1	CARREGADOR DE BATERIA ESTACIONÁRIA, NOBREAK, AUTOMOTIVA CARREGADOR DE BATERIAS INTELIGENTE, PROJETADO PARA CARREGAMENTO E MANUTENÇÃO DE BATERIAS ESTACIONÁRIAS DO TIPO AGM, VRLA, AUTOMOTIVAS E DE NOBREAK, COMPATIVEL COM SISTEMAS DE 12V E 24V. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR VISOR DIGITAL PARA MONITORAMENTO EM TEMPO REAL E MICROCHIP DE PROTEÇÃO INTEGRADO, GARANTINDO SEGURANÇA E EFICIÊNCIA NO PROCESSO DE CARGA. INDICADO PARA USO EM BATERIAS DE 12V COM CAPACIDADES VARIANDO DE 2AH A MAIS DE 50AH, ATENDENDO AS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO DE MÓDULOS DE BATERIAS DE NOBREAK,BIVOLT AUTOMÁTICO: 100V A 240V, 12V E 24V (SELEÇÃO AUTOMÁTICA OU AJUSTÁVEL). TECNOLOGIA INTELIGENTE: AJUSTE AUTOMÁTICO DA CORRENTE CONFORME NECESSIDADE DA BATERIA. COMPATÍVEL COM BATERIAS DE CHUMBO-ACIDO, AGM, VRLA E SELADAS. COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 2AH E MÁXIMA SUPERIOR A 50AH. DISPLAY INTEGRADO COM INDICAÇÃO EM TEMPO REAL DE VOLTAGEM (VOLTÍMETRO), AMPERAGEM (AMPERÍMETRO) E PORCENTAGEM DE CARGA. MICROCHIP DE PROTEÇÃO CONTRA CURTO-CIRCUITO, SOBRECARGA, INVERSÃO DE POLARIDADE E SOBRETENSÃO. CORTE ELETRÔNICO DE TENSÃO E CORRENTE EM CASO DE FALHAS. FUSÍVEL INTERNO DE AÇÃO RÁPIDA. COOLER INTELIGENTE INTEGRADO PARA CONTROLE DE TEMPERATURA, COM VENTILAÇÃO ATIVA. ADEQUADO PARA BATERIAS DE NOBREAK (EX.: 12V 2AH E	AGM	UNID	1,00	506,00	506,00

		12V 18AH) E MÓDULOS DE MAIOR CAPACIDADE (EX.: >50AH). CABO DE ALIMENTAÇÃO COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,5M. CABOS COM GARRAS TIPO JACARÉ, COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 40CM. PARA CONEXÃO SEGURA AOS TERMINAIS DA BATERIA. CERTIFICADO PELO INMETRO, GARANTINDO CONFORMIDADE COM NORMAS DE SEGURANÇA E DESEMPENHO.FUNÇÃO DE MANUTENÇÃO DE CARGA (FLUTUAÇÃO) PARA USO PROLONGADO SEM DANIFICAR A BATERIA. O CARREGADOR DEVE SER PORTÁTIL, COM DESIGN COMPACTO E LEVE, FACILITANDO O TRANSPORTE E USO EM DIFERENTES LOCAIS.					
LOTE: 020	1	PLACA DE VÍDEO ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MEMÓRIA: MÍNIMO DE 6 GB GDDR6 . LARGURA DE BANDA DE MEMÓRIA: MÍNIMO DE 128 BITS. INTERFACE: PCI EXPRESS 4.0 (PCI-E 4.0). SISTEMA DE RESFRIAMENTO: COOLER COM DOIS VENTILADORES (DUAL FAN). CONECTOR DE ALIMENTAÇÃO: CONECTOR AUXILIAR DE 8 PINOS PCI-E. COMPATIBILIDADE: COMPATÍVEL COM SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS 10 E WINDOWS 11 (64 BITS). SAÍDAS DE VÍDEO: MÍNIMO DE 2 PORTAS HDMI NATIVAS; OU MÍNIMO DE 1 PORTA HDMI NATIVA, ACOMPANHADA DE UM ADAPTADOR HDMI (INCLUSO COM A PLACA) PARA SUPORTAR UMA SEGUNDA CONEXÃO HDMI. CAPACIDADE DE SUPORTAR SIMULTANEAMENTE 2 MONITORES VIA HDMI (NATIVO OU ADAPTADOR). CONDIÇÃO DO PRODUTO: PRODUTO NOVO, NÃO USADO OU RECONDICIONADO, DISPONÍVEL NO MERCADO E COM SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÕES.	GIGABYTE	UNID	4,00	2.098,00	8.392,00
LOTE: 021	1	IMPRESSORA LASER COLOR FUNÇÕES : IMPRIMIR, COPIAR, DIGITALIZAR, FAX ADMITE MULTITAREFAS; VELOCIDADE MINIMA DE IMPRESSÃO EM PRETO : 21 PPM; VELOCIDADE MINIMA DE IMPRESSÃO COLORIDA : 21 PPM; CICLO DE TRABALHO (MENSAL, A4) MINIMO DE : 40.000 PÁGINAS;	HP	UNID	3,00	3.898,00	11.694,00
		TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO : LASER COLOR; VISOR GRAFICO : COLORIDA DE 4,3"; VELOCIDADE DO PROCESSADOR : 800 MHZ; POSSIBILITA IMPRESSÃO MÓVEL; CONECTIVIDADE: CAPACIDADE SEM FIOS INTEGRADA: 802.11 B/G/N INTEGRADO; AUTENTICAÇÃO VIA WEP, WPA/WPA2 OU 802.11X; CRIPTOGRAFIA VIA AES OU TKIP; WPS; WI-FI DIRECT, PADRÃO PORTA USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE; PORTA DE REDE FAST ETHERNET 10/100/1000 BASE-TX INCORPORADA, 802.11N 2.4/5GHZ RAM FIO, PORTA DE FAX, USB DE HOST FRONTAL PRONTO PARA TRABALHAR EM RSAGSM; 10 BASE-T/100 BASE-ETHERNET 802.11 B/G/N OPERA COMO PA (COM WI-FI DIRECT) E ST E MEMÓRIA MINIMA: 256 MB; ENTRADA DE PAPEL: BANDEJA DE ENTRADA PARA 250 FOLHAS; SAÍDA DE PAPEL : BANDEJA DE SAÍDA PARA 100 FOLHAS IMPRESSÃO FRENTE E VERSO; TIPOS SUPORTES : PAPEL COMUM, FOLHETO, COLORIDO, BRILHANTE, PESADO, TIMBRADO, LEVE, FOTOGRÁFICO, LISO, PRÉ-IMPRESSO, PRÉ-PERFURADO, RECICLADO, RESISTENTE), TRANSPARÊNCIAS, ETIQUETAS, ENVELOPES, CARTÃO; TIPO DE SCANNER : BASE PLANA, ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS; FORMATOS DOS ARQUIVOS DIGITALIZADOS : JPG, RAW (BMP), PNG, TIFF, PDF; RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO, ÓPTICA ATÉ 300 DPI (ADF COLORIDO E MONOMÁTICO); ATÉ TO1200 DPI (DE MESA); VELOCIDADE DE DIGITALIZAÇÃO (NORMAL, A4) ATÉ 26 PPM; CAPACIDADE DO ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS : 50 FOLHAS; ALIMENTAÇÃO : TENSÃO DE ENTRADA DE 110 VOLTS: 110 A 127 V COM CABO DE ENERGIA NO PADRÃO BRASILEIRO PADRÃO NBR 14136; ACOMPANHAR CABO USB E TONERS PRÉ-INSTALADOS, O CABO DE ALIMENTAÇÃO AC JÁ DEVE VIR NO NOVO PADRÃO ADOTADO PELO BRASIL. COMPATÍVEIS COM OS SEGUINTES SISTEMAS OPERACIONAIS: WINDOWS E LINUX.					
LOTE: 022	1	TABLET: 1 TABLET NOVO, SEM USO ANTERIOR, EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL; COM TODOS OS ACESSÓRIOS INCLUSOS; TELA SENSÍVEL AO TOQUE COM TECNOLOGIA CAPACITIVA, COM TAMANHO MÍNIMO DE 10,9 POLEGADAS E RESOLUÇÃO WQXGA OU SUPERIOR; PROCESSADOR OCTA CORE (OITO) NÚCLEOS; MEMÓRIA RAM DE, NO MÍNIMO, 8GB; ARMAZENAMENTO INTERNO DE, NO MÍNIMO, 128GB, COM SUPORTE A EXPANSÃO VIA CARTÃO DE MEMÓRIA; SISTEMA OPERACIONAL ANDROID, VERSÃO 14 OU SUPERIOR; SUPORTE A REDES MÓVEIS 5G E WI-FI COM TECNOLOGIA WI-FI 6 OU SUPERIOR;BATERIA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 8.000 MAH, GARANTINDO AUTONOMIA PARA USO PROLONGADO; CÂMERA TRASEIRA DE, NO MÍNIMO, 8MP E FRONTAL DE, NO MÍNIMO, 5MP; CANETA DIGITALIZADORA INCLUÍDA NA EMBALAGEM; CONECTOR USB-C PARA CARREGAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE DADOS; ALTO-FALANTES ESTÉREOS INTEGRADOS; COMPATIBILIDADE COM CARREGAMENTO RÁPIDO; SENSOR DE IMPRESSÃO DIGITAL OU RECONHECIMENTO FACIAL PARA DESBLOQUEIO SEGURO;CONSTRUÇÃO RESISTENTE A POEIRA E ÁGUA, COM CERTIFICAÇÃO IP67 OU SUPERIOR. ACESSÓRIOS INCLUSOS: CARREGADOR COMPATÍVEL COM TECNOLOGIA DE CARREGAMENTO RÁPIDO; CABO USB TIPO C; PELÍCULA PROTETORA APLICADA NA TELA; CAPA PROTETORA REFORÇADA, COM SUPORTE A CANETA, PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS E SUPORTE PARA APOIO, PERMITINDO USO EM DIFERENTES ÂNGULOS DE INCLINAÇÃO.	SAMSUNG	UNID	5,00	4.374,60	21.873,00
		TOTAL					189.992,80

SANTO INACIO PR., 16 DE JUNHO DE 2.025.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SANTO INÁCIO – ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N º 022/2025-FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025-FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CONTRATADA: FARMACIA AVENIDA DE SANTO INACIO LTDA
CNPJ 01.614.267/0001-31

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS QUE SERÃO ADQUIRIDOS PARA SUPRIR FALTAS EMERGENCIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO INACIO,DESTINADOS A USUÁRIOS EM SITUAÇÃO DE RISCO, USUÁRIOS QUE NÃO POSSUEM CONDIÇÕES SÓCIO ECONÔMICAS, USUÁRIOS DA REDE BÁSICA, AGRAVOS À SAÚDE E/OU DOENÇAS CRÔNICAS, QUE RECORREM À ORDEM JUDICIAL, CONSELHO TUTELAR E CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTA SECRETARIA DE SAÚDE, OU PACIENTES EM INÍCIO DE TRATAMENTO, BEM COMO COMPLEMENTAR A NECESSIDADE DE MEDICAMENTOS COMPLEXOS NÃO FORNECIDOS PELA FARMÁCIA BÁSICA, REALIZADA ATRAVÉS DE AVALIAÇÃO SOCIAL.

VALOR TOTAL RS-293.326,81 (Duzentos e Noventa e Três Mil, Trezentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Um Centavos)

DURAÇÃO: 16/06/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, TORNA PÚBLICA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, NOS TERMOS DO ART. 83, DA LEI N º 14.133/21, CONFORME ABAIXO:

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	ACETATO DE RETINOL, DOSAGEM: 3,5 G POMADA BR0274918	CRISTALIA	BG	4,00	4,00	16,00
2	1	ACIDO ASCORBICO + RETINOL+ COLECALCIFEROL, DOSAGEM: 50.000UI+10.000UI SOLUÇÃO ORAL BR0399414	COSMED	FR	6,00	14,33	85,98
3	1	ACETILCISTEINA, CONCENTRAÇÃO: 600 MG, FORMA FARMACÊUTICA: GRANULADO PARA SOLUÇÃO ORAL, SACHES SG BR0434110	UNIAO QUIMICA	SACH	40,00	2,47	98,80
4	1	ACIDO ASCORBICO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À CITRATO DE ZINCO, CONCENTRAÇÃO :1G + 10MG, FORMA FARMACÊUTICA:COMPRIMIDO EFERVESCENTE BR0395609	UNIAO QUIMICA	CPR	40,00	1,97	78,80
5	1	ACIDO TRANEXÂMICO, DOSAGEM: 250MG BR0278338	EMS	CPR	80,00	4,13	330,40
6	1	ALOPURINOL, DOSAGEM: 100MG BR0267508	EMS	CPR	200,00	0,31	62,00
7	1	ALPRAZOLAM, DOSAGEM:1MG BR0271356	BIOSSINTETICA	CPR	240,00	0,63	151,20
8	1	AMOXICILINA, PRINCÍPIO ATIVO:ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO, CONCENTRAÇÃO: 400MG + 57MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: PO PARA SUSPENSÃO ORAL,	UNIAO QUIMICA	FR	12,00	54,04	648,48
		FRASCO 70 ML BR0386396					
9	1	AMOXICILINA, PRINCÍPIO ATIVO:ASSOCIADA COM CLAVULANATO POTÁSSIO CONCENTRAÇÃO: 875MG + 125MG BR0353333	EMS	CPS	160,00	8,84	1.414,40
10	1	AMOXICILINA, PRINCÍPIO ATIVO:ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO, CONCENTRAÇÃO:500MG + 125MG BR0271217	EMS	CPR	110,00	5,00	550,00
11	1	ANLODIPINO BESILATO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À VALSARTANA, CONCENTRAÇAO: CONCENTRAÇAO: 10MG + 320MG BR0396268	EMS	CPR	200,00	4,29	858,00
12	1	ANLODIPINO BESILATO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO AO VALSARTANO, CONCENTRAÇÃO CONCENTRAÇÃO: 5MG + 320MG BR0357063	GERMED	CPR	600,00	3,80	2.280,00
13	1	ARIPIPRAZOL CONCENTRAÇÃO: 10MG BR0364780	NEO QUIMICA	COMPR	540,00	2,15	1.161,00
14	1	ARIPIPRAZOL, CONCENTRAÇÃO: 1MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 150 ML BR0472780	ACHE	FR	6,00	193,50	1.161,00
15	1	ARIPIPRAZOL, CONCENTRAÇÃO 15 MG	ZYDUS	CPR	240,00	9,29	2.229,60
16	1	ATENINA, DOSAGEM: 0,100MG BR0272043	MAWDSLEY S	CPR	360,00	0,35	126,00
17	1	ATORVASTATINA CÁLCICA, DOSAGEM: 40MG BR0268082	EMS	COMPR	420,00	3,79	1.591,80
18	1	AZITROMICINA, DOSAGEM: 600MG, FRASCO 15ML BR0314517	PHARLAB	FR	12,00	35,875	430,50
19	1	BAMIFILINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 300MG BR0272028	CHIESI	DRG	120,00	1,92	230,40
20	1	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO COM BROMETO, GLICOPIRRÔNIO E FORMOTEROL, CONCENTRAÇÃO: 100 + 12,5 + 6 MCG/DOSE, FORMA FARMACÊUTICA: AEROSSOL ORAL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM INALADOR, FRASCO 120 DOSES BR0470130	CHIESI	FR	12,00	409,58	4.914,96
21	1	BENZOATO DE ALOGLIPTINA, DOSAGEM: 25MG + 30MG BR0445954	COSMED	CPR	110,00	8,34	917,40
22	1	BENZOCAÍNA, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADA COM TRICLOSANA E MENTOL, CONCENTRAÇÃO : 45MG + 5MG + 5MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: AEROSOL, FRASCO 43G BR0405900	MOMENTA	FR	12,00	36,29	435,48
23	1	BETAMETASONA, COMPOSIÇÃO: DIPROPIONATO APRESENTAÇÃO: ASSOCIADA COM ÁCIDO SALICÍLICO, DOSAGEM: 0,5MG + 30MG/G, FORMA FARMACÊUTICA: POMADA, BISNAGA 30G BR0314517	DELTA	BG	12,00	40,16	481,92
24	1	BILASTINA, COMPOSIÇÃO: 20MG	EMS	CPR	90,00	2,39	215,10
25	1	BISOPROLOL FUMARATO, CONCENTRAÇÃO: 5MG BR0412840	EMS	CPR	600,00	2,0625	1.237,50
		BR0362719					
26	1	BRIMONIDINA TARTARATO, COMPOSIÇ

(Continuação da página anterior)

6.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus da perda de negócios em decorrência da indisponibilidade de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5 Será vedada a participação de empresas:
a) com falência decretada;
b) declaradas inidôneas por qualquer ente ou órgão público da Administração Pública (União, Estados, DF ou Municípios) ou suspensas pelo município de Mandaguaçu/PR;

6.6 Como condição para participação no Pregão, a licitante apresentará:
a) Declaração, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
b) Declaração sob as penas da lei, de que até a data de realização desta licitação inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
c) Declaração de que não empregou menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregou menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do Inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
d) Declaração de que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.
e) Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art 5º da Constituição Federal.
f) Declaração que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado o número de funcionários da empresa, atende as regras de acessibilidade previstas na legislação.
g) Declaração sob as penas da Lei acerca do cumprimento da cota de aprendizagem instruída no art. 429 da CLT.
6.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

VII – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO:

7.1 A proposta deverá ser preenchidas conforme modelo da proposta anexo ao Edital.
7.1.1. As propostas de preços deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional, limitado o preço unitário a 02 (duas) casas após a vírgula.
7.2 Concluída satisfatoriamente a negociação, o licitante vencedor deverá encaminhar a proposta ajustada ao valor final ofertado com a descrição do objeto ofertado e o preço com o valor da negociação, no prazo de até 02 horas da convocação do agente de contratação, do pregoeiro ou da comissão de contratação.
7.3. Os preços e os objetos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiros suas propostas e lances, sob pena de assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
7.4. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, **descrevendo as características do objeto cotado, informando em campo próprio do sistema, preço unitário por item.**
7.5. A apresentação da proposta na Licitação será considerada como evidência de que a proponente:
a) examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e obteve do Pregoeiro todas as informações necessárias para a sua formulação;
b) considerou que os elementos desta Licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente condizente com o objeto licitado;
c) tendo vencedor da Licitação, assumirá integral responsabilidade pela perfeita e completa execução do objeto licitado em todas as fases.
7.6. As propostas apresentadas e os lances formulados incluem todas e quaisquer despesas necessárias e indispensáveis para a perfeita execução das obrigações decorrentes desta licitação e da respectiva ata, tanto contratual e demais se elaboradas em conformidade com a legislação aplicável e as condições estabelecidas neste instrumento convocatório, seus Anexos e os fatores a seguir:
a) deverão ser considerados pelos proponentes todos os custos para o comprimento das obrigações exigidas, incluindo mão de obra, seguros, fretes, encargos sociais, tributos, transporte, equipamentos e outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta Edital e da respectiva ata de registro de preços;
b) especificação do objeto, observadas as características exigidas no presente Edital;
c) **validade da proposta** não inferior a **60 (sessenta) dias** consecutivos da apresentação da mesma, podendo ser suspenso esse prazo na hipótese de interposição de recurso administrativo ou judicial, e também na fase de apresentação de amostras, se solicitadas.
7.7. O Município de Mandaguaçu não aceitará cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto, na forma da lei.
7.8. Não será aceita carta ou outro meio de comunicação informando engano, erro ou omissão da parte da empresa ou de representante.
7.9. O Pregoeiro poderá desclassificar a proposta ou mesmo desqualificar a empresa, a qualquer tempo, no caso de conhecimento de fato superveniente ou circunstância desabonadora da empresa ou de seus sócios, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
7.10. Para o julgamento das propostas de preços será adotado o critério de **Menor Preço Por Item,** observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.
7.11. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
7.12. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

VIII – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO E FORMULAÇÃO DOS LANCES:

8.1. A partir do horário previsto neste Edital, terá início a sessão pública do Pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade.
8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, **desclassificando**, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
8.3. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
8.4. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.
8.5. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
8.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
8.7. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados do valor, em tempo real, do menor lance registrado.
8.8. O sistema não identificará os autores dos lances aos demais participantes.
8.9 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,01 (um centavo).**
8.10 Será adotado o modo de disputa ABERTO, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado.
8.11. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
8.12. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
8.13. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 8.11 a sessão pública será encerrada automaticamente.
8.14. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 8.11, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.
8.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
8.17. O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.
8.18. Realizada a diligência, o Pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.
8.19. O sistema informará a proposta do menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor e, se necessário, dos documentos complementares, adequado ao último lance ofertado.
8.20. O prazo de envio de duas horas, poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.
8.21. Caso não seja encaminhada a proposta ajustada, o licitante será desclassificado e poderá sofrer as sanções previstas no item X deste Edital.
8.22. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, previamente ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, mediante a consulta nos documentos de habilitação.
8.23. Se o licitante que apresentar a proposta ou lance de menor valor não cumprir às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.
8.24. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

IX – DOS RECURSOS:

9.1. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal.
9.2. Após declarado vencedor, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo em até trinta minutos, através do portal eletrônico, manifestando sua **intenção** com registro da síntese das suas razões, sendo-lhe facultada a juntada de memorais e o inteiro teor das razões de recurso no prazo de 3 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
9.3. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.
9.4. Não será concedido prazo para recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.
9.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
9.7. Os recursos deverão ser dirigidos à autoridade superior competente por intermédio da que praticou o ato. O recurso será cadastrado em campo específico na plataforma BLL.

X – DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
10.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;
10.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
10.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
10.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
10.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
10.1.2.4 deixar de apresentar amostra;
10.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
10.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
10.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
10.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
10.1.5 fraudar a licitação
10.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
10.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
10.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
10.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
10.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
10.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
10.2.1 advertência;
10.2.2 multa;
10.2.3 impedimento de licitar e contratar e
10.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
10.3.2 as peculiaridades do caso concreto
10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes
10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública
10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A multa será recolhida no percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

10.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Decreto Municipal 8483/2023.

10.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 3 (tres) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:

11.1. Homologada a licitação e adjudicado o objeto, ao Município de Mandaguaçu convocará o adjudicatário, que deverá assinar o termo de contrato ou a Ata do Sistema de Registro de Preço em **até 5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.
11.2. O Município de Mandaguaçu convocará os proponentes remanescentes para celebrar a ata de registro de preço, na ordem de classificação, quando o convocado não assinar a ata de registro de preço no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital ou não apresentar situação regular de habilitação, e assim sucessivamente, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou revogar a licitação, independentemente da comunicação prevista no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.
11.3. Ocorrendo a hipótese indicada no item anterior, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida pelo licitante vencedor e adjudicatário, com as sujeições às penalidades legais da Lei Federal nº 14.133/2021.

XII – DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS, DE PAGAMENTO, ENTREGA E GARANTIA:

12.1 Do Contrato/Ata de Registro de Preço:
12.1.1 Direitos e Obrigações do Contratante: O Município de Mandaguaçu–PR, obriga-se a:
12.1.1.1 Aderir ao Contrato/ a ata de registro de preço e determinar a execução do objeto já que há garantia real de disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente e consignatória/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos;
12.1.1.2. Designar formal e legalmente um servidor(a) devidamente capacitado para fiscalizar e acompanhar o andamento dos produtos/serviços, bem como para dirimir as possíveis dúvidas existentes referentes a contratação;
12.1.1.3. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, objeto desta licitação, sob o viés quantitativo/qualitativo;
12.1.1.4. Receber o objeto contratado, nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições postos no Edital;
12.1.1.5. Rejeitar os produtos entregues em desacordo com o estipulado neste Termo de Referência e Edital;
12.1.1.6. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos adquiridos;
12.1.1.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente, cumprindo todos os requisitos legais.

12.2. Direitos e Obrigações da Contratada:
12.2.1. Obriga-se a manter durante a vigência da a ata de registro de preço, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a contratação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer sua manutenção;
12.2.2. Não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes da a ata de registro de preço, sem a prévia e expressa concordância da CONTRATANTE
12.2.3. Responsabiliza-se por todos os danos e prejuízos causados a terceiros, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer responsabilidade civil ou ressarcimento de eventuais despesas.
12.2.4. A CONTRATADA se responsabiliza por todas as dívidas porventura advindas da presente/ compra junto ao comércio ou indústria, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer responsabilidades perante os mesmos.
12.2.5. Quando da formalização da ata de registro de preço poderão ser previstos outros direitos e obrigações a critério da administração, nos termos da lei e do Edital.

12.3. Condições de Pagamento:
12.3.1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a entrega do objeto licitado, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente recebida pelo preposto da do Município de Mandaguaçu -PR.
12.3.2. Quando da efetivação das compras, o fornecedor deverá descrever os bens na Nota Fiscal obedecendo a mesma descrição constante da Nota de Empenho.
12.3.3. As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seus vencimentos correrão 20 (vinte) dias após a data de sua reapresentação.
12.3.4. Os pagamentos efetuados em atraso pela Administração serão acrescidos de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, desde que o atraso não tenha sido por culpa da contratada.

12.4. Condições de entrega e recebimento:
a) Prazo de entrega: Os materiais e equipamentos deverão ser entregues em até 10 **(dez)** dias úteis após a solicitação e envio de empenho, pela empresa ganhadora, nas quantidades solicitadas pela secretaria requisitante.
b)Local de entrega: Almoxarifado Central - Perimetral Angelo Saes, 155 - Parque Ouro Verde, Mandaguaçu - PR.
c)Horário de entrega: De segunda à sexta-feira no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min.
d)Condições de entrega: Os produtos e equipamentos deverão cumprir os requisitos do tópico 4 desta Termo.
e)Vigência: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses.

12.5. Das Amostras:
a)A administração poderá exigir amostras dos produtos que achar necessário, as licitantes melhores classificadas, terão um prazo de 5 (cinco) dias para apresentação das amostras após o pedido realizado pelo agente de contratação, sob efeito de desclassificação.

XIII – DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO:

13.1. A Administração do Município de Mandaguaçu convocará oficialmente a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, assinar a ata de registro de preço, aceitar ou retirar o instrumento equivalente (nota de empenho) sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Município de Mandaguaçu.
13.3. É facultado à Administração do Município de Mandaguaçu, quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo, examinada, quanto ao objeto e valor ofertado, a aceitabilidade da proposta classificada, podendo, inclusive, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, ou revogar este Pregão, independentemente da cominação prevista no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.
13.4. Caberá a contratada manter-se, durante toda a execução da ata de registro de preço, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão.
13.5. A contratada está obrigada não só pelos termos da ata de registro de preço, mas, também, por todos os termos do instrumento convocatório e seus anexos.
13.6. A execução da ata de registro de preço, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
13.7. A inexecução total ou parcial da ata de registro do preço enseja a sua rescisão, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.
13.8. A rescisão da ata de registro de preço poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração do Município de Mandaguaçu, nos casos enumerados nos incisos art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1. O Pregoeiro reserva-se no direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvidas ou julgar necessário.
14.2. Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos proponentes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.
14.3. O Município de Mandaguaçu se reserva no direito de revogar, anular ou transferir a presente licitação, em caso de interesse público.
14.4. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Mandaguaçu revoga-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anula-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.
14.4.1. O município poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
14.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inveracidade das informações nelo contidas implicará a imediata desclassificação do proponente, ou o fiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a revogação da adjudicação ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
14.6. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

14.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no atendamento da proponente, desde que seja possível a atenção da sua qualidade, bem e a nosta compreensão da sua proposta.
14.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
14.9. As decisões referentes a este processo da licitação poderão ser comunicadas ao proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no Órgão Oficial do Município de Mandaguaçu -PR.
14.10. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.
14.11. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o desta cidade de Mandaguaçu, Estado do Paraná.
14.12. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados, no horário de 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h00min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Departamento de Compras e Licitações do Município de Mandaguaçu, para melhores esclarecimentos.
14.13. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, consorciados, prestadores de serviços e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculados, deverão manter os mais elevados padrões de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
14.14. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
14.15. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.
14.16. Do Controle e Fiscalização da execução da ata de Registro de Preço:
14.16.1 A designação do Gestor e do Fiscal da ata de registro de preço será realizada por meio de Portaria expedida pela autoridade superior competente do Município de Mandaguaçu-PR após indicação do Setor Requisitante.
14.16.2 Nos casos de atraso ou de falta de indicação, de desligamento ou de afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou do fiscal da ata de registro de preço e seus substitutos eventuais, até que seja providenciada a indicação, a competência de suas atribuições caberá a Autoridade Máxima da Unidade Requisitante.

XV – DOS ANEXOS:

15.1. Compõem este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Ata de Registro de Preço
ANEXO III	Estudo Técnico Preliminar
ANEXO IV	Contrato

Mandaguaçu PR, 18 de junho de 2025.

Jose Roberto Menches
Prefeito Municipal

ANEXO I - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA AQUISIÇÃO / CONTRATAÇÃO

1.1. **Registro de preços para compra parcelada de materiais de limpeza para atender às necessidades diárias de limpeza, higienização e conservação das instalações de todas as secretarias municipais.**

Tabela 01

Nº	Item	Quantidades	Unidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
1	Água sanitária: composição hipoclorito de sódio, cloreto, teor de 2,0% a 2,50% cloro ativo e classe corrosivo, inseastivo embrex, coadjuvante, alcalizante, corante e água industrial. Embalagem de 1 litro, com registro e autorização de funcionamento emitido pelo Ministério da Saúde.	UNID	8.000	3,76	30.080,00
2	Água sanitária para alimentos: a base de cloro. Composição química: hipoclorito de sódio e água. Teor cloro ativo variando de 2,0 a 2,5%. Aparência: líquido límpido, levemente amarelo-esverdeada. Aplicação: alvejante e desinfetante de uso geral, inclusive para alimentos. Frasco de 5 litros. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro na ANVISA	UNID	900	16,27	14.643,00
3	Álcool etílico hidratado: 70º INPM-NBR 5991. Uso hospitalar, frasco plástico, resistente, tampa com sistema antivazamento e lacre de inviolabilidade, para evitar o risco de inflamavel. Embalagem com 1.000 ml.	UNID	6.000	7,65	45.900,00
4	Álcool gel a 70% para as mãos: Embalagem de 5 litros para reposição. Composição: Álcool etílico, água potável, glicerina, carbômero, neutralizante e desnaturante. Deve conter como desnaturante o benzoato de denatonio. Validade, lote, data de fabricação, indicações de uso e ficha técnica do fabricante devem estar impressas na embalagem e notificados na Anvisa.	UNID	500	90,66	45.330,00
5	Amaciante de roupa: Embalagem de 02 litros, composição: tensoativo não iônico dialquiloxiletil hidroxiletil, metil amônio, metil sulfato, coadjuvantes, atenuador de espuma, espessante, sequestrante, 1,2-benzotiazolin-3ona, fragrância catiônico, ceramidas, derivados de isotiazolinonas, umectante, corante, opacificante, perfume e água, componente ativo: coreto de dialquil dimetil amônio.	UNID	2.000	8,97	17.940,00
6	Brilho alumínio: ácido glicólico, tensoativos aniônicos, aditivo, tensoativo não iônico, corante e veículo, PH (100%), densidade 0,950 a 1,050g/cm, viscosidade n.d, água (100%). Função: dar brilho e polimento no alumínio e no inox, embalagem plástica de 500ml.	UNID	3.500	5,06	17.710,00
7	Cera líquida acabamento acrílico incolor: antiderrapante com agentes impermeabilizantes para acabamento, emulsão de ceras nobres associadas a polímeros acrílicos que proporcione resistência a riscos e ao tráfego para pisos frios como pavilhax, vulcapiso, granilite, mármore, mosaico. Composição: emulsão de ceras, emulsão polimeros, alcalinizante, emulsificante, nivelante, plastificante, mistura de mentilisoisotiazolona (3CMIT) e água.	UNID	500	66,37	33.185,00
8	Cera líquida amarela: auto brilho, antiderrapante, a base d'água, com aureli floral, embalagem de 5 (cinco) litros.	UNID	120	51,03	6.123,60
9	Cera líquida incolor: Auto brilho, antiderrapante, a base d'água, com fragrância floral, embalgem de 5 (cinco) litros.	UNID	500	35,92	17.960,00
10	Desinfetante líquido: multiuso, ação bactericida, composto de essência de eucalipto, cloreto de alquidimetil, benzil, amônio aurelife, nonil, fenol, emulsão, corante e água, embalagem de 2 (dois) litros. Fragrância: lavanda e aleciras.	UNID	6.000	8,93	53.580,00
11	Dessodorante / aromatizante de ambiente: tipo aurell, sem CFC, aroma lavanda, biodegradável, embalagem em frasco/lata com cerca de 300 ml.	UNID	2.000	14,06	28.120,00
12	Inseticida aerosol: capacidade de no mínimo 300 ml, ingredientes ativos: imiprovina 0,020%, permetrina 0,050%, esbiotrina 0,100%. Composição: ingredientes ativos, solventes, antioxidante, emulsificantes, propelentes e mascarante. Fragrância citronela.	UNID	2.000	15,35	30.700,00
13	Lava louças: solução aquosa de tensoativos aniônicos e coadjuvantes. (linear aquilbenzeno sulfonato de sódio. Derivados de lauricetilcolina máximo de 0,001% bromo -2, nitro -2, propanodiol máximo de 0,10%. Associação de tensoativos aniônicos entre 6 e 10%. Princípio ativo antibacteriano 0,10% triclosan. Embalagem transparente de 500 ml. Data de fabricação e validado estampado na embalagem. Ótima qualidade. Com registro no Ministério da Saúde.	UNID	15.000	2,63	39.450,00
14	Limpador instantâneo multiuso: para aplicação sem enxágue, biodegradável. Composição: diclozol auril etoxilado edta tetraacético, essência e veículo, aquil benzeno sulfato de sódio linear 96%, coadjuvantes e sequestrantes, essência e água. Origem da fabricação, com registro no Ministério da Saúde, químico responsável indicação de uso, composição, data de fabricação e de validade e informação do fabricante estampado na embalagem. Ótima qualidade. Embalagem de 500ml.	UNID	6.500	3,68	23.920,00
15	Lustra móveis: Fragância lavanda, frasco com no mínimo 500ml. Composição: óleo mineral, silicone, ceras naturais e sintéticas, não iônico, fragância, preservante e água. PH (25° C) 6,5 a 9,5. Densidade aprox.: 1,0 g/ml. Viscosidade: min. 27000 CP. Aspecto físico: líquido leitoso. Cor: branca.	UNID	1.625	15,50	25.187,50
16	Pedra sanitária: com alto poder do bicarbonato de sódio, que atua na remoção de manchas e germes, além de perfumar o vaso sanitário, bloco vem com redinha, dura até 400 descargas do vaso sanitário. Ingredientes ativo: paradiclorobenzeno. Embalada individualmente em caixa de papelão.	UNID	1.000	6,37	6.370,00
17	Querosene perfumada: embalagem com no mínimo 500 ml - não tóxica	UNID	1.500	20,26	30.390,00
18	Removedor de ceras, seladores e acabamentos acrílicos: Detergente removedor de incrustrações oleosas, ceras e impermeabilizantes em pisos e superfícies laváveis. Composição: Butigocel, alcalinizante, emulsificante, espessante, conservante e água. Aspecto físico: líquido límpido: aspecto líquido, cor: incolor, densidade: 1,000 - 1003g/cm³ PH (SOL 1% 25°C) 11,5 - 12,00. Odor: Característico. Embalagem de 5 litros.	UNID	120	68,72	8.246,40
19	Removedor de sujeira pesada: Composição: ácido dodecil benzeno sulfônico, ácido glicólico, ácido oxálico, agente controlador de PH, espessante, fragrância, corante e água. Contem tensoativo biodegradável. Produto saneante notificado na Anvisa. Data de fabricação, validade e lote impressos na embalagem. Embalagem de 5 litros.	UNID	500	53,50	26.750,00
20	Sabão líquido: embalagens de 5 litros. composição: linear aquil benzeno, sulfonato de sódio, ajustador de PH, ajustadores de viscosidade, coadjuvantes, tamponante, corantes, enzimas, branqueador óptico, fragância, agente anti redepositante, 1,2-benzotiazolin-3-ona, 2-metil, 4-isotiazolin-3ona e água. Produto saneante notificado na Anvisa. Data de fabricação, validade e lote devem estar impressos na embalagem.	UNID	2.000	40,38	20.190,00
21	Sabão em pó: Acondicionado em embalagem contendo 800g, a base de tensoativo aniônico, coadjuvantes, sinergista, branqueador óptico e enzimas, fragrâncias, água e carga, não contem benzeno, sulfato de sódio e tensoativo, biodegradável e multiuso. Rotulagem com dizeres legíveis (impresso em cores não preta) com identificação do fabricante, o nome

(Continuação da página anterior)

5º Salvo quando houver dúvida jurídica específica, fica dispensada a elaboração de parecer jurídico nos processos que impliquem na aplicação de multa isolada ou combinada com a pena de advertência.

11.3.A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7.Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9.Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10.Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11.A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12.O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13.As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar não passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

*11.14.*Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1.O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2.O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe ofereça vantagem.

12.3.A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4.Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5.O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6.Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.7.A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de cumprir o contrato.

12.8.Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.9.O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.10.Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.11.Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.12.Indenizações e multas.

12.13.A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.14.O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

DESPESA	ELEMENTO	FONTE	DESCRIÇÃO	SECRETARIA
039	3.3.90.30	0000	Recursos Livres	Administração
076	3.3.90.30	0000	Recursos Livres	Fazenda
113	3.3.90.30	0000	Recursos Livres	Controle Interno
136	3.3.90.30	0,303	Saúde Mínimo 15%	Saúde
145	3.3.90.30	0,303	Saúde Mínimo 15%	Saúde
174	3.3.90.30	0,303	Saúde Mínimo 15%	Saúde
174	3.3.90.30	1.494	Programa de Atenção Básica	Saúde
185	3.3.90.30	0,303	Saúde Mínimo 15%	Saúde
271	3.3.90.30	0000	Recursos Livres	Social
414	3.3.90.30	0102	Fundeb 30%	Educação
431	3.3.90.30	0103	Educação 5%	Educação
431	3.3.90.30	0104	Educação 25%	Educação
420	3.3.90.30	0107	Rec. Salário Educação	Educação
455	3.3.90.30	0000	Recursos Livres	Cultura
468	3.3.90.30	0000	Recursos Livres	Esporte
490	3.3.90.30	0000	Recursos Livres	Esporte
499	3.3.90.30	0000	Recursos Livres	Ind/Com/Tur. e Trabalho
510	3.3.90.30	0000	Recursos Livres	Meio Ambiente
552	3.3.90.30	0000	Recursos Livres	Serviços Públicos
611	3.3.90.30	0000	Recursos Livres	Segurança e Mobilidade Urbana
640	3.3.90.30	0000	Recursos Livres	Planejam. e Inovação Tecnológica
535	3.3.90.30	0000	Recursos Livres	Agricultura e Pecuária
686	3.3.90.30	0000	Recursos Livres	Licitação e Compras

DESPESA	ELEMENTO	FONTE	DESCRIÇÃO	SECRETARIA
045	4.4.90.52	0000	Recursos Livres	Administração
069	4.4.90.52	0000	Recursos Livres	Administração
080	4.4.90.52	0000	Recursos Livres	Fazenda
116	4.4.90.52	0000	Recursos Livres	Controle Interno
140	4.4.90.52	0,303	Saúde Mínimo 15%	Saúde
179	4.4.90.52	0,303	Saúde Mínimo 15%	Saúde
179	4.4.90.52	1.494	Bloco Custeio União	Saúde
179	4.4.90.52	0000	Recursos Livres	Saúde
275	4.4.90.52	0000	Recursos Livres	Social
416	4.4.90.52	0102	Fundeb 30%	Educação
436	4.4.90.52	0103	Educação 5%	Educação
436	4.4.90.52	0104	Educação 25%	Educação
424	4.4.90.52	0107	Salário Educação	Educação
457	4.4.90.52	0000	Recursos Livres	Cultura
494	4.4.90.52	0000	Recursos Livres	Esporte
501	4.4.90.52	0000	Recursos Livres	Ind/Com/Tur. e Trabalho
513	4.4.90.52	0000	Recursos Livres	Meio Ambiente
557	4.4.90.52	0000	Recursos Livres	Serviços Públicos
615	4.4.90.52	0000	Recursos Livres	Segurança e Mobilidade Urbana
642	4.4.90.52	0000	Recursos Livres	Planejam. e Inovação Tecnológica
538	4.4.90.52	0000	Recursos Livres	Agricultura e Pecuária
690	4.4.90.52	0000	Recursos Livres	Licitação e Compras

13.1.A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

4. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1.Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

5. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1.Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2.O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3.As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1.Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

7. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o Foro da Comarca de Mandaguaçu, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DA FISCALIZAÇÃO E GESTAO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Gestora do contrato a Srª. Marcia Dias Conor, pelo Fiscal o Sr. Luan Rafael Soares Flauzino que desempenhará as funções de Fiscalização Técnica e Administrativa e fiscal substituta a Srª. Sandra Aparecida Romero (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1).

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, II);

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, IV);

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, V);

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, VII);

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 12, I e II);

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 12, IV).

Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de risco eventuais. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, III).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Nino Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400
www.mandaguacu.pr.gov.br

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº. 19/2025 - (RP)
PROCESSO Nº. 68/2025

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM;
Objeto: Registro de preços para compra parcelada de materiais de limpeza e equipamentos para atender às necessidades diárias de limpeza, higienização e conservação das instalações de todas as secretarias municipais.
Valor Máximo: R$ 1.948.810,70 um milhão novecentos e quarenta e oito mil oitocentos e dez reais e vinte centavos).
Data e Horário do termino do recebimento das propostas das empresas, até às 09:00 horas do dia 3/7/2025;
Data e Horário da sessão de disputa de preços, às 09:15 horas do dia 3/7/2025;
Local: Rua Bernardino Bogo, 175 centro, no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná;
Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na Rua Bernardino Bogo, 175, Centro Fone (44) 3245-8400, Mandaguaçu, Estado do Paraná – site www.mandaguacu.pr.gov.br

Mandaguaçu, 18 de junho de 2025

Jose Roberto Mendes
Prefeito Municipal

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 8D4E-49F3-BD39-B28C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JOSE ROBERTO MENDES (CPF 634.XXX.XXX-53) em 18/06/2025 15:44:58 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

MARCIA DIAS CONOR (CPF 548.XXX.XXX-04) em 18/06/2025 16:00:46 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/8D4E-49F3-BD39-B28C

MUNICIPIO DE PARANAPOEMA
PARANAPOEMA-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2025
Processo Administrativo Nº 59/2025
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: LEANDRO APARECIDO MEREDA MARTINHO
Data de Publicação: 03/06/2025 14:28:36

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 17/06/2025 08:36:55
LOTE 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: PRÓPRIA Modelo: DIVERSOS
Descrição: ADESIVOS CAMPANHA VACINAÇÃO ANUAIS - IMP DIGITAL - MEDIDA 5X4 CM
Quantidade: 900 Valor Unit.: 0,84 Valor Total: 756,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L. F. CORREA - GRÁFICA - ME	588	04.400.137/0001-94	0,85	0,84		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 2 - HOMOLOGADO - 17/06/2025 08:36:55
LOTE 2

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: Bloco Marca: PRÓPRIA Modelo: DIVERSOS
Descrição: ATESTADO MEDICO - SULFITE 75G - IMP 2 COR - 15X26CM
Quantidade: 150 Valor Unit.: 10,00 Valor Total: 1.500,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L. F. CORREA - GRÁFICA - ME	084	04.400.137/0001-94	10,26	10,00		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 3 - HOMOLOGADO - 17/06/2025 08:36:56
LOTE 3

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: Blocos Marca: PRÓPRIA Modelo: DIVERSOS
Descrição: BLOCOS FICHA DE RECOMENDAÇÕES 20X30CM 50X2 VIAS - CARBONADOS – IMP COR
Quantidade: 50 Valor Unit.: 10,20 Valor Total: 510,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L. F. CORREA - GRÁFICA - ME	675	04.400.137/0001-94	10,28	10,20		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 4 - HOMOLOGADO - 17/06/2025 08:36:56
LOTE 4

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: Blocos Marca: PRÓPRIA Modelo: DIVERSOS
Descrição: BLOCOS REQUISIÇÕES DE EXAMES 50X2 VIAS 16X20 CM - CARBONADO - IMP 1 COR
Quantidade: 300 Valor Unit.: 8,30 Valor Total: 2.490,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L. F. CORREA - GRÁFICA - ME	676	04.400.137/0001-94	8,37	8,30		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 5 - HOMOLOGADO - 17/06/2025 08:36:56
LOTE 5

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: Blocos Marca: PRÓPRIA Modelo: DIVERSOS
Descrição: BLOCOS DE AUTO TERMO - 50X4 VIAS - CARBONADO - MEDIDA 20X30CM - IMP 01 COR
Quantidade: 50 Valor Unit.: 8,60 Valor Total: 430,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L. F. CORREA - GRÁFICA - ME	259	04.400.137/0001-94	8,96	8,60		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 6 - HOMOLOGADO - 17/06/2025 08:36:56
LOTE 6

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: Bloco Marca: PRÓPRIA Modelo: DIVERSOS
Descrição: CADASTRO HIPERTENSO DIABETICO DULFITE 75G - MEDIDA 20X30 IMPRESSÃO 1 COR - FRENTE E VERSO
Quantidade: 100 Valor Unit.: 12,60 Valor Total: 1.260,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L. F. CORREA - GRÁFICA - ME	837	04.400.137/0001-94	12,97	12,60		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 7 - HOMOLOGADO - 17/06/2025 08:36:57
LOTE 7

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: PRÓPRIA Modelo: PROPRIO
Descrição: CARIMBO AUTOMATICO AUTOENTINTADO - MEDIDA 4,5X1,7CM
Quantidade: 90 Valor Unit.: 83,10 Valor Total: 7.479,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ATAIR MACHADO ME	387	78.337.896/0001-96	88,62	83,10		Sim
2 L. F. CORREA - GRÁFICA - ME	037	04.400.137/0001-94	88,62	83,20	0,12	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 8 - HOMOLOGADO - 17/06/2025 08:36:57
LOTE 8

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: PRÓPRIA Modelo: DIVERSOS
Descrição: CARIMBO AUTOMATICO AUTOENTINTADO - MEDIDAS 40X60 E REDONDOS
Quantidade: 100 Valor Unit.: 42,00 Valor Total: 4.200,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L. F. CORREA - GRÁFICA - ME	243	04.400.137/0001-94	125,12	42,00		Sim
2 ATAIR MACHADO ME	531	78.337.896/0001-96	125,12	42,60	1,43	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 9 - HOMOLOGADO - 17/06/2025 08:36:57
LOTE 9

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: PRÓPRIA Modelo: DIVERSOS
Descrição: CARTAZES DIVERSOS TEMAS ADMINISTRAÇÃO COUCHE 170G - IMP CROMIA 46X46XCM
Quantidade: 2.000 Valor Unit.: 3,60 Valor Total: 7.200,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L. F. CORREA - GRÁFICA - ME	959	04.400.137/0001-94	3,83	3,60		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 10 - HOMOLOGADO - 17/06/2025 08:36:57
LOTE 10

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UNIDADE Marca: PRÓPRIA Modelo: DIVERSOS
Descrição: BLOCOS DE DECLARAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO PACIENTE - NUCLEO DE SAUDE – SUFITE 75G - IMP 1 COR - 30X20CM - FRENTE E VERSO.
Quantidade: 100 Valor Unit.: 8,30 Valor Total: 830,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L. F. CORREA - GRÁFICA - ME	306	04.400.137/0001-94	8,39	8,30		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 11 - HOMOLOGADO - 17/06/2025 08:36:57
LOTE 11

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UNIDADE Marca: PRÓPRIA Modelo: DIVERSOS
Descrição: CARTEIRAS DE PLANEJAMENTO FAMILIAR SULFITE180 G 30X20 CM - IMP 1 COR - FRENTE E VERSO
Quantidade: 1.000 Valor Unit.: 0,70 Valor Total: 700,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L. F. CORREA - GRÁFICA - ME	064	04.400.137/0001-94	0,78	0,70		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 12 - HOMOLOGADO - 17/06/2025 08:36:58
LOTE 12

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UNIDADE Marca: PRÓPRIA Modelo: DIVERSOS
Descrição: CARTEIRA CONTRACEPTIVO ORAL - CONTROLE ANTICONCEPCIONAL - PAPEL SUFITE 180G - IMPRESSÃO 01 COR FRENTE E VERSO - MEDIDA 30X20 CM.
Quantidade: 1.000 Valor Unit.: 1,60 Valor Total: 1.600,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L. F. CORREA - GRÁFICA - ME	984	04.400.137/0001-94	1,72	1,60		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 13 - HOMOLOGADO - 17/06/2025 08:36:58
LOTE 13

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UNIDADE Marca: PRÓPRIA Modelo: DIVERSOS
Descrição: CARTÕES DE PRONTUARIO NUCLEO DE SAUDE - SULF 180G FRENTE E VERSO - MEDIDA 10X15 CM- IMPRESSÃO CROMIA
Quantidade: 2.000 Valor Unit.: 0,63 Valor Total: 1.260,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L. F. CORREA - GRÁFICA - ME	322	04.400.137/0001-94	0,64	0,63		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 14 - HOMOLOGADO - 17/06/2025 08:36:58
LOTE 14

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: PRÓPRIA Modelo: DIVERSOS
Descrição: CARTÕES IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE SULF 180G - IMPRESSÃO 01 COR - FRENTE E VERSO 10X15 CM
Quantidade: 2.000 Valor Unit.: 0,62 Valor Total: 1.240,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L. F. CORREA - GRÁFICA - ME	122	04.400.137/0001-94	0,63	0,62		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 15 - HOMOLOGADO - 17/06/2025 08:36:58
LOTE 15

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: PRÓPRIA Modelo: DIVERSOS
Descrição: CERTIFICADOS DE CURSOS DIVERSOS TEMAS PAPEL COUCHE 230G IMPRESSÃO CROMIA MEDIDA 20X30
Quantidade: 1.000 Valor Unit.: 2,45 Valor Total: 2.450,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L. F. CORREA - GRÁFICA - ME	257	04.400.137/0001-94	2,46	2,45		Sim

DESCLASSIFICADOS

| Razão Social | Num

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 11/2025
Processo Licitatório nº 11/2025
Inexigibilidade de Licitação nº 10/2025
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
Contratado: ICAP – INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA LTDA, CNPJ: 04.727.713-0001/02
OBJETO: Contratação de empresa especializada para ministrar curso para formação de Servidores e Vereadores da "SEGURANÇA PÚBLICA E AÇÃO SOCIAL: INTEGRAÇÃO, ESTRATÉGIAS E PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO." na cidade de Curitiba/PR.

Valor Total: **R$ 5.380,00 (cinco mil e seiscentos e noventa reais)**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

01.01.01.31.0001.2.111	Manutenção das Atividades Legislativas
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Fundamentação Legal: Artigo 74, inciso III da Lei 14.133/2021.
Vigência:24/06/2025 à 27/06/2025.
Data: 18 de junho de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 238/2025

Altera a composição do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB – Gestão 2023/2026

O Prefeito Municipal de Uniflor, Sr. Maycon Rodrigo Rodrigues de Souza, no uso das atribuições legais que lhes foram conferidas pelos incisos II e V, do artigo 72, e pela alínea "a", do inciso II, do artigo 92, ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando a vacância decorrente do desligamento dos conselheiros titulares: Rosangela Costa Rodrigues Ornelas - Representante do Poder Executivo; Sheila Aparecida Alves Carneiro - Representante dos Diretores das Escolas Básicas; Rosimari Rizzo - Representante dos Servidores Técnico-administrativos das Escolas Básicas Públicas; Francilaine Dosso - Representante dos Pais/Responsáveis de Alunos das Escolas de Educação Básica; e Luciane Alves - Representante do Conselho Tutelar.

RESOLVE:

Art.1º - Nomear os representantes abaixo relacionados para fazerem parte do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB, para o quadriênio de 2023 a 2026.

I. Representantes do Poder Executivo;
Titular: Rosemeire Aparecida Ferreira da Silva
Suplente: Silvonei Maria dos Santos

II. Representantes dos Diretores das Escolas Básicas;
Titular: Analu Bernadete Grandizoli Zaninelli
Suplente: Maria Aparecida de Souza Rizzo

III. Representantes dos Servidores Técnico-administrativos das Escolas Básicas Públicas;
Titular: Iraci Ambrósio Alves de Almeida
Suplente: Bruna Dias

IV. Representantes dos Pais/Responsáveis de Alunos das Escolas de Educação Básica;
Titular: Edilene Fernandes dos Santos
Suplente: Izadora Nayame Miyake Weiber

V. Representantes do Conselho Tutelar;
Suplente: Paula Isamara de Oliveira Santos

Art.2º - As funções desempenhadas ***NÃO*** serão remuneradas.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uniflor, Estado do Paraná, 18 de junho de 2025.

Maycon R.R. de Souza
MAYCON RODRIGO RODRIGUES DE SOUZA
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 239/2025

O senhor **MAYCON RODRIGO RODRIGUES DE SOUZA**, prefeito Municipal de Uniflor, usando as atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e XV, do artigo 72, e, pela alínea "a", do inciso II, do artigo 92, ambos da Lei Orgânica deste Município.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER, a partir de 11 de junho de 2025 ao servidor, "**VALDECI BEZERRA DOS ANJOS",** portador da Cédula de Identidade RG. Nº 4.234.XXX-X/PR e matricula: 132, lotada no Departamento Junta de Alistamento Militar, no cargo efetivo de Datilografo Licença Prêmio (90) dias consecutivos no período de 11 de junho de 2025 a 10 setembro de 2025, referente ao período aquisitivo de 23/03/2017 a 22/03/2022, devendo retornar as suas atividades no dia 11 setembro de 2025.

REGITRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Uniflor/PR, 18 de abril de 2025

Maycon R.R. de Souza
MAYCON RODRIGO RODRIGUES DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ

Estado do Paraná

Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0xx44) 3332 1222 - Telefax 3332 1283
CNPJ 76.970.359/0001-53

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 10/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ, Estado do Paraná, entidade jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº76.970.359/0001-53 com sede na Av. Munhoz da Rocha, nº605, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **RENATO FÉLIX DE SOUZA**, brasileiro casado, portador do RG nº. 28.865.295-2 SSP/PR e CPF nº. 005.156.089-55, residente na Rua 02 Quadra 03 Lote nº. 48 – Condomínio Renascer do Sol – Itaguajé - PR – CEP 86670-000, ao final assinado, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CNPJ Nº. 00.360.305/0001-04,** estabelecida na SBS Quadra 04 Lote 3/4 Brasília – DF, neste ato denominada **CONTRATADA**, neste ato representada, nos termos de seus atos constitutivos e conforme instrumento de mandato, **SR. MARCO ANTONIO MORO REDESCHI, brasileiro, solteiro, economiário, residente a Rua João Manzano Martins 190 JD San Raphael COLORADO PR, Cédula de Identidade RG: 86420066 SSP/PR, CPF: 054,323,239-58.**

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGENCIA

Fica acordado entre as partes, **TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGENCIA** do Contrato nº. 10-2020, Inexigibilidade nº. 02/2020, passando de 25/06/2025 para 25/03/2026.

O presente Aditivo tem amparo no Art. 57, 4º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Para pagamento dos Serviços a serem executados durante a vigência da presente prorrogação, fica mantido o valor Clausula Primeira Parágrafo 1.3 Serviços e Valores a serem pagos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

05.001.04.129.0005.2.012.3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ

PARAGRAFO ÚNICO

Permanecem inalteradas as demais clausulas do respectivo Contrato.

E, para firmeza e validade do que acima ficou acordado, lavraram este Termo de Aditamento ao Contrato, o qual após lido e achado conforme, e firmado pelas partes e por duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma.

Itaguajé, 16 de Junho de 2025

Contratante
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ

RENATO FÉLIX DE SOUZA
Prefeito Municipal

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CNPJ Nº. 00.360.305/0001-04

Testemunhas

056.242.269-26 - FLAVIO W. INACIO PEREIRA

026.985.739-70 - APARECIDA ISABEL DE SOUZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ

Estado do Paraná

Avenida Governador Lupion, 605 - Fone (0xx44) 3332 1222 - Telefax 3332 1283
CNPJ 76.970.359/0001-53

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 49/2025

Pregão Eletrônico - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27-2025

Contratante – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ

Contratado – COMERCIAL DEBÊCHE TEXTIL EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 08.974.702/0001-88

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL A AQUISIÇÃO DE KITS NATALIDADE, COMPREENDENDO ENXOVAIS PARA BEBÊS, VISANDO APOIAR FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL COM RECURSOS ESSENCIAIS PARA O CUIDADO E BEM-ESTAR DOS RECÉM-NASCIDOS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.309/23 E RESOLUÇÃO DO CEDCA 047/2022 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ - PR.

Valor:

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	1	cueiro para bebê em tecido flanelado e antialérgico, medindo 0,80 x 0,80 cm, nas cores rosa , azul, verde bebê e amarelo claro, contendo 03 unidades por pacote	KARINHO KARINHO	Unid	50	27,1100	1.355,5000
1	2	toalha de banho para bebê com as seguintes descrições: confeccionada 100% algodão com touca, parte inferior revestida de fralda, parte exterior solft, nas medidas 0,90 x 0,70 cm	YASMIN / TEC FELPA E FORRO FRALDA DUPLA YASMIN / TEC FELPA E FORRO FRALDA DUPLA	Unid	50	25,0000	1.250,0000
1	3	pano de boca para bebê, 100% algodão, bordado com desenhos infantis, 100% algodão, malha dupla, antialérgico, com medidas aproximadas a 0,30 x 0,30 cm, contendo 04 unidades	YASMIN YASMIN	Unid	50	14,0000	700,0000
1	4	kit contendo sapatinhos, luvas e toca para recém nascido antialérgico, 100% algodão, cores lisas, rosa, verde bebê e amarelo claro.	YASMIN YASMIN	Unid	50	8,5000	425,0000
1	5	meias para bebê em material 63% algodão, 31% poliamida, 4% elastano e 2% elastodeno, nos tamanhos de 00 a 06 meses, em embalagem com 03 unidades	YASMIN YASMIN	Unid	50	9,5000	475,0000
1	6	jogo de lençol de berço, 100% algodão, composto por 03 peças: 01 lençol de cima , 01 lençol com elástico e 01 fronha 0,28m x 0,40 m.	YASMIN YASMIN	Unid	50	33,5000	1.675,0000
1	7	kit contendo 02 bolsas para mamãe, material sintético, resistente, impermeável, com proteção térmica, com alças de mão e tiracolo removível, materiais cromados, com bolsos de zíper externo, com compartimentos internos, com divisões para melhor organização de pequenos objetos, de boa qualidade, bordadas, nas cores rosa, azul e verde.	YASMIN YASMIN	Unid	50	68,0000	3.400,0000
1	8	kit body com 02 peças para bebê de manga cumprida, com abertura dos botões de pressão nas entre pernas, composição 70% algodão, 30% poliester, tamanho p/m, cores lisas, rosa, azul, verde bebê e amarelo claro.	YASMIN / 100% ALGODÃO ANTI ALERGICO YASMIN / 100% ALGODÃO ANTI ALERGICO	Unid	100	13,5000	1.350,0000
1	9	kit boddy com 02 peças para bebê de manga curta, com abertura de botões de pressão nas entre pernas, composição 70% algodão, 30% poliester, tamanho p/m, cores lisas, rosa, azul, verde bebê e amarelo clara	YASMIN / 100% ALGODÃO ANTI ALERGICO YASMIN / 100% ALGODÃO ANTI ALERGICO	Unid	100	13,5000	1.350,0000
1	10	macacão - recém nascido tecido 100%algodão, manga longa nos tamamho p e m.	YASMIN YASMIN	Unid	50	12,4000	620,0000
1	11	macacão - recém nascido, tecido 100% algodão, manga curta nos tamanhos p e m	YASMIN YASMIN	Unid	50	12,4000	620,0000
1	12	fralda em tecido duplo 100% algodão, pacote c/ 05 unidades, medindo 70 x 70 cm	YASMIN YASMIN	Unid	50	21,5000	1.075,0000
1	13	banheira de plástico, 20 litros, largura 40 cm, altura 28 cm e comprimento 74 cm	PLASTBABY 22 LTS PLASTBABY 22 LTS	Unid	50	24,0000	1.200,0000
1	14	mamadeira de 240 ml, para crianças de 00 a 06 meses, produzidos com material policarbonato com bicos de silicone odontológico, com selo do inmetro, com estampa de bichinhos nas cores, rosa, azul, verde e amarelo	MAMITA SILICONE PADRÃO / INMETRO MAMITA SILICONE PADRÃO / INMETRO	Unid	50	9,5000	475,0000
1	15	mamadeira de 70ml, para crianças de 00 a 06 meses, produzidos com material policarbonato com bicos de silicone odontológico, com selo do inmetro, com estampa de bichinhos nas cores, rosa, azul, verde e amarelo	MAMITA 80 ML SILICONE PADRÃO / INMETRO MAMITA 80 ML SILICONE PADRÃO / INMETRO	Unid	50	8,4900	424,5000
1	16	Cobertor Infantil Para Bebê Microfibra Antialérgico 90Cm X 1,10 M, cores neutras	YASMIN YASMIN	Unid	50	17,1000	855,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 17.250,00 (dezessete mil, duzentos e cinquenta reais).

Vigência:

12 (doze) meses.

Itaguajé, 18 de Junho de 2025

CONTRATANTE
RENATO FELIX DE SOUZA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ

Estado do Paraná

Av. Governador Lupion, 605 - Fone (0xx44) 3332 1222 - Telefax 3332 1283
CNPJ 76.970.359/0001-53

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, RENATO FELIX DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº. 14.133/21 e alterações posteriores, a vista da Ata de Sessão de Pregão Eletrônico e Parecer Jurídico, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :49/2025
b) Licitação Nrº : 27/2025
c) Modalidade : Pregão
d) Data Homologação : 17/06/2025
e) Objeto Homologado : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL A AQUISIÇÃO DE KITS NATALIDADE, COMPREENDENDO ENXOVAIS PARA BEBÊS, VISANDO APOIAR FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL COM RECURSOS ESSENCIAIS PARA O CUIDADO E BEM-ESTAR DOS RECÉM-NASCIDOS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.309/23 E RESOLUÇÃO DO CEDCA 047/2022 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ - PR.

FORNECEDOR: COMERCIAL DEBECHE TEXTIL EIRELI ME - CNPJ: 08.974.702/0001-88

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	1	cueiro para bebê em tecido flanelado e antialérgico, medindo 0,80 x 0,80 cm, nas cores rosa , azul, verde bebê e amarelo claro, contendo 03 unidades por pacote	KARINHO KARINHO	Unid	50	27,1100	1.355,5000
1	2	toalha de banho para bebê com as seguintes descrições: confeccionada 100% algodão com touca, parte inferior revestida de fralda, parte exterior solft, nas medidas 0,90 x 0,70 cm	YASMIN / TEC FELPA E FORRO FRALDA DUPLA YASMIN / TEC FELPA E FORRO FRALDA DUPLA	Unid	50	25,0000	1.250,0000
1	3	pano de boca para bebê, 100% algodão, bordado com desenhos infantis, 100% algodão, malha dupla, antialérgico, com medidas aproximadas a 0,30 x 0,30 cm, contendo 04 unidades	YASMIN YASMIN	Unid	50	14,0000	700,0000
1	4	kit contendo sapatinhos, luvas e toca para recém nascido antialérgico, 100% algodão, cores lisas, rosa, verde bebê e amarelo claro.	YASMIN YASMIN	Unid	50	8,5000	425,0000
1	5	meias para bebê em material 63% algodão, 31% poliamida, 4% elastano e 2% elastodeno, nos tamanhos de 00 a 06 meses, em embalagem com 03 unidades	YASMIN YASMIN	Unid	50	9,5000	475,0000
1	6	jogo de lençol de berço, 100% algodão, composto por 03 peças: 01 lençol de cima , 01 lençol com elástico e 01 fronha 0,28m x 0,40 m.	YASMIN YASMIN	Unid	50	33,5000	1.675,0000
1	7	kit contendo 02 bolsas para mamãe, material sintético, resistente, impermeável, com proteção térmica, com alças de mão e tiracolo removível, materiais cromados, com bolsos de zíper externo, com compartimentos internos, com divisões para melhor organização de pequenos objetos, de boa qualidade, bordadas, nas cores rosa, azul e verde.	YASMIN YASMIN	Unid	50	68,0000	3.400,0000
1	8	kit body com 02 peças para bebê de manga cumprida, com abertura dos botões de pressão nas entre pernas, composição 70% algodão, 30% poliester, tamanho p/m, cores lisas, rosa, azul, verde bebê e amarelo claro.	YASMIN / 100% ALGODÃO ANTI ALERGICO YASMIN / 100% ALGODÃO ANTI ALERGICO	Unid	100	13,5000	1.350,0000
1	9	kit boddy com 02 peças para bebê de manga curta, com abertura de botões de pressão nas entre pernas, composição 70% algodão, 30% poliester, tamanho p/m, cores lisas, rosa, azul, verde bebê e amarelo clara	YASMIN / 100% ALGODÃO ANTI ALERGICO YASMIN / 100% ALGODÃO ANTI ALERGICO	Unid	100	13,5000	1.350,0000
1	10	macacão - recém nascido tecido 100%algodão, manga longa nos tamamho p e m.	YASMIN YASMIN	Unid	50	12,4000	620,0000
1	11	macacão - recém nascido, tecido 100% algodão, manga curta nos tamanhos p e m	YASMIN YASMIN	Unid	50	12,4000	620,0000
1	12	fralda em tecido duplo 100% algodão, pacote c/ 05 unidades, medindo 70 x 70 cm	YASMIN YASMIN	Unid	50	21,5000	1.075,0000
1	13	banheira de plástico, 20 litros, largura 40 cm, altura 28 cm e comprimento 74 cm	PLASTBABY 22 LTS PLASTBABY 22 LTS	Unid	50	24,0000	1.200,0000
1	14	mamadeira de 240 ml, para crianças de 00 a 06 meses, produzidos com material policarbonato com bicos de silicone odontológico, com selo do inmetro, com estampa de bichinhos nas cores, rosa, azul, verde e amarelo	MAMITA SILICONE PADRÃO / INMETRO MAMITA SILICONE PADRÃO / INMETRO	Unid	50	9,5000	475,0000
1	15	mamadeira de 70ml, para crianças de 00 a 06 meses, produzidos com material policarbonato com bicos de silicone odontológico, com selo do inmetro, com estampa de bichinhos nas cores, rosa, azul, verde e amarelo	MAMITA 80 ML SILICONE PADRÃO / INMETRO MAMITA 80 ML SILICONE PADRÃO / INMETRO	Unid	50	8,4900	424,5000
1	16	Cobertor Infantil Para Bebê Microfibra Antialérgico 90Cm X 1,10 M, cores neutras	YASMIN YASMIN	Unid	50	17,1000	855,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 17.250,00 (dezessete mil, duzentos e cinquenta reais).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 17.250,00 (dezessete mil, duzentos e cinquenta reais)

Itaguajé, 17 de junho de 2025

RENATO FÉLIX DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ

Estado do Paraná

Avenida Munhoz da Rocha, 605-Fone (0xx44) 3332 1222-Telefax 3332 1283
CNPJ 76.970.359/0001-53

PORTARIA Nº. 603/2025

SÚMULA: "concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem"

O Sr. RENATO FÉLIX DE SOUZA, Prefeito do Município de Itaguajé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal nº 1.180/2021, e alterada pela Lei nº 1.367/2025, que institui os pagamentos de diárias aos Servidores Públicos Municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem a trabalho.

RESOLVE:

Art. 1.º - Concede 01 (uma) diárias sem pernoite, no valor de R$50,00 (cinquenta reais), ao servidor Municipal o Sr. ANDERSON ELISSANDRO SOARES SILVA, matrícula nº 962, Servidor do quadro permanente deste Município.

DATA	VALOR DIÁRIA	DESTINOS	MOTIVOS
18/06/2025	R$50,00	MARINGÁ/PR	a) Transporte de alunos universitários para estudar em faculdades e universidades na cidade de Maringá/PR.
		TOTAL	**R$50,00**

I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do Servidor Municipal do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo do Município.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaguajé
Em, 18 de junho de 2025

RENATO FÉLIX DE SOUZA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ

Estado do Paraná

Avenida Munhoz da Rocha, 605-Fone (0xx44) 3332 1222-Telefax 3332 1283
CNPJ 76.970.359/0001-53

PORTARIA Nº.604/2025

SÚMULA: "concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem"

O Sr. RENATO FÉLIX DE SOUZA, Prefeito do Município de Itaguajé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal nº 1.180/2021, e alterada pela Lei nº 1.367/2025, que institui os pagamentos de diárias aos Servidores Públicos Municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem a trabalho.

RESOLVE:

Art. 1.º - Concede 01 (uma) diária sem pernoite no valor de R$70,00 (setenta reais), ao Servidor Municipal o Sr. RENATO LUIZ DA SILVA, matrícula Nº.776, Servidor do quadro efetivo da Secretaria Municipal Saúde

DATA	VALOR DIÁRIA	DESTINOS	MOTIVOS
18/06/2025	R$70,00	ARAPONGAS/PR	a) Transporte de pacientes do NIS para realizar atendimento médico no HONPAR — Hospital Norte Paranaense na cidade de Arapongas/PR.
		TOTAL	**R$ 70,00**

I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do Servidor Municipal do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo do Município.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaguajé
Em, 18 de junho de 2025

RENATO FÉLIX DE SOUZA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ

Estado do Paraná

Avenida Munhoz da Rocha, 605-Fone (0xx44) 3332 1222-Telefax 3332 1283
CNPJ 76.970.359/0001-53

PORTARIA Nº. 605/2025

SÚMULA: "concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem"

O Sr. RENATO FÉLIX DE SOUZA, Prefeito do Município de Itaguajé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal nº 1.180/2021, e alterada pela Lei nº 1.367/2025, que institui os pagamentos de diárias aos Servidores Públicos Municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem a trabalho.

RESOLVE:

Art. 1.º - Concede 01 (uma) diária com pernoite no valor de R$290,00 (duzentos e noventa reais) ao Servidor Municipal o Sr. JAN ANDERSON DUARTE, matrícula Nº 821 Servidor do quadro efetivo da Secretaria Municipal Saúde.

DATA	VALOR DIÁRIA	DESTINOS	MOTIVOS
18/06/2025 a 19/06/2025	R$290,00	SANTA MARIANA/PR	a) Transporte de pacientes do NIS para realizar atendimento médico no Hospital Santa Alice na cidade de Santa Mariana/PR.
		TOTAL	**R$290,00**

I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do Servidor Municipal do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo do Município.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaguajé
Em, 18 de junho de 2025

RENATO FÉLIX DE SOUZA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ

Estado do Paraná

Avenida Governador Lupion, 605 - Fone (0xx44) 3332 1222 - Telefax 3332 1283
CNPJ 76.970.359/0001-53

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 48/2025

Pregão Eletrônico - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25-2025

Contratante – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ

Contratado – MILENA SIERRA SOUZA 08784959916, inscrita no CNPJ sob nº 35.581.389/0001-90.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL A AQUISIÇÃO DE ARMAÇÕES E LENTES DE GRAU (ÓCULOS) PARA ATENDER AS PESSOAS QUE SE ENCONTRAM EM VULNERABILIDADE SOCIAL, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ.**

Valor:

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	1	ARMAÇÃO ACETATO COM LENTES CR PARA LONGE OU PARA PERTO - CONFORME PRESCRIÇÃO MEDICA	MS GLASSES	Unid	250	81,0000	20.250,0000
2	1	ARMAÇÃO ACETATO COM LENTES CR MULTIFOCAL - LENTES CORRETIVASCONFORME PRESCRIÇÃO MEDICA	MS GLASSES	Unid	248	230,0000	57.040,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 77.290,00 (setenta e sete mil, duzentos e noventa reais).

Vigência:

12 (doze) meses.

Itaguajé, 17 de Junho de 2025

CONTRATANTE
RENATO FELIX DE SOUZA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ

Estado do Paraná

Av. Governador Lupion, 605 - Fone (0xx44) 3332 1222 - Telefax 3332 1283
CNPJ 76.970.359/0001-53

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, Renato Felix de Souza, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº. 14.133/21 e alterações posteriores, a vista da Ata de Sessão de Pregão Eletrônico e Parecer Jurídico, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº : 44/2025
b) Licitação Nrº : 25/2025
c) Modalidade : Pregão
d) Data Homologação : 16/06/2025
e) Objeto Homologado : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL A AQUISIÇÃO DE ARMAÇÕES E LENTES DE GRAU (ÓCULOS) PARA ATENDER AS PESSOAS QUE SE ENCONTRAM EM VULNERABILIDADE SOCIAL, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ.

FORNECEDOR: MILENA SIERRA SOUZA 08784959916 - CNPJ: 35.581.389/0001-90

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	1	ARMAÇÃO ACETATO COM LENTES CR PARA LONGE OU PARA PERTO - CONFORME PRESCRIÇÃO MEDICA	MS GLASSES	Unid	250	81,0000	20.250,0000
2	1	ARMAÇÃO ACETATO COM LENTES CR MULTIFOCAL - LENTES CORRETIVASCONFORME PRESCRIÇÃO MEDICA	MS GLASSES	Unid	248	230,0000	57.040,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 77.290,00 (setenta e sete mil, duzentos e noventa reais).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 77.290,00 (setenta e sete mil, duzentos e noventa reais)

Itaguajé, 16 de junho de 2025.

RENATO FÉLIX DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ

Estado do Paraná

Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0xx44) 3332 1222 - Telefax 3332 1283
CNPJ 76.970.359/0001-53
www.itaguaje.pr.gov.br

PORTARIA Nº 277/2025

O Prefeito Municipal de Itaguajé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER ao funcionário público municipal, férias regulares, conforme discriminação abaixo:

FUNCIONÁRIO	AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
JOAO SELI	02/04/2024 à 01/04/2025	20/06/2025 à 09/07/2025

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaguajé,

Em 18 de junho de 2025.

RENATO FÉLIX DE SOUZA
Prefeito Municipal

TAMILA ANTUNES DA COSTA
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA
Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41-41/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNERIOS ALIMENTÍCIOS DE PANIFICAÇÃO (PÃES, SALGADOS E DERIVADOS) buscando atender as diversas Secretarias do município, em atendimento a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento do município de Paranapoema/PR.

CONTRATADA: VALDIR PEDRO CORDEIRO PANIFICADORA & CONFEITARIA, sediada na R ESTELITA, nº 408, na cidade de PARANAPOEMA, Estado do PARANÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 11.862.194/0001-50.

VALOR TOTAL DA = R$ 160.193,00 (cento e sessenta mil, cento e noventa e três reais).
PRAZO DE VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Red. 31 03.003.04.122.0012.2.206.3.3.90.30.00.0
Red. 150 04.004.15.452.0015.2.219.3.3.90.30.00.0
Red. 151 04.004.15.452.0015.2.219.3.3.90.30.00.0
Red. 215 05.009.10.301.0019.2.297.3.3.90.30.00.0
Red. 266 05.009.10.302.0048.2.223.3.3.90.30.00.0
Red. 325 06.006.13.392.0032.2.247.3.3.90.30.00.0
Red. 336 06.006.27.812.0033.2.248.3.3.90.30.00.0
Red. 361 06.014.12.361.0030.2.281.3.3.90.30.00.0
Red. 435 06.014.12.365.0031.2.280.3.3.90.30.00.0
Red. 549 08.010.08.244.0050.1.277.3.3.90.30.00.0
Red. 343 06.014.12.306.0035.2.262.3.3.90.32.00.0
Red. 344 06.014.12.306.0035.2.262.3.3.90.32.00.0
Red. 345 06.014.12.306.0056.2.311.3.3.90.32.00.0
Red. 346 06.014.12.306.0056.2.311.3.3.90.32.00.0

Paranapoema/PR, 18 de junho de 2025.

SIDNEI FRAZATTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA
Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 48-48/2025. OBJETO: CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL para a realização de alienação de bens inservíveis pertencentes ao Patrimônio da Prefeitura Municipal de Paranapoema, nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021, e demais normas complementares e disposições presentes em seu contrato. **CONTRATANTE:** Município de Paranapoema (CNPJ n° 76.970.391/0001-39). **CONTRATADA:** JAQUELINE SPERANÇA, pessoa física de direito privado, inscrita no RG n° 14.592.943-1, CPF n° 859.917.759-15, VALOR DO CONTRATO: 5% (cinco por cento) sobre o lance vencedor do bem móvel arrematado. DATA DA ASSINATURA: 18/06/2025. Sidnei Frazatto, Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.970.375/0001-46

DECRETO Nº 062/2025

Súmula: Abre um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento em vigor, autorizado pela Lei Municipal nº 1402/2024 e dá outras providências.

A PREFEITA DE SANTO INACIO – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES AUTORIZADAS POR LEI:

D E C R E T A,

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, Lei nº 1402/2024 – LOA/2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 17.336,65 (Dezessete Mil, Trezentos e Trinta e Seis Reais e Sessenta e Cinco Centavos)**, conforme autoriza a Lei Municipal nº 1402/2024, para a suplementação das seguintes dotações do orçamento em vigor, assim discriminadas:

I – SUPLEMENTAÇÃO

Suplementar		
Codigos	Descrição	Valor
05	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIACAO E SERVICOS	
05.001	DIVISAO DE OBRAS	
15.451.0011.1097	Reforma de Prédios Públicos	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
500	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	16.175,57
505	00718-Conv. nº 137/23 SECID - Reforma da Delegacia - FT 718	1.161,08
	SUBTOTAL	17.336,65
	TOTAL	17.336,65

Art. 2º - Para dar cobertura ao presente Crédito Adicional Suplementar, serão utilizados os seguintes recursos:

§ 1º - Recursos provenientes da **Anulação de Dotações** na forma do artigo 43, inciso III da Lei 4320/64, e Artigo 4º, inciso IV da Lei 1402/2024 (Lei Orçamentária 2025), para a fonte de recurso especificada a seguir:

Anulação		
Codigos	Descrição	Valor
05	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIACAO E SERVICOS	
05.001	DIVISAO DE OBRAS	
15.451.0011.1097	Reforma de Prédios Públicos	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
495	00000-Recursos Ordinários (Livres)	16.175,57
	SUBTOTAL	16.175,57
	TOTAL	16.175,57

§ 2º - Recursos provenientes de **Excesso de Arrecadação real**, na forma do artigo 43, inciso II da Lei 4320/64, e Art. 4º, inciso V, da Lei 1402/2024 (Lei Orçamentária 2025), conforme conta de receita especificada a seguir:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
2.4.2.2.99.0.1.01.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DO ESTADO - REFORMA DELEGACIA SECID SIT 61213 - FT 718	1.161,08
	TOTAL	1.161,08

Art. 3º - Fica alterada a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso do Exercício Financeiro de 2025, nas respectivas fontes de recurso e valores citados a seguir:

Fonte de Recurso		
Fonte	Descrição	Valor
00718	Conv. nº 137/23 SECID - Reforma da Delegacia - FT 718	1.161,08
	TOTAL	1.161,08

Artigo 4º – Este Decreto entrará em vigor no ato de sua publicação, com efeitos a partir da data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Santo Inácio, 16 de junho de 2025.

GENY VIOLATTO
Prefeita Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Estado do Paraná

ATO DE AUTORIZAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 080/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 011/2025

Considerando que o município necessita atender o princípio da economicidade, necessita de CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICAS REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS NEUROPEDIATRAS PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL FREQUENTADORES DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE COLORADO, CONFORME O CHAMAMENTO PÚBLICO 04/2025, visando atender principalmente os preceitos da Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021;

Considerando o disposto no artigo 74, da Lei Federal nº 14.133/2021 que dispõe o seguinte:

"Art. 74 - É inexigível a licitação:

No uso das atribuições que me foram conferidas em especial ao disposto no art. 72, VIII da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, **AUTORIZO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2025,** nos termos descritos abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICAS REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS NEUROPEDIATRAS PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL FREQUENTADORES DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE COLORADO, CONFORME O CHAMAMENTO PÚBLICO 04/2025.

CONTRATADA: ALGAZAL SERVICOS MEDICOS LTDA.
CNPJ: 36.439.741/0001-10.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (DOZE) MESES.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

VALOR: R$150.000,00(CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Colorado, Estado do Paraná, 18 de junho de 2025.

MUNICIPIO DE COLORADO
Rosimeire Chiquim
PREFEITA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Valdomiro Zanardi
GESTOR

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO
Estado do Paraná

CREDENCIAMENTO N.º – 009/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO
AVISO DE EDITAL – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2025

O Município de Colorado, Estado do Paraná situada na Avenida Brasil, 1.250, em Colorado, Paraná, nos termos Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, torna público aos interessados o Chamamento Público N° 009/2025, **credenciamento de pessoa jurídicas para aquisição de materiais hospitalares para atender as demandas da secretaria municipal de saúde de Colorado e Distrito Alto Alegre**.

O prazo para o credenciamento ficará aberto a partir da publicação do presente edital, que será dia 23/06/2025 no horário das 8hs00min às 11hrs30min e das 13hrs30min às 17hrs00min. A pasta técnica, com inteiro teor do edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos poderá ser examinada no endereço acima indicado ou no sítio eletrônico www.colorado.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e/ou esclarecimentos deverão ser dirigidos ao agente de contratação, no endereço eletrônico: licitacao@colorado.pr.gov.br.

Colorado (PR), 18 de Junho de 2025.

Rosimeire Chiquim
Prefeita

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO
Estado do Paraná

CREDENCIAMENTO N.º – 010/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO
AVISO DE EDITAL – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2025

O Município de Colorado, Estado do Paraná situada na Avenida Brasil, 1.250, em Colorado, Paraná, nos termos Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, torna público aos interessados o Chamamento Público N° 010/2025, **credenciamento de pessoa jurídicas para Aquisição de medicamentos para atender as demandas da secretaria municipal de saúde de Colorado e Distrito Alto Alegre.**

O prazo para o credenciamento ficará aberto a partir da publicação do presente edital, que será dia 23/06/2025 no horário das 8hs00min às 11hrs30min e das 13hrs30min às 17hrs00min. A pasta técnica, com inteiro teor do edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos poderá ser examinada no endereço acima indicado ou no sítio eletrônico www.colorado.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e/ou esclarecimentos deverão ser dirigidos ao agente de contratação, no endereço eletrônico: licitacao@colorado.pr.gov.br.

Colorado (PR), 18 de Junho de 2025.

Rosimeire Chiquim
Prefeita

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO
Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº: 264/2025.

CONTRATO Nº: 264/2025.

DISPENSA Nº: 039/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLORADO – ESTADO DO PARANÁ CNPJ: 76.970.326/0001-03.

CONTRATADA: CASA DE CARNE ROSSETO & GARCIA LTDA.

CNPJ: 09.317.525/0001-20.

OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE OVOS DE GALINHA DE GRANJA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA.

VALOR: R$ 5.990,00 (CINCO MIL NOVECENTOS E NOVENTA E REAIS).

Item	Descrição	unid	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	OVOS DE GALINHA, DE GRANJA (BRANCO E/OU VERMELHO) NOVO, PESANDO NO MINIMO 50 GRAMAS POR UNIDADE, ISENTO DE SUJIDADES, FUNGOS E SUBSTÂNCIAS TÓXICAS, NÃO DEVERÃO APRESENTAR RACHADURAS E/OU TRINCA NA CASCA, EMBALAGEM: (BANDEIJA) DE PAPELÃO PROPRIAS PARA O PRODUTO CONTENDO 30 UNIDADES, CONTENDO DATA DE VALIDADE.	cartela	250	23,96	5.990,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS: _

Dotação	Departamento	Elemento de Despesa	Valor R$
10.001.08.244.008.2.031	Desenvolver as atividades do bloco da proteção social especial	Reduz: 471 Outras despesas com gêneros alimenticios – 33.90.30.07.99 – fonte 941	5.990,00

Vigência: 08 (oito) meses.

Colorado - PR, 17 de Junho de 2025.

MUNICIPIO DE COLORADO
Rosimeire Chiquim
Prefeita

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Estado do Paraná

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO: Nº 262/2025.

INEXIGIBILIDADE: Nº 010/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLORADO CNPJ: 76.970.326/0001-03– ESTADO DO PARANÁ E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ: 08.788.720/0001-75.

CONTRATADA: CLINICA MEDICA VIDA NOVA LTDA.

CNPJ: 47.887.712/0001-38.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ESPECIALIZADA NO TRATAMENTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA E ALCOÓLICA PARA ADULTOS E ADOLESCENTES, DE AMBOS OS SEXOS, DESTINADA AOS MUNÍCIPES DE COLORADO E DO DISTRITO ALTO ALEGRE, CONFORME O CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2025.

LOTE 2: Clínica para público Adulto/ Adolescente/ Feminino

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
01	48	UND	CLÍNICA ESPECIALIZADA NO TRATAMENTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA E ALCOÓLICA PARA DEPENDENTES	3.534,20	169.641,60
02	4	UND	TRANSPORTE EM REMOÇÃO AMBULÂNCIA SEMI-UTI COM EQUIPE ESPECIALIZADA VALOR DE CADA TRANSPORTE	1.665,00	6.660,00

Valor total lote 02: R$ 176.301,60 (cento e setenta e seis mil e

VALOR: R$176.301,60(CENTO E SETENTA E SEIS MIL E TREZENTOS E UM REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento dos serviços prestados de acordo com a produtividade do contratado será efetuado até os dias **10 (dez) dias,** contados do recebimento definitivo da prestação de serviço, mediante a liquidação da nota fiscal em cada prestação de serviço, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS:

LOTE 2: Clínica para público Adulto/ Adolescente/ Feminino

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
01	48	UND	CLÍNICA ESPECIALIZADA NO TRATAMENTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA E ALCOÓLICA PARA DEPENDENTES	3.534,20	169.641,60
02	4	UND	TRANSPORTE EM REMOÇÃO AMBULÂNCIA SEMI-UTI COM EQUIPE ESPECIALIZADA VALOR DE CADA TRANSPORTE	1.665,00	6.660,00

Colorado - PR, 17 de junho de 2025.

MUNICIPIO DE COLORADO
Rosimeire Chiquim
PREFEITA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Valdomiro Zanardi
GESTOR

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO
Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº xxx/2025
FOMENTO 08/2025

CONTRATO: Nº 263/2025.

INEXIGIBILIDADE: Nº 036/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLORADO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ: 76.970.326/0001-03.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLORADO- APAE - CNPJ: 78.092.517/0001-45.

OBJETIVO: REPASSE DO RECURSO FEDERAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE PARA APAE.

VALOR: R$18.848,64(DEZOITO MIL E OITOCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 12(DOZE) MESES.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12(DOZE) MESES.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.001.08.244.0008.2.031- Desenvolver as atividades do bloco de proteção social especial.

Reduzido	Desdobramento	Descrição	FONTE	VALORES
467	3.3.50.43.00.00	Subvenções sociais	1941	18.848,64

Colorado – PR, 17 de junho de 2025.

MUNICIPIO DE COLORADO
Rosimeire Chiquim
PREFEITA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO
Estado do Paraná

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E PEDIDO DE

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE 042/2025

Na forma do artigo 75, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o Município de Colorado, Estado do Paraná manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados para a execução dos serviços a seguir descritos.

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DE PÉ (SILICONE) PARA PACIENTE CARENTE, PROPORCIONANDO MELHOR MOBILIDADE E UMA QUALIDADE DE VIDA MELHOR.

Item	Descrição	unid	Qtde	Valor Unit. (r$)	Valor Total (r$)
1	PRÓTESE DE PÉ DE SILICONE, SOLUÇÃO PARA AMPUTAÇÃO OU DEFORMIDADE DE PÉ, QUE OFERECE UMA APARÊNCIA NATURAL E CONFORTO AO USUÁRIO.	UNID	1	8.885,00	8.885,00

2. INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO EM OBTER PROPOSTAS ADICIONAIS

2.1 Caso exista empresa do ramo compatível com o objeto acima descrito e que se enquadre nos requisitos de habilitação mínimos necessários, o Município de Colorado, Estado do Paraná manifesta total interesse em obter propostas adicionais, a fim de verificar qual melhor atende às necessidades da Administração Municipal, no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar desta publicação.

3.1 Acolhimento de proposta será no 23**/06/2025** às **00h00min** até 26**/06/2025** às **09h00min** horário de Brasília/DF;

3.1.1 Encerrada a fase de envio de propostas, no dia 26/06/2025 às 10h00min será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação

4. Maiores informações podem ser obtidas com a servidora Sra. Edimara Ilaine Carinhana Valerio, no telefone (044) 3321-1200, no Paço Municipal, ou ainda pelo e-mail: licitacao@colorado.pr.gov.br
Colorado, 17 de junho de 2025.

ROSIMEIRE CHIQUIM
Prefeita

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL SÃO JORGE DO IVAÍ
Praça Santa Cruz, 249 - Centro - São Jorge do Ivaí
CEP: 87190-000 CNPJ: 76.282.649/0001-04 Telefone: (44) 3243-1157
E-mail: licitacao@pmsjivai.pr.gov.br Site:

Página: 1 / 3

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 31/2025

Processo Adm.: 84/2025
Data do Processo: 29/05/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 84/2025
b) Nr. Licitação: 31/2025 - PR
c) Modalidade: Pregão presencial
d) Data de Homologação: 18/06/2025
e) Objeto da Licitação: *Serviço de locação de estrutura para eventos, incluindo barracas, fechamentos e palco.*

Participante: SERGIO AUGUSTO CESNIK-PRODUCOES - ME

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE BARRACAS (TIPO PIRAMIDE) 10X10 METROS - Cobertura piramidal em lona na cor branca; estrutura de ferro pintado na cor cinza, altura de 3,00m na extremidade e de 5,00 m em sua ponta central; calhas em toda sua extensão lateral. É de inteira responsabilidade da licitante contratada a montagem e desmontagem, como também despesas com deslocamento, transporte, alimentação, estadia. A licitante contratada será responsável por toda parte estrutural, onde o município se isenta de quaisquer res - LOCAÇÃO DE BARRACAS (TIPO PIRAMIDE) 10X10 METROS - Cobertura piramidal em lona na cor branca; estrutura de ferro pintado na cor cinza, altura de 3,00m na extremidade e de 5,00 m em sua ponta central; calhas em toda sua extensão lateral. É de inteira responsabilidade da licitante contratada a montagem e desmontagem, como também despesas com deslocamento, transporte, alimentação, estadia. A licitante contratada será responsável por toda parte estrutural, onde o município se isenta de quaisquer res Marca:	14,000	UND	1.490,00	20.860,00
2	LOCAÇÃO DE BARRACAS (TIPO PIRAMIDE) 10X08 METROS - Cobertura piramidal em lona na cor branca; estrutura de ferro pintado na cor cinza, altura de 3,00m na extremidade e de 5,00 m em sua ponta central; calhas em toda sua extensão lateral. É de inteira responsabilidade da licitante contratada a montagem e desmontagem, como também despesas com deslocamento, transporte, alimentação, estadia. A licitante contratada será responsável por toda parte estrutural, onde o município se isenta de quaisquer res - LOCAÇÃO DE BARRACAS (TIPO PIRAMIDE) 10X08 METROS - Cobertura piramidal em lona na cor branca; estrutura de ferro pintado na cor cinza, altura de 3,00m na extremidade e de 5,00 m em sua ponta central; calhas em toda sua extensão lateral. É de inteira responsabilidade da licitante contratada a montagem e desmontagem, como também despesas com deslocamento, transporte, alimentação, estadia. A licitante contratada será responsável por toda parte estrutural, onde o município se isenta de quaisquer resp - LOCAÇÃO DE BARRACAS (TIPO PIRAMIDE) 10X08 METROS - Cobertura piramidal em lona na cor branca; estrutura de ferro pintado na cor cinza, altura de 3,00m na extremidade e de 5,00 m em sua ponta central; calhas em toda sua extensão lateral. É de inteira responsabilidade da licitante contratada a montagem e desmontagem, como também despesas com deslocamento, transporte, alimentação, estadia. A licitante contratada será responsável por toda parte estrutural, onde o município se isenta de quaisquer resp Marca:	14,000	UND	1.380,00	19.320,00
3	LOCAÇÃO DE BARRACAS (TIPO PIRAMIDE) 10X05 METROS - Cobertura piramidal em lona na cor branca; estrutura de ferro pintado na cor cinza, altura de 3,00m na extremidade e de 5,00 m em sua ponta central; calhas em toda sua extensão lateral. É de inteira responsabilidade da licitante contratada a montagem e desmontagem, como também despesas com deslocamento, transporte, alimentação, estadia. A licitante contratada será responsável por toda parte estrutural, onde o município se isenta de quaisquer res - LOCAÇÃO DE BARRACAS (TIPO PIRAMIDE) 10X05 METROS - Cobertura piramidal em lona na cor branca; estrutura de ferro pintado na cor cinza, altura de 3,00m na extremidade e de 5,00 m em sua ponta central; calhas em toda sua extensão lateral. É de inteira responsabilidade da licitante contratada a montagem e desmontagem, como também despesas com deslocamento, transporte, alimentação, estadia. A licitante contratada será responsável por toda parte estrutural, onde o município se isenta de quaisquer res Marca:	4,000	UND	1.250,00	5.000,00
4	LOCAÇÃO DE BARRACAS (TIPO PIRAMIDE) 05X05 METROS - Cobertura piramidal em lona na cor branca; estrutura de ferro pintado na cor cinza, altura de 3,00m na extremidade e de 5,00 m em sua ponta central; calhas em toda sua extensão lateral. É de inteira responsabilidade da licitante contratada a montagem e desmontagem, como também despesas com deslocamento, transporte, alimentação, estadia. A licitante contratada será responsável por toda parte estrutural, onde o município se isenta de quaisquer res - LOCAÇÃO DE BARRACAS (TIPO PIRAMIDE) 05X05 METROS - Cobertura piramidal em lona na cor branca; estrutura de ferro pintado na cor cinza, altura de 3,00m na extremidade e de 5,00 m em sua ponta central; calhas em toda sua extensão lateral. É de inteira responsabilidade da licitante contratada a montagem e desmontagem, como também despesas com deslocamento, transporte, alimentação, estadia. A licitante contratada será responsável por toda parte estrutural, onde o município se isenta de quaisquer res Marca:	5,000	UND	750,00	3.750,00
5	LOCAÇÃO DE FECHAMENTOS - Estrutura de ferro pintado na cor cinza; fechamento em chapa de ferro, lona branca e gradil; altura de 1,10m, 125m, 220m e 2,30m. É de inteira responsabilidade da licitante contratada a montagem e desmontagem, como também despesas com deslocamento, transporte, alimentação, estadia. A licitante contratada será responsável por toda parte estrutural, onde o município se isenta de quaisquer responsabilidades de eventuais acidentes e transtornos ocorridos. A despesa com trans - LOCAÇÃO DE FECHAMENTOS - Estrutura de ferro pintado na cor cinza; fechamento em chapa de ferro, lona branca e gradil; altura de 1,10m, 125m, 220m e 2,30m. É de inteira responsabilidade da licitante contratada a montagem e desmontagem, como também despesas com deslocamento, transporte, alimentação, estadia. A licitante contratada será responsável por toda parte estrutural, onde o município se isenta de quaisquer responsabilidades de eventuais acidentes e transtornos ocorridos. A despesa com trans Marca:	100,000	MTS	25,00	2.500,00
6	LOCAÇÃO DE PALCO (MODELO PRATICAVEL) 4,50X4,50 METROS - piso em chapa compensado de 20mm reforçado com chapa de ferro pintado na cor preta, altura 0,70m, com escada de acesso opção: lateral e frente . É de inteira responsabilidade da licitante contratada a montagem e desmontagem, como também despesas com deslocamento, transporte, alimentação, estadia. A licitante contratada será responsável por toda parte estrutural, onde o município se isenta de quaisquer responsabilidades de eventuais acidente - LOCAÇÃO DE PALCO (MODELO PRATICAVEL) 4,50X4,50 METROS - piso em chapa compensado de 20mm reforçado com chapa de ferro pintado na cor preta; altura 0,70m, com escada de acesso opção: lateral e frente . É de inteira responsabilidade da licitante contratada a montagem e desmontagem, como também despesas com deslocamento, transporte, alimentação, estadia. A licitante contratada será responsável por toda parte estrutural, onde o município se isenta de quaisquer responsabilidades de eventuais acidente Marca:	3,000	UND	1.500,00	4.500,00

Total do Participante: 55.930,00
Total Geral: 55.930,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	09.002.12.365.0013.2060.3.3.90.39.00	R$ 56.070,00

São Jorge do Ivaí, 18 de Junho de 2025

Assinatura do Responsável

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CNPJ Nº 76.282.649/0001-04
Praça Santa Cruz, nº 249 – fone (44)3243-1157
São Jorge do Ivaí – PR – E-mail: licitacao@pmsjivai.pr.gov.br

Republicação
Aviso de Licitação

O Município de São Jorge do Ivaí, torna público, o seguinte processo de contratação:

DADOS GERAIS DO PROCESSO	
☑ Nº PROCESSO	88/2025
☑ MODALIDADE	pregão
☑ Nº PROCEDIMENTO	33/2025
☑ OBJETO	FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES
☑ VALOR TOTAL ESTIMADO	R$ 75.088,00
☑ FONTE DE RECURSO	10.001.04.122.0003.2.099-4.4.90.52.00.00.00.00
☑ CARACTERISTICA	Tradicional (Contrato)
☑ CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor preço
☑ ADJUDICAÇÃO	por item
☑ INVERSÃO DE FASE	Não se aplica
☑ MÉTODO DE REALIZAÇÃO	Presencial
DATAS E LOCAIS RELATIVAS AO CERTAME	
☑ RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Até às 09h00m do dia 04/07/2025
☑ ABERTURA	às 09h10m do dia 04/07/2025
☑ LOCAL DE ABERTURA	Sala de reuniões do Paço municipal, situado na Praça Santa Cruz, nº 249
SOBRE AS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006	
certame destinado à ampla participação, assegurado o critério de desempate para ME e EPP	
LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA	
LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA	não
ENDEREÇOS E TELEFONE OFICIAL	
☑ EMAIL	licitacao@pmsjivai.pr.gov.br
☑ TELEFONE	(44)3243-1157
ACESSO À INTEGRA DO EDITAL	
A integra do edital poderá ser obtida nos seguintes locais:	
PORTAL DE TRANSPARÊNCIA	http://www.ingadigital.com.br/transparencia/?id_cliente=136
PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PNCP (INTEIRO TEOR)	https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
LOCAL PARA SOLICITAR CÓPIA DO EDITAL	Paço municipal, situado na Praça Santa Cruz, nº 249

São Jorge do Ivaí, 17 de junho de 2025

Wesley Rodrigo Mulati
Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CNPJ Nº 76.282.649/0001-04
Praça Santa Cruz, nº 249 – fone (44)3243-1157
São Jorge do Ivaí – PR – E-mail: licitacao@pmsjivai.pr.gov.br

Extrato de Contrato

CONTRATO Nº 95/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAI/PR.
CONTRATADO: SERGIO AUGUSTO CESNIK, inscrita no CNPJ nº 17.558.611/0001-52.
Objeto: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA EVENTOS, INCLUINDO BARRACAS, FECHAMENTOS E PALCO.
Valor total: R$ 55.930,00 (Cinquenta e cinco mil, novecentos e trinta reais).
Dotação Orçamentaria:
09.002.12.365.0013.2.060-3.3.90.39.00.00.00.00
Vigência: 1 ano(s) prorrogável automaticamente até a completa execução do objeto
Foro: Comarca de Mandaguaçu – Estado do Paraná.
Data: 18 de junho de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CNPJ Nº 76.282.649/0001-04
Praça Santa Cruz, nº 249 – fone (44)3243-1157
São Jorge do Ivaí – PR – E-mail: licitacao@pmsjivai.pr.gov.br

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 41/2022

Licitação: Tomada de Preços nº 03/2022

Processo Licitatório nº 50/2022

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ

Contratado: R. G. SANCHES & CIA LTDA

Objeto: 3º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 41/2022, para Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apoio técnico, orientação e treinamento na operacionalização de sistemas web-governamentais de transferências de recursos financeiros, aos servidores públicos municipais em especial a equipe de planejamento municipal, com o objetivo de melhorar a eficiência administrativa e gerencial na captação de recursos de fontes externas pelo município.

Fundamentação Legal: Artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93.

Vigência: 17/05/2025 à 17/05/2026.

Data: 16 de maio de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CNPJ Nº 76.282.649/0001-04
Praça Santa Cruz, nº 249 – fone (44)3243-1157
São Jorge do Ivaí – PR – E-mail: licitacao@pmsjivai.pr.gov.br

Extrato de Contrato

CONTRATO Nº 94/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAI/PR.
CONTRATADO: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTAGIOS CIN, inscrita no CNPJ nº 03.233.240/0001-24.
Objeto: Prestação de serviço de administração e intermediação de estágios supervisionados.
Valor total: R$ 266.716,80 (Duzentos e sessenta e seis mil, setecentos e dezesseis reais e oitenta centavos).
Dotação Orçamentaria:
05.001.04.122.0003.2.005-3.3.90.39.00.00.00.00
Vigência: 1 ano(s) prorrogável por até 10 anos.
Foro: Comarca de Mandaguaçu – Est

PARANACITY
PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
FLS._____
DOCUMENTO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ATA SESSÃO ABERTURA ENVELOPES
CREDENCIAMENTO Nº 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 040/2025

No dia 18/06/2025, às 09:00, o Agente de Contratação, auxiliado por sua equipe de apoio, designados pela **Portaria 011/2025 e 09/2025,** respectivamente, reuniram-se para análise dos documentos apresentados pelos interessados no **CREDENCIAMENTO Nº 002/2025,** cujo objeto é o **Credenciamento de pessoa jurídica para contratação de profissionais de saúde, médicos, para atendimento a urgências e emergências na Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas Dr. Santiago Sagrado Begga, no município de Paranacity, especificamente para a realização de escala de trabalho na modalidade de plantões de 12 horas, 24 horas por dia e 7 dias por semana, a serem executadas por profissionais médicos**, encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde.

A priori, informamos que o (a) Secretário(a)/Diretor(a) Executivo(a) da Secretaria Municipal de Saúde encaminhou o pedido de compra instruído com os seguintes documentos: (a) Termo de referência; (b) Pesquisa de Preço (estimativa da despesa); (c) justificativa da contratação e preço; (d) Razão de escolha do contratado; (e) documentos de habilitação da empresa que ofertou o menor preço. Além dos documentos supramencionados, o Processo Administrativo n.º 040/2025 está instruído com Pareceres favoráveis: (1) Parecer Técnico contábil demonstrando a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido e indicação da(s) fonte(s) recurso(s) atestando adequação ao PPA, LDO e LOA; (2) Parecer sobre a análise jurídica da contratação – controle prévio de legalidade fundamentado no **Art. 79, I da Lei 14.133/2021**.

De mais a mais, ressalta que a pesquisa de preço foi efetuada pelo (a) agente público: **Gisele Cristina do Nascimento Ferreira**. Informo que tal questão escapa da competência deste agente de contratação, **porque a competência administrativa para auditar os preços pagos pelo Poder Executivo é do Órgão de controle interno (artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal). BEM COMO DE QUE A RESPONSABILIDADE PELA PESQUISA DE PREÇO E SUA AFERIÇÃO COM OS** PRATICADOS PELO MERCADO É DA AREA DEMANDANTE informando quais são os valores praticados pelo mercado para aquele tipo determinado de objeto.

Ademais, segundo entendimento do Tribunal de Contas da União:

"Não constitui incumbência obrigatória da CPL, do pregoeiro ou da autoridade superior realizar pesquisas de preços no mercado e em outros entes públicos, sendo essa atribuição, tendo em vista a complexidade dos diversos objetos licitados, dos setores ou pessoas competentes, envolvidos na aquisição do objeto. Se a pesquisa de preço foi elaborada pelo setor competente do órgão, não há porque responsabilizar o gestor ou comissão, agente de contratação ou pregoeiro. (TCU 378/2023 – Plenário)

Na Sessão pública, realizada no dia 18/06/2025, às 09:00, estavam presentes:

- **Walter Silva da Fonseca, CPF: 051.449.469-76;**
- **Fabiano de Souza Mello, CPF: 027.571.519-16;**
- **Felipe Junior de Souza, CPF: 083.566.449-09;**
- **Valtemir Noves Sigueira, CPF: 040.433.139-42;**
- **Gabriely Olivato, CPF: 114.222.969-62;**
- **Luzia Crstina dos Santos, CPF: 015.389.999-94;**
- **Rafael Carvalho, CPF: 090.690.739-00;**
- **Cleverson Freire Gonçalves, CPF: 039.569.049-82;**
- **Alexandre Pereira Reis, CPF: 073.272.449-05;**

Em ato continuo, repassado para todos os presentes, que assim quiseram vistar todos os envelopes.

Publicado o edital no dia 03/06/2025, no diário oficial do Município, previsto o início dos protocolos no dia 09 de junho de 2025, a partir das 09:00 horas, nesse mesmo horário deu início a aberturas dos envelopes, e conferencia da documentação apresentada, conforme a ordem de protocolo (relação da ordem de protocolo em anexo):

DA ABERTURA DOS ENVELOPES

1ª Empresa: **EDUARDO BENTO LOPES NETO LTDA – CNPJ/CPF: 56.171.856/0001-84**, com envelope de documentos e proposta recebidos no dia 17/06/2025, conforme consta no registro de protocolo, apresentou ***n*=5 médicos** para a referida prestação dos serviços:

- Eduardo Bento Lopes Neto CRM: 32916/PR;
- Leonardo Alberto Levandoski CRM: 031527/PR;
- Antônio Granado da Mota Junior CRM: 18824/PR;
- Darci Ricardo Ramos CRM: 14384/PR;
- Fabio Leonardo Carvalho Fernandes CRM: 43190/PR;

Foram analisados todos os documentos apresentados pela proponente. Não obstante, extrai-se que a empresa não apresentou os documentos exigidos, de acordo com o instrumento convocatório. Segue:

- Apresentou FGTS vencido, no qual seria verificado, caso empresa fosse ME/EPP, seria concedido o prazo legal para apresentação de nova certidão válida;
- Apresentou Atestado de Capacidade Técnica da empresa sem assinatura;
- Apresentou CRM da empresa sem a devida comprovação de regularidade de empresa;
- Não apresentou CRM do Profissional Eduardo Bento Lopes Neto;

Destarte, em conformidade com o disposto no edital e na legislação vigente, a empresa **fica inabilitada** para prosseguir nas etapas do referido processo n. º040/2025.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

2ª Empresa: **ELO SERVICOS DE SAUDE LTDA – CNPJ/CPF: 47.826.214/0001-85**, com envelope de documentos e proposta recebidos no dia 17/06/2025 conforme consta no registro de protocolo, apresentou ***n*=6 médicos** para a referida prestação dos serviços:

- Keisuke Takahira, CRM: 39249;
- Clenilson Souza de Andrade, CRM: 50423;
- Maria Julia Prates Rezende, CRM: 46.169;
- Leticia Rafaella Alves Pessuti, CRM: 32407;
- Juvencio Coelho dos Santos, CRM: 58.887;
- Heitor Rocha de Oliveira, CRM: 48729.
  Foi apresentado a documentação de todos os médicos conforme o edital.

Foram analisados os documentos apresentados pela proponente, constatando-se que todos atendem integralmente às exigências previstas no edital. Dessa forma, a empresa é considerada **classificada e habilitada** para prosseguir nas etapas do processo licitatório.

3ª Empresa: **ABSOLUT CLINICA MEDICA E GESTAO EM SAUDE LTDA – CNPJ/CPF: 26.740.375/0001-81**, com envelope de documentos e proposta recebidos no dia 17/06/2025, conforme consta no registro de protocolo, apresentou ***n*=8 médicos** para a referida prestação dos serviços:

- Davi Junior Mariano Lemenides, CRM: 18.843;
- Celso Augusto Quinzani Milan, CRM: 20.528;
- Heitor Zani Garcia, CRM: 53.136;
- Alberto Augusto, CRM: 50.880;
- Mariane Cristina Frassato, CRM: 44.598;
- Jordana Luiza Ferreira de Campos, CRM: 51.394;
- Majoli Duran Rodrigues da Silva, CRM: 54.448;
- Patrícia Lourenço Mendonça, CRM: 47.513;
  Foi apresentado a documentação de todos os médicos conforme o edital.

DOCUMENTO

Foram analisados os documentos apresentados pela proponente, constatando-se que todos atendem integralmente às exigências previstas no edital. A empresa, portanto, será considerada **classificada e habilitada** para prosseguir nas etapas do processo licitatório.

4ª Empresa: **MEDICAL PRIME GESTAO DE SERVICOS MEDICOS LTDA – CNPJ/CPF: 43.403.587/0001-92**, com envelope de documentos e proposta recebido no dia 17/06/2025, conforme consta no registro de protocolo, apresentou ***n*=5 médicos** para a referida prestação dos serviços:

- Luiz Felipe Ferreira Ribeiro, CRM: 46131;
- Guilherme Erdmann Maia, CRM: 42345;
- Cristina Kempf, CRM: 39250;
- Eduarda Pereira de Barros, CRM: 51070;
- Pedro José Richard, CRM: 53118;
  Foi apresentado a documentação de todos os médicos conforme o edital.

Foram analisados os documentos apresentados pela proponente, constatando-se que todos atendem integralmente às exigências previstas no edital. Dessa forma, a empresa é considerada **classificada e habilitada** para prosseguir nas etapas do processo licitatório.

5ª Empresa: **AUGUSTO GOMES SERVICOS MEDICOS LTDA – CNPJ/CPF: 55.799.974/0001-79**, com envelope de documentos e proposta recebido no dia 17/06/2025, conforme consta no registro de protocolo, não apresentou a relação dos médicos para a referida prestação dos serviços:

Foram analisados os documentos apresentados pela proponente, e o que se extrai é que a empresa não apresentou: (a) falência e concordata, (b) atestado de capacidade técnica da empresa que comprove experiencia a mais de um ano. Ademais, registra-se que a empresa foi constituída na data de 28 de junho de 2024, considerando, por conseguinte, **inabilitada** para prosseguir nas etapas do processo licitatório.

6ª Empresa: **H T I SERVICOS MEDICOS LTDA – CNPJ/CPF: 16.550.953/0001-63**, com envelope de documentos e proposta recebido no dia 17/06/2025, conforme consta no registro de protocolo, apresentou ***n*=5 médicos** para a referida prestação dos serviços:

- Camila Santos Souza Moreira, CRM: 55320-PR;
- Cristian Fernando Claros Feronato, CRM: 40592-PR;
- Lesli Herrera Sobrino, CRM: 40468-PR;
- Marcela Thais Goes Gracia, CRM: 56299-PR;
- Matheus Souza Barbosa, CRM: 51343-PR;
  Foi apresentado a documentação de todos os médicos conforme o edital.

Foram analisados os documentos apresentados pela proponente, constatando-se que todos atendem integralmente às exigências previstas no edital. Dessa forma, a empresa é considerada **classificada e habilitada** para prosseguir nas etapas do processo licitatório.

7ª Empresa: **MILAN CLINICA MEDICA LTDA – CNPJ/CPF: 26.822.490/0001-03**, com envelope de documentos e proposta recebido no dia 17/06/2025 conforme consta no registro de protocolo, apresentou ***n*=1 médico** para a referida prestação dos serviços:

- Celso Augusto Quinzani Milan, CRM: 20528-PR;
- Foi apresentado a documentação de todos os médicos conforme o edital.

Foram analisados os documentos apresentados pela proponente, constatando-se que todos atendem integralmente às exigências previstas no edital. Dessa forma, a empresa é considerada **classificada e habilitada** para prosseguir nas etapas do processo licitatório.

8ª Empresa: **CAMPOS SERVICOS DE SAUDE LTDA – CNPJ/CPF: 37.134.677/0001-22**, com envelope de documentos e proposta recebido no dia 17/06/2025, conforme consta no registro de protocolo, apresentou ***n*=5 médicos** para a referida prestação dos serviços:

- Braian Rodrigues Campos, CRM: 44569/PR;
- Carla Fernanda Berto Barbosa, CRM: 49678/PR;
- Angélica Cardoso Barros, CRM: 45233/PR;
- Viviane Mendes Gonçalves, CRM: 53802/PR;
- Valquíria Custodio Klaumann, CRM: 53802/PR.
  Foi apresentado a documentação de todos os médicos conforme o edital.

Foram analisados os documentos apresentados pela proponente, constatando-se que todos atendem integralmente às exigências previstas no edital. Dessa forma, a empresa é considerada **classificada e habilitada** para prosseguir nas etapas do processo licitatório.

Conforme item 8.2 do edital divulgado:

"8.2. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas de até 05 médicos."

À vista disso, a distribuição simultânea da demanda será da seguinte forma, conforme empresas habilitadas:

1ª Credenciada: **ELO SERVICOS DE SAUDE LTDA – CNPJ/CPF: 47.826.214/0001-85**, com envelope de documentos e proposta recebido no dia 17/06/2025, conforme consta no registro de protocolo, apresentou ***n*=6 médicos** para a referida prestação dos serviços:

- Keisuke Takahira, CRM: 39249; **(01 vaga);**
- Clenilson Souza de Andrade, CRM: 50423; **(01 vaga);**
- Maria Julia Prates Rezende, CRM: 46.169; **(01 vaga);**
- Leticia Rafaella Alves Pessuti, CRM: 32407; **(01 vaga);**
- Juvencio Coelho dos Santos, CRM: 58.887; **(01 vaga);**
- Heitor Rocha de Oliveira, CRM: 48729. **(cadastro de reserva).**

2ª Credenciada: **ABSOLUT CLINICA MEDICA E GESTAO EM SAUDE LTDA – CNPJ/CPF: 26.740.375/0001-81**, com envelope de documentos e proposta recebido no dia 17/06/2025, conforme consta no registro de protocolo, apresentou ***n*=8 médicos** para a referida prestação dos serviços:

- Davi Junior Mariano Lemenides, CRM: 18.843; **(cadastro de reserva)**
- Celso Augusto Quinzani Milan, CRM: 20.528; **(cadastro de reserva)**
- Heitor Zani Garcia, CRM: 53.136; **(cadastro de reserva)**
- Alberto Augusto, CRM: 50.880; **(cadastro de reserva)**
- Mariane Cristina Frassato, CRM: 44.598; **(cadastro de reserva)**
- Jordana Luiza Ferreira de Campos, CRM: 51.394; **(cadastro de reserva)**
- Majoli Duran Rodrigues da Silva, CRM: 54.448; **(cadastro de reserva)**
- Patrícia Lourenço Mendonça, CRM: 47.513; **(cadastro de reserva)**

3ª Credenciada: **MEDICAL PRIME GESTAO DE SERVICOS MEDICOS LTDA – CNPJ/CPF: 43.403.587/0001-92**, com envelope de documentos e proposta recebido no dia 17/06/2025, conforme consta no registro de protocolo, apresentou 05 médicos para a referida prestação dos serviços:

- Luiz Felipe Ferreira Ribeiro, CRM: 46131; **(cadastro de reserva)**
- Guilherme Erdmann Maia, CRM: 42345; **(cadastro de reserva)**
- Cristina Kempf, CRM: 39250; **(cadastro de reserva)**
- Eduarda Pereira de Barros, CRM: 51070; **(cadastro de reserva)**
- Pedro José Richard, CRM: 53118; **(cadastro de reserva)**

4ª Credenciada: **H T I SERVICOS MEDICOS LTDA – CNPJ/CPF: 16.550.953/0001-63**, com envelope de documentos e proposta recebido no dia 17/06/2025, conforme consta no registro de protocolo, apresentou 05 médicos para a referida prestação dos serviços:

- Camila Santos Souza Moreira, CRM: 55320-PR; **(cadastro de reserva)**
- Cristian Fernando Claros Feronato, CRM: 40592-PR; **(cadastro de reserva)**
- Lesli Herrera Sobrino, CRM: 40468-PR; **(cadastro de reserva)**
- Marcela Thais Goes Gracia, CRM: 56299-PR; **(cadastro de reserva)**
- Matheus Souza Barbosa, CRM: 51343-PR; **(cadastro de reserva)**

5ª Credenciada: **MILAN CLINICA MEDICA LTDA – CNPJ/CPF: 26.822.490/0001-03**, com envelope de documentos e proposta recebido no dia 17/06/2025, conforme consta no registro de protocolo, apresentou **01 médico** para a referida prestação dos serviços:

- Celso Augusto Quinzani Milan, CRM: 20528-PR; **(cadastro de reserva)**

6ª Credenciada: **CAMPOS SERVICOS DE SAUDE LTDA – CNPJ/CPF: 37.134.677/0001-22**, com envelope de documentos e proposta recebido no dia 17/06/2025, conforme consta no registro de protocolo, apresentou **05 médicos** para a referida prestação dos serviços:

- Braian Rodrigues Campos, CRM: 44569/PR; **(cadastro de reserva)**
- Carla Fernanda Berto Barbosa, CRM: 49678/PR; **(cadastro de reserva)**
- Angélica Cardoso Barros, CRM: 45233/PR; **(cadastro de reserva)**
- Viviane Mendes Gonçalves, CRM: 53802/PR; **(cadastro de reserva)**
- Valquiria Custodio Klaumann, CRM: 41190/PR. **(cadastro de reserva)**

Outrossim, considerando o disposto no art. 79, parágrafo único, inciso I da Lei 14.133/2021:

"Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:
I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, **de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.**"

Sendo assim, orienta-se que o credenciamento continue aberto pelo exercício financeiro permitindo novos interessados na execução do objeto.

Adicionalmente, oportuno ressaltar que os documentos apresentados pelas empresas referentes às condições de habilitação jurídica, documentos de regularidade fiscal e trabalhista são os requeridos e solicitados pela Secretaria de Administração, sendo de responsabilidade desta os referidos documentos e do Ordenador de Despesa.

Conforme entendimento consolidado do TCU, nos casos de dispensa e inexigibilidade **não tem função de opinar sobre o mérito da contratação.** Inclusive é o entendimento que se extrai da Lei 8.666/93, inclusive da nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021, Decretos Municipais 93 e 94/2022), onde a atuação se restringe a **acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento; e atividades necessárias ao bom andamento da licitação. Ou seja, processar e julgar licitações.** Não para opinar se restou configurada hipótese de dispensa ou inexigibilidade **nem para aplicar penalidades administrativas a empresas que haja descumprido cláusulas contratuais, nem, ainda, para elaborar editais, e pesquisa de preço, pois este último item cabe a área demandante**. Isso prezando pelo princípio da SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES que tem a função de evitar a ocorrência de equívocos, fraudes e conflito de interesses, repartindo a função entre os servidores.

Ademais, informamos que é obrigação do fiscal de contrato (conforme portaria vigente ou outro designado pela autoridade competente) o acompanhamento e fiscalização da execução do ajuste, **acompanhando o efetivo cumprimento das obrigações contratuais, a manutenção de garantia, quando for o caso,** a exemplo do atingimento dos prazos e metas estabelecidos, inclusive, sugerir alterações no contrato, bem como verificar a manutenção das condições de regularidade trabalhista, previdenciária, tributária, etc. **Devendo o fiscal anotar, em registro próprio, todas as ocorrências verificadas**, inclusive cabendo a ele sugerir correções, propondo glosas administrativas e penalidades, receber provisoriamente o objeto executado. Vez que as anotações do fiscal irão orientar todo o processo de liquidação e pagamento relacionado ao contrato.

Sem mais, reiteramos nossos votos de estima e reais considerações.

Paranacity, 18 de junho de 2025.

Atenciosamente,

gov.br Documento assinado digitalmente ALEXANDRE PEREIRA REIS Data: 18/06/2025 17:53:09-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Alexandre Pereira Reis
Agente de Contratação
Departamento de Licitação e Contratos

gov.br Documento assinado digitalmente WALTER SILVA DA FONSECA Data: 18/06/2025 17:56:57-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Walter Silva da Fonseca
Equipe de Apoio
Diretor de Departamento de Licitação e Contratos

gov.br Documento assinado digitalmente FABIANO DE SOUZA MELLO Data: 18/06/2025 17:19:25-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Fabiano de Souza Mello
Equipe de Apoio

gov.br Documento assinado digitalmente CLEVERSON FREIRE GONCALVES Data: 18/06/2025 17:47:44-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Cleverson Freire Gonçalves
Analista de Licitação

EXTRATO

SESSÃO PUBLICA
CREDENCIAMENTO n.º 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º040.2025

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para contratação de profissionais de saúde, médicos, para atendimento a urgências e emergências na Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas Dr. Santiago Sagrado Begga, no município de Paranacity, especificamente para a realização de escala de trabalho na modalidade de plantões de 12 horas, 24 horas por dia e 7 dias por semana, a serem executadas por profissionais médicos.

Empresas credenciadas:

A distribuição simultânea da demanda será da seguinte forma, conforme empresas habilitadas na primeira sessão pública deste credenciamento:

1ª Credenciada: **ELO SERVICOS DE SAUDE LTDA – CNPJ/CPF: 47.826.214/0001-85**, com envelope de documentos e proposta recebidos no dia 17/06/2025, conforme consta no registro de protocolo, apresentou **6 (seis) médicos** para a referida prestação dos serviços:

NOME DO PROFISSIONAL	CRM	Vagas
Keisuke Takahira	CRM: 39249	1º Vaga
Clenilson Souza de Andrade	CRM: 50423	2º Vaga
Maria Julia Prates Rezende	CRM: 46.169	3º Vaga
Leticia Rafaella Alves Pessuti	CRM: 32407	4º Vaga
Juvencio Coelho dos Santos	CRM: 58.887	5º Vaga
Heitor Rocha de Oliveira	CRM: 48729	CR

2ª Credenciada: **ABSOLUT CLINICA MEDICA E GESTAO EM SAUDE LTDA – CNPJ/CPF: 26.740.375/0001-81**, com envelope de documentos e proposta recebidos no dia 17/06/2025, conforme consta no registro de protocolo, apresentou **8 (oito) médicos** para a referida prestação dos serviços:

NOME DO PROFISSIONAL	CRM	Vagas
Davi Junior Mariano Lemenides	CRM: 18.843	CR
Celso Augusto Quinzani Milan	CRM: 20.528	CR
Heitor Zani Garcia	CRM: 53.136	CR
Alberto Augusto	CRM: 50.880	CR
Mariane Cristina Frassato	CRM: 44.598	CR
Jordana Luiza Ferreira de Campos	CRM: 51.394	CR
Majoli Duran Rodrigues da Silva	CRM: 54.448	CR
Patrícia Lourenço Mendonça	CRM: 47.513	CR

3ª Credenciada: **MEDICAL PRIME GESTAO DE SERVICOS MEDICOS LTDA – CNPJ/CPF: 43.403.587/0001-92**, com envelope de documentos e proposta recebidos no dia 17/06/2025, conforme consta no registro de protocolo, apresentou **5 (cinco) médicos** para a referida prestação dos serviços:

NOME DO PROFISSIONAL	CRM	Vagas
Luiz Felipe Ferreira Ribeiro	CRM: 46131	CR
Guilherme Erdmann Maia	CRM: 42345	CR
Cristina Kempf	CRM: 39250	CR
Eduarda Pereira de Barros	CRM: 51070	CR
Pedro José Richard	CRM: 53118	CR

4ª Credenciada: **H T I SERVICOS MEDICOS LTDA – CNPJ/CPF: 16.550.953/0001-63**, com envelope de documentos e proposta recebidos no dia 17/06/2025, conforme consta no registro de protocolo, apresentou **5 (cinco) médicos** para a referida prestação dos serviços:

NOME DO PROFISSIONAL	CRM	Vagas
Camila Santos Souza Moreira	CRM: 55320-PR	CR
Cristian Fernando Claros Feronato	CRM: 40592-PR	CR
Lesli Herrera Sobrino	CRM: 40468-PR	CR
Marcela Thais Goes Garcia	CRM: 56299-PR	CR
Matheus Souza Barbosa	CRM: 51343-PR	CR

5ª Credenciada: **MILAN CLINICA MEDICA LTDA – CNPJ/CPF: 26.822.490/0001-03**, com envelope de documentos e proposta recebidos no dia 17/06/2025 conforme consta no registro de protocolo, apresentou **1 (um) médico** para a referida prestação dos serviços:

NOME DO PROFISSIONAL	CRM	Vagas
Celso Augusto Quinzani Milan	CRM: 20528-PR	CR

6ª Credenciada: **CAMPOS SERVICOS DE SAUDE LTDA – CNPJ/CPF: 37.134.677/0001-22**, com envelope de documentos e proposta recebidos no dia 17/06/2025, conforme consta no registro de protocolo, apresentou **5 (cinco) médicos** para a referida prestação dos serviços:

NOME DO PROFISSIONAL	CRM	Vagas
Braian Rodrigues Campos	CRM: 44569/PR	CR
Carla Fernanda Berto Barbosa	CRM: 49678/PR	CR
Angélica Cardoso Barros	CRM: 45233/PR	CR
Viviane Mendes Gonçalves	CRM: 53802/PR	CR
Valquiria Custodio Klaumann	CRM: 41190/PR	CR

Obs.: A seleção e distribuição da demanda levou em conta os critérios definidos no edital divulgado n.º 002/2025.

PRAZO RECURSAL:

Está aberto o prazo recursal de 03 (três) dias úteis a contar da publicação deste Extrato no Diário Oficial do Município de Paranacity-PR (link: https://www.oregionaljornal.com.br/ para eventual interposição de recurso, nos termos da Lei 14.133/2021.

DATA DO JULGAMENTO: 18/06/2025

HORÁRIO DO JULGAMENNTO: às 9h30min

LOCAL DO JULGAMENTO: Paranacity-PR

PARANACITY
PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
FLS._____
DOCUMENTO

AVISO DE DIVULGAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA 006/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 050/2025

EMBASAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS INCLUINDO ESPAÇO CLIMATIZADO, COM SERVIÇO COMPLETO DE ALIMENTAÇÃO, QUE INCLUI CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, CAFÉ DA TARDE E DECORAÇÃO PARA ATENDER A SEGUNDA OFICINA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ATENDENDO TODA 15ª REGIONAL DE SAÚDE.

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: 25/06/2025
HORÁRIO: Das 8h às 14h (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF).
LOCAL DA DISPUTA: WWW.LICITANET.COM.BR
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

MODO DE DISPUTA: ABERTO.
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM.

ENDEREÇO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL:

A ÍNTEGRA DO EDITAL estará disponível no PNCP, no site da Prefeitura: www.paranacity.pr.gov.br link portal transparência/Processo licitatório ou ainda pelo e-mail licitacao@paranacity.pr.gov.br; bem como na Divisão de Licitações e Compras, na sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Pedro Paulo Venério, 1022 – Paranacity/Pr, ou pelo telefone (44) 3463-8100, bem como na plataforma www.licitanet.com.br.

Paranacity, 18 de junho de 2025.

JOSE CLAUDIO BATISTA
PREFEITO MUNICIPAL

COLORADO
GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 332/2025

Exonerar cargo de Provimento em Comissão e dá outras Providências

ROSIMEIRE CHIQUIM, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ART.56, VI DA LEI ORGÂNICA E NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 03/2013.

D E C R E T A:

Art.1º- Fica exonerado o Sr. **CLAUDIO VERGINACCI**, Portador da cédula de identidade com registro geral nº 1.415.417-Pr. e inscrito no CPF nº 326.648.699-49, com o cargo de Provimento em Comissão, como Assessor VI, Símbolo CC-6, junto a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, deste Município.

Art. 2º) - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º) - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir do dia oito do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco.

Colorado, 16 de junho de 2025.

ROSIMEIRE CHIQUIM
Prefeita

COLORADO
GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 331/2025

Exonera cargo de Provimento em Comissão e dá outras Providências

ROSIMEIRE CHIQUIM, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ART.56, VI DA LEI ORGÂNICA E NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 03/2013.

D E C R E T A:

Art.1º- Fica exonerado o Sr. **NORBERTO LEAL DE SOUZA**, Portador da cédula de identidade com registro geral nº 5.918.878-0-Pr., e inscrito no CPF nº 894.354.869-91, com o cargo de Provimento em Comissão, como Gerente de manutenção de galerias pluviais, Símbolo CC-5, junto a Secretaria de Serviços Públicos, deste Município.

Art. 2º)- Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º)- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir do dia oito do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco.

Colorado, 16 de junho de 2025.

ROSIMEIRE CHIQUIM
Prefeita

COLORADO
GOVERNO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 107/2025

Colorado, 16 de junho de 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE CONFEREM AS LEIS EM VIGOR:

RESOLVE:

Designar a funcionária- **MARCIA FERRO MANTOVANI,** Portadora do RG nº 7.043.503-9-Pr e inscrito no CPF nº 025.867.829-17, com o cargo de Agente Administrativo, nível-24, para desempenhar suas funções junto ao IDR- Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Paraná, neste Município de Colorado, com efeito a partir do dia dezesseis do mês de junho do corrente ano.

Edifício da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois e vinte e cinco.

ROSIMEIRE CHIQUIM
Prefeita

PARANACITY
PREFEITURA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2025, Pregão Eletrônico 026/2025
FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal n.º 14.133/21, de 01/04/2021.

PROCESSO: 025/2025.

CONTRATO: Nº 067 /2025.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY

CONTRATADO: UELITON SILVIO FERREIRA.

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO O FORNECIMENTO DE DOCES PARA DATAS FESTIVAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ.

DO VALOR: R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado através de depósito em conta corrente do FORNECEDOR, em até 30 (trinta) dias úteis, da data da entrega do (s) documento (s) fiscal (is) /Notas Fiscais, acompanhada da liquidação dos materiais entregues ou serviços executados.

DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

DO FORO: ELEGE O FORO DA COMARCA DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ.

PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ EM 18 DE JUNHO DE 2025.

JOSE CLAUDIO BATISTA:09545344920 Assinado de forma digital por JOSE CLAUDIO BATISTA:09545344920 Dados: 2025.06.18 09:13:20 -03'00'

José Claudio Batista
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA
CNPJ: 76.282.672/0001-07 Rua Bela Vista, 1.014 – Fone: (44) 3278-1592 – Fax: (44) 3278-1270
Cep: 87.170-000 - Ourizona - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 86/2025
DISPENSA 43/2025- PMO

Contratante: MUNICÍPIO DE OURIZONA-PR
Contratada: HOSPTRON ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES ODONTOLÓGICOS E LABORATORIAIS LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MONITOR DE TRIAGEM E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.
Duração: 31/12/2025.
Valor: R$ 12.000,00 (Doze mil reais).
Fundamentação Legal: art. 75, II da Lei 14.133/21.
Data da Assinatura: 18 de junho de 2025.

Ourizona-PR, 18 de junho de 2025.

JANILSON MARCOS DONASAN
Prefeito Municipal

Página: 1 / 1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA
Rua Bela Vista., 1061 - Centro - Ourizona
CEP: 87170-000 CNPJ: 76.282.672/0001-07 Telefone: (44) 3278-1591
E-mail: Site: http://www.ourizona.pr.gov.br

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 43/2025

Processo Adm.: 92/2025
Data do Processo: 28/05/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 92/2025
b) Nr. Licitação: 43/2025 - DL
c) Modalidade: Dispensa de licitação
d) Data de Homologação: 18/06/2025
e) Objeto da Licitação: *AQUISIÇÃO DE MONITOR DE TRIAGEM E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.*

Participante: HOSPTRON ASSISTENCIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES ODONTOLOGICOS E

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	MONITOR DE TRIAGEM E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO SMART CHECK, COM CARRINHO, DEVE OFERECER RECURSOS COMO PRESSÃO NÃO INVASIVA (PNI), FREQUENCIA CARDIACA, OXIMETRIA NELCOR DE ALTA SENSIBILIDADE, TEMPERATURA SEM CONTATO E LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS.	1,000	UN	12.000,00	12.000,00

Total do Participante: 12.000,00

Total Geral: 12.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Adquir equipamentos hospitalares, medico-cirurgico e odontologicos	07.001.10.301.0011.1012.4.4.90.52.00	R$ 12.622,53

Ourizona, 18 de Junho de 2025

Assinatura do Responsável

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ
Estado do Paraná

Avenida Munhoz da Rocha, 605-Fone (0xx44) 3332 1222-Telefax 3332 1283
---------- CNPJ 76.970.359/0001-53 ----------

PORTARIA Nº. 606/2025

SÚMULA: "concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem"

O Sr. RENATO FÉLIX DE SOUZA, Prefeito do Município de Itaguajé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal nº 1.180/2021, e alterada pela Lei nº 1.367/2025, que institui os pagamentos de diárias aos Servidores Públicos Municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem a trabalho.

RESOLVE:

Art. 1.º - Concede 01 (uma) diárias sem pernoite, no valor de R$50,00 (cinquenta reais), ao servidor Municipal o Sr. ANDERSON ELISSANDRO SOARES SILVA, matrícula nº 962, Servidor do quadro permanente deste Município.

DATA	VALOR DIÁRIA	DESTINOS	MOTIVOS
20/06/2025	R$50,00	PRESIDENTE CASTELO BRANCO/PR	a) Conduzir micro ônibus para realizar avaliação de tacógrafo na cidade de Presidente Castelo Branco/PR.
		TOTAL	R$50,00

I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do Servidor Municipal do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo do Município.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaguajé
Em, 18 de junho de 2025

RENATO FÉLIX DE SOUZA
Prefeito Municipal

CMAS - Conselho Municipa Assistência Social de São Jorge d

RESOLUÇÃO Nº 04/2025

Súmula: Aprova a utilização dos Recursos oriundos da Emenda Parlamentar nº 202542770006, Programação sob n° 412530820250003, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para Estruturação da Rede de Serviços do Suas – Sistema Único de Assistência Social, GND 4 – Investimento, destinado a Entidade APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Jorge do Ivaí.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Jorge do Ivaí, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 07/2019 de 26/04/2019 e conforme deliberação em plenária realizada em 18 de junho de 2025, constando em Ata da 4ª Reunião Extraordinária do CMAS Biênio 2023/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a utilização dos Recursos oriundos da Emenda Parlamentar nº 202542770006, Programação sob n° 412530820250003, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para Estruturação da Rede de Serviços do Suas – Sistema Único de Assistência Social, GND 4 – Investimento, destinado a Entidade APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Jorge do Ivaí.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Jorge do Ivaí, 18 de junho de 2025.

Cleiciane de Souza
Presidente

CMAS - Conselho Municipa Assistência Social de São Jorge d

RESOLUÇÃO Nº 05/2025

Súmula: Aprova a utilização dos Recursos oriundos da Emenda Parlamentar nº 202540660007, Programação sob n° 412530820250002, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para Estruturação da Rede de Serviços do Suas – Sistema Único de Assistência Social, GND3 – Custeio, destinado a Entidade APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Jorge do Ivaí.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Jorge do Ivaí, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 07/2019 de 26/04/2019 e conforme deliberação em plenária realizada em 18 de junho de 2025, constando em Ata da 4º Reunião Extraordinária do CMAS Biênio 2023/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a utilização dos Recursos oriundos da Emenda Parlamentar nº 202540660007, Programação sob n° 412530820250002, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para Estruturação da Rede de Serviços do Suas – Sistema Único de Assistência Social, GND3 – Custeio, destinado a Entidade APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Jorge do Ivaí.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Jorge do Ivaí, 18 de junho de 2025.

Cleiciane de Souza
Presidente

CMAS - Conselho Municipa Assistência Social de São Jorge d

RESOLUÇÃO Nº 06/2025

Súmula: Aprova a utilização dos Recursos oriundos da Emenda Parlamentar nº 202537050003, Programação sob n° 412530820250001, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para Estruturação da Rede de Serviços do Suas – Sistema Único de Assistência Social, GND3 – Custeio, destinado a Entidade ABLACO – Associação Beneficente Lar Antônio Carvalho de Oliveira.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Jorge do Ivaí, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 07/2019 de 26/04/2019 e conforme deliberação em plenária realizada em 18 de junho de 2025, constando em Ata da 4 º Reunião Extraordinária do CMAS Biênio 2023/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a utilização dos Recursos oriundos da Emenda Parlamentar nº 202537050003, Programação sob n° 412530820250001, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para Estruturação da Rede de Serviços do Suas – Sistema Único de Assistência Social, GND3 – Custeio, destinado a Entidade ABLACO – Associação Beneficente Lar Antônio Carvalho de Oliveira.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Jorge do Ivaí, 18 de junho de 2025.

Cleiciane de Souza
Presidente

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 - Caixa Postal 81
PABX/FAX (44) 3245-8400 - CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguacu.pr.gov.br

LEI Nº 2452/2025

Altera dispositivo da Lei Municipal nº 1.307, de 27 de dezembro de 2002, que institui no Município a COSIP - Contribuição para Custeio do serviço de Iluminação Pública, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Mandaguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu, José Roberto Mendes, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Leia-se o *caput* e o Parágrafo Único do art. 1º, da Lei Municipal nº 1.307, de 27 de dezembro de 2002, com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituída no Município de Mandaguaçu, na forma desta Lei, a COSIP - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação dos logradouros públicos, previstos no art. 149-A da Constituição Federal.
Parágrafo Único. O serviço previsto no *caput* compreende a iluminação das vias e logradouros públicos, destinada a cobrir despesas com a energia elétrica consumida e com a operação, manutenção, eficientização, ampliação do serviço de Iluminação Pública e sistemas de monitoramento para segurança e preservação dos logradouros públicos do Município. "

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mandaguaçu, 18 de junho de 2025.

José Roberto Mendes
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

DECRETO Nº 130/2025 DE 18 DE JUNHO DE 2025

SÚMULA: Declara FRACASSADO o Pregão Eletrônico nº 012/2025: e dá outras providências.

MARCOS CÉSAR SUGIGAN, Prefeito do Município de Cruzeiro do Sul – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que após cumpridas as formalidades legais na realização de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 012/2025, na qual a proponente, apresentou proposta acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação ,não atendendo as exigências contida no edital, tornando-se assim CERTAME FRACASSADO.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada na plataforma **LICITANET**, como **FRACASSODO,** para todos os efeitos administrativos, da licitação nº 012/2025 na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada no fornecimento de veículo tipo pick-up cabine simples para atender a resolução SESA nº 1432/2023, de 11 de outubro de 2023, que dispõe sobre incentivo financeiro de investimento para transporte sanitário, visando atender as necessidades do departamento municipal de saúde do Município de Cruzeiro do Sul – Paraná.

Art. 2º - Compete ao Departamento de Licitações e Contratos a adoção das providências necessárias ao encerramento do Processo ou a republicação do mesmo, a juntada de cópia do presente Decreto no Processo, bem como o seu respectivo arquivamento se for o caso.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CRUZEIRO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ, 18 DE JUNHO DE 2025.

Marcos César Sugigan
- PREFEITO MUNICIPAL -

ESTADO DO PARANÁ - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
Departamento de Licitações e Contratos

FLS
LICITAÇÃO

EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO – PRAZO E VALOR TOMADA DE PREÇOS 003/2022 CONTRATO N. º 080/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL, endereço à Av. Dr. Gastão Vidigal n° 600, Centro, inscrita sob o CNPJ n° 75.731.034/0001-55 representada neste ato pelo Senhor MARCOS CÉSAR SUGIGAN.

CONTRATADO: MMR SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA- ME pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 97.541.618/0001-09, Situada na Rua Jorge Dib Abussafe, 570 – Londrina – Estado do Paraná, Telefone: (43) 3367-2630, Email: mmrlimpezas@gmail.com, neste ato representada por MARIA FERNANDA VIEIRA DELAROZA.

O OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de Apoio Administrativo e Apoio de Serviços gerais, a serem executados nos órgãos e Secretarias do município de Prefeitura de Cruzeiro do Sul – PR.

DO PRAZO E VALOR: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e acréscimos das quantidades do contrato nº 080/2022 por mais 07 (sete) meses, sendo prorrogado o presente contrato até o dia 30 de janeiro de 2026.

Item	Cód.	Objeto	QUANTIDADE	Valor Mensal	Valor Total
2	36726	OPERADOR DE MÁQUINAS	7	R$ 3.048,35	R$ 21.338,45
3	36727	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	28	R$ 3.411,13	R$ 95.511,64
4	36728	MOTORISTA (CATEGORIA D)	35	R$ 2.954,52	R$ 103.408,20

O valor a ser aditivado levado em consideração o termo aditivo é de R$ 220.258,29 (duzentos e vinte mil duzentos e cinquenta e oito reais e vinte e nove centavos).

DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente termo aditivo de prorrogação de prazo e adição de valor tem fundamentação legal de acordo com o Art. 57 II, da Lei 8.666/93.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas e convalidadas, em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente Termo Aditivo, que faz parte integrante e inseparável do Contrato.

DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Paranacity/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo Aditivo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

Cruzeiro do Sul, PR 18 de junho de 2025.

MARCOS CESAR SUGIGAN
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400
www.mandaguacu.pr.gov.br

Extrato de contrato
Nº. 19/2025

Partes: Prefeitura Municipal de Mandaguaçu e SEGUROS SURA S/A.
Objeto: Contratação de serviços de seguro para os veículos da frota municipal.
R$ 27.197,39 (vinte e sete mil, cento e noventa e sete reais e trinta e nove centavos);
Dotação Orçamentária:

DESPESA	ELEMENTO	FONTE	DESCRIÇÃO	SECRETARIA
042	3.3.90.39	0000	Recursos Livres	Administração
078	3.3.90.39	0000	Recursos Livres	Fazenda
114	3.3.90.39	0000	Recursos Livres	Controle Interno
138	3.3.90.39	0.303	Saúde Mínimo 15%	Saúde
176	3.3.90.39	0.303	Saúde Mínimo 15%	Saúde
176	3.3.90.39	0000	Recursos Livres	Saúde
273	3.3.90.39	0000	Recursos Livres	Social
415	3.3.90.39	0102	Fundeb 30%	Educação
433	3.3.90.39	0103	Educação 5%	Educação
433	3.3.90.39	0104	Educação 25%	Educação
423	3.3.90.39	0107	Salário Educação	Educação
456	3.3.90.39	0000	Recursos Livres	Cultura
469	3.3.90.39	0000	Recursos Livres	Esporte
493	3.3.90.39	0000	Recursos Livres	Esporte
500	3.3.90.39	0000	Recursos Livres	Ind/Com/Tur.Trabalho
512	3.3.90.39	0000	Recursos Livres	Meio Ambiente
554	3.3.90.39	0000	Recursos Livres	Serviços Públicos
613	3.3.90.39	0000	Recursos Livres	Segurança e Mobilidade Urbana
641	3.3.90.39	0000	Recursos Livres	Planejamen. E inovação Tecnológica
537	3.3.90.39	0000	Recursos Livres	Agricultura e Pecuária
056	3.3.90.39	0000	Recursos Livres	Licitação e Compras

Duração do Contrato: 12 (doze) meses
Data da Assinatura do Contrato: 10 de junho de 2025
Foro: Mandaguaçu

Mandaguaçu, 10 de junho de 2025

Jose Roberto Mendes
Prefeito Municipal

Este documento foi assinado digitalmente por Fernanda Rodrigues Dos Santos Lima.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código B8CC-B1DF-26B8-F1E7.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA
Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38-38/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNERIOS ALIMENTÍCIOS DE PANIFICAÇÃO (PÃES, SALGADOS E DERIVADOS) buscando atender as diversas Secretarias do município, em atendimento a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento do município de Paranapoema/PR.

CONTRATADA: H M DA SILVA LIMA JANDRE, sediada na R RUA SERRA NEGRA, nº204, na cidade de PARANAPOEMA, Estado do PARANÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 32.549.112/0001-92.

VALOR TOTAL DA = R$ 110.031,00 (cento e dez mil e trinta e um reais)
PRAZO DE VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Red. 31 03.003.04.122.0012.2.206.3.3.90.30.00.0
Red. 150 04.004.15.452.0015.2.219.3.3.90.30.00.0
Red. 151 04.004.15.452.0015.2.219.3.3.90.30.00.0
Red. 215 05.009.10.301.0019.2.297.3.3.90.30.00.0
Red. 266 05.009.10.302.0048.2.223.3.3.90.30.00.0
Red. 325 06.006.13.392.0032.2.247.3.3.90.30.00.0
Red. 336 06.006.27.812.0033.2.248.3.3.90.30.00.0
Red. 361 06.014.12.361.0030.2.281.3.3.90.30.00.0
Red. 435 06.014.12.365.0031.2.280.3.3.90.30.00.0.
Red. 549 08.010.08.244.0050.1.277.3.3.90.30.00.0
Red. 343 06.014.12.306.0035.2.262.3.3.90.32.00.0
Red. 344 06.014.12.306.0035.2.262.3.3.90.32.00.0
Red. 345 06.014.12.306.0056.2.311.3.3.90.32.00.0
Red. 346 06.014.12.306.0056.2.311.3.3.90.32.00.0

Paranapoema/PR, 18 de junho de 2025.

SIDNEI FRAZATTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA
Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39-39/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNERIOS ALIMENTÍCIOS DE PANIFICAÇÃO (PÃES, SALGADOS E DERIVADOS) buscando atender as diversas Secretarias do município, em atendimento a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento do município de Paranapoema/PR.

CONTRATADA: PAULO GREGORIO DE LIMA PADARIA & CONFEITARIA, sediada na AV PARANAPANEMA, nº 458, na cidade de PARANAPOEMA, Estado do PARANÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 34.010.787/0001-94.

VALOR TOTAL DA = R$ 175.630,00 (cento e setenta e cinco mil, seiscentos e trinta reais).
PRAZO DE VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Red. 31 03.003.04.122.0012.2.206.3.3.90.30.00.0
Red. 150 04.004.15.452.0015.2.219.3.3.90.30.00.0
Red. 151 04.004.15.452.0015.2.219.3.3.90.30.00.0
Red. 215 05.009.10.301.0019.2.297.3.3.90.30.00.0
Red. 266 05.009.10.302.0048.2.223.3.3.90.30.00.0
Red. 325 06.006.13.392.0032.2.247.3.3.90.30.00.0
Red. 336 06.006.27.812.0033.2.248.3.3.90.30.00.0
Red. 361 06.014.12.361.0030.2.281.3.3.90.30.00.0
Red. 435 06.014.12.365.0031.2.280.3.3.90.30.00.0.
Red. 549 08.010.08.244.0050.1.277.3.3.90.30.00.0
Red. 343 06.014.12.306.0035.2.262.3.3.90.32.00.0
Red. 344 06.014.12.306.0035.2.262.3.3.90.32.00.0
Red. 345 06.014.12.306.0056.2.311.3.3.90.32.00.0
Red. 346 06.014.12.306.0056.2.311.3.3.90.32.00.0

Paranapoema/PR, 18 de junho de 2025.

SIDNEI FRAZATTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 75.731.034/0001-55
Departamento de Administração

PORTARIA 044/2025

SÚMULA: Resultado preliminar do Edital de Chamamento Público Nº 003/2025. Marcos César Sugigan, Prefeito de Cruzeiro do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art.1º - COMISSÃO DE SELEÇÃO E HABILITAÇÃO, NOMEADA PELA PORTARIA **Nº 036/2025**, PARA O CUMPRIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES PREVISTA NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2025 - LEI ALDIR BLANC 2 - PNAB.

ANÁLISE MÉRITO CULTURAL:

O Prefeito de Cruzeiro do Sul, através da comissão de Seleção e Habilitação, no uso de suas atribuições legais conforme Edital de Chamamento Público Nº 003/2025, LEI ALDIR BLANC, torna público o resultado **preliminar** da fase de análise de mérito cultural dos projetos recebidos. A avaliação procedeu mediante a observância das especificações, condições e critérios estabelecidos no edital, considerando o objeto de execução de cada categoria, conforme descrito abaixo:

1. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2025 - PNAB

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2025 - PNAB
LEI ALDIR BLANC
SELECIONADOS

Projeto	Proponente	CNPJ	Categoria	Nota
Dezembro Encantado em Cruzeiro do Sul	M BANA ROSSI PRODUÇÕES LTDA	28.116.944/0001-48	Música	80

SELECIONADOS - SUPLENTES

Projeto	Proponente	CNPJ	Categoria	Nota
XXXXX (Não houve mais inscrições)	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxx

Os proponentes podem recorrer aos resultados mediante interposição de recurso, a ser encaminhado por e-mail para cruzeirodosulpnab@gmail.com, com o assunto "INTERPOSIÇÃO DE RECURSO", no prazo de 03 (três) dias a partir da publicação desta portaria.

Nada a mais constar, segue a portaria assinada pelos membros da Comissão e Prefeito.

Magaly Aparecida Borgo
Nivaldo de Oliveira
Marcia Monica Pauleto Vicente
Rafaeli de França

Cruzeiro do Sul, 16 de Junho de 2025.

Marcos César Sugigan
Prefeito Municipal

Este documento foi assinado digitalmente por Fernanda Rodrigues Dos Santos Lima.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código B8CC-B1DF-26B8-F1E7.